



CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE SERPA

EQUIPA:

CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA,

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE BEJA

SERPA

MAIO DE 2006

Ficha Técnica

Título:	Carta Educativa do Concelho de Serpa
Entidade Coordenadora:	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja
Equipa Técnica Geral:	Vito Carioca, João Leal, Sandra Saúde, Elisabete Xavier Gomes, Sandra Lopes, Dalila Coelho e Clara Rodrigues.
Parceiro Local:	Câmara Municipal de Serpa
Colaborador:	Estudalentejo
Edição:	Escola Superior de Educação
Execução	
Gráfica:	Clara Rorigues e Dalila Coelho
Capa:	Mariana Conduto
Data:	Julho de 2005 Revisão: Maio de 2006
Contactos:	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja Rua Pedro Soares, 7800 - 295 Beja Tel.: 284 315000 Fax: 284 326824 http://www.eseb.ipbeja.pt e-mail: eseb@eseb.ipbeja.pt

ÍNDICE

Introdução	7
PARTE I. CARTA EDUCATIVA: CONCEITO E METODOLOGIA	11
1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação	12
1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização	
1.2. A territorialização da educação	13
2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa	18
2.1. O plano geral de execução	
2.2. Procedimentos específicos para a concepção da Carta Educativa do Concelho de Serpa	21
PARTE II. O CONCELHO DE SERPA: CARACTERIZAÇÃO	23
1. Descrição da situação sócio-económica	24
1.1. Localização e contexto histórico	
1.2. Caracterização demográfica	25
1.3. Actividade económica e emprego	28
1.3.1. Actividade económica	
1.3.2. Emprego	30
1.4. Habilitações literárias e níveis de escolarização da população residente	32
1.5. Assistência social e saúde	35
1.5.1. Equipamentos de assistência social	
1.5.2. Saúde	36
1.6. Património, Cultura e Associativismo	37
1.6.1. Património Histórico e Natural	
1.6.2. Equipamentos existentes no concelho	
1.6.3. Dinâmica cultural	39
2. A situação escolar do concelho de Serpa	43
2.1. Rede escolar do concelho de Serpa	

2.1.1. Quantidade e tipo de estabelecimentos	
2.1.2. Distribuição no concelho por freguesia	47
2.1.3. Agrupamentos de escolas do concelho de Serpa	49
2.2. Infra-estruturas e recursos físicos das escolas e jardins-de-infância	51
2.2.1. Caracterização geral	
2.2.2. História recente dos estabelecimentos escolares	63
2.3. A oferta ao nível do ensino profissional da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa (EPDRS)	65
2.4. A oferta ao nível da educação de adultos	66
2.4.1. Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar	
2.4.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)	67
2.5. População discente	68
2.5.1. Educação regular: evolução da frequência, por nível de ensino	69
2.5.1.1. Taxas de cobertura e taxas reais de escolarização	69
2.5.1.2. Alunos matriculados por idades	70
2.5.1.3. Distribuição segundo as freguesias do concelho	72
2.5.2. Educação de adultos: evolução da frequência nas modalidades de educação	76
2.5.2.1. Alunos matriculados por idades	81
2.6. Aprovação/retenção, abandono e saídas da escola	82
2.6.1. Análise do sucesso escolar ao longo do ensino básico regular	72
2.6.2. Análise do sucesso escolar no ensino secundário e no ensino profissional	85
2.7. Pessoal docente	86
2.7.1. Quantidade e nível de ensino que leccionam	
2.7.2. Vínculo profissional e habilitações para a docência	88
3. Descrição da acção educativa da Câmara Municipal de Serpa	95
3.1. Transportes escolares	
3.2. Componente de apoio social à família	97
3.3. Acção social escolar	
3.4. Promoção de projectos e iniciativas de carácter pedagógico	99
4. Diagnóstico	101
4.1. Potencialidades	
4.1.1. De carácter geral	
4.1.2. Desagregadas por nível de ensino	102
4.2. Problemas	104
4.2.1. De carácter geral	
4.2.2. Desagregados por modalidade de educação	
PARTE III. CENÁRIOS E PROJECCÕES	107
1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local	108

2. Prospectivas para a educação em Portugal	109
2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação	
2.2. Cenários e projecções para a educação em Portugal: 2000-2020	110
2.2.1. O paradigma da Sociedade Educativa como horizonte	111
2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o futuro da educação em Portugal	114
2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação	122
3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Serpa	123
3.1. Uma hipótese de evolução da população de Serpa	
3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino	124
3.2.1. As expectativas	127
3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas	129
3.3. Evolução da estrutura geral das habilitações da população	131
4. As tendências de Evolução da Educação: Serpa face ao País	133
4.1. A evolução da escolarização no país e Serpa	
PARTE IV. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE SERPA	135
1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa do concelho de Serpa	136
1.1. Necessidades educativas detectadas no concelho de Serpa	
2. Proposta	138
2.1. Encerramento de escolas	
2.2. Propostas de intervenção, por estabelecimento	139
2.3. Estratégias de optimização dos recursos educativos	163
2.3.1. Gestão dos recursos educativos já existentes	
2.3.2. Cooperação/estabelecimento de parcerias	164
2.4. Expansão da oferta formativa/educativa	165
2.4.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico	
2.4.2. Educação de adultos	
2.4.2.1. Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e RVCC	
2.4.2.2. Pessoal não docente	166
2.5. Reflexão em torno das medidas legisladas no ano de 2005	167
2.5.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB	
2.5.2. Alargamento do funcionamento das EB1	168
2.6. Linhas de orientação da expansão do Sistema Educativo de Serpa e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento socio-económico	169
2.7. Estratégias de utilização da Carta Educativa para o desenvolvimento da educação no concelho	171
PARTE V. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	172
1. Monitorização e controlo da Carta Educativa do concelho de Serpa	173

1.1. Fases do processo	
1.2. Monitorização global e específica	
1.2.1. Monitorização global	
1.2.2. Monitorização específica	
Bibliografia	185
Anexos	189

Introdução

Pensar a rede educativa de um Concelho implica proporcionar o debate alargado mas localizado do fundamento da acção educativa. Esta, pelo seu propósito, contém em si a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento dos educandos do ponto de vista intelectual, social, técnico e humano. Os desafios actualmente colocados aos indivíduos exigem uma ruptura com práticas enraizadas, apelando a uma visão prospectiva, criativa e pró-activa na definição dos caminhos a trilhar pelas organizações escolares, assumindo-se estas mais como “Centros Educativos de Aprendizagem” (numa perspectiva de desenvolvimento estratégico do concelho), e menos como espaços fechados à mudança, numa dimensão cristalizada, cujas práticas, localização e organização espacial submetem e limitam o fundamento da acção educativa.

Culminado um longo processo de descentralização gradual de poderes em matéria da gestão da acção educativa para as autarquias locais, quer a Lei N.º 159/99, que estabelece o quadro de transferências das atribuições e competências quer, particularmente, o Decreto-Lei N.º 7/03 de 15 Janeiro, que regulamenta as competências, composição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação bem como o conceito, objectivos e objecto das Cartas Educativas, explicitam claramente a opção pela gestão local e subsidiária de cada território educativo. Neste contexto, a Carta Educativa é assumida como um instrumento de planeamento territorial, parte integrante do Plano Director Municipal (PDM) em que intervêm, além da Câmara Municipal, outros organismos, a diversos níveis e com diferentes graus de competência, nomeadamente:

- Conselhos Municipais de Educação¹;
- Direcções Regionais de Educação;
- Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação;
- Comissões de Coordenação Regional;
- E outros: Associações de Municípios.

A Carta Educativa surge como uma ferramenta de estruturação da acção, visando a melhoria contínua do sistema educativo local, entendido numa perspectiva de Território Educativo, ou seja, não confinado ao espaço tradicionalmente reservado à escola, mas reconhecendo na multiplicidade de “inputs” económico-sociais, experiências informais e participação alargada, a oportunidade de ampliar a experiência educativa. A Carta Educativa visa a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei N.º 46/86) e dos normativos aí preconizados, especificamente:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de reordenamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, procurando rentabilizar o parque escolar existente;

¹ Designação que evoluiu da anterior: Conselhos Locais de Educação.

- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da rede educativa às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

“Indissociável das propostas do Plano Director Municipal, a Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico” (Martins, 2000:9).

Qualquer acção nos domínios do planeamento e gestão do Sistema Educativo pressupõe uma visão integrada e integradora de toda a rede escolar/educativa e, particularmente, da escola, não só no plano interno da organização, mas também da gestão de recursos, práticas e relações com a comunidade. Neste âmbito, o “planeamento da rede educativa deverá orientar-se por:

- Uma concepção de escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados;
- Uma visão prospectiva da realidade, delineada em cenários de evolução construídos a partir de análises globais e qualitativas;
- Uma programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade na gestão e utilização de recursos” (Martins, 2000:8).

A ineficácia de um planeamento cristalizado e a necessidade de assunção de uma nova concepção de escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação, centros de recursos e outros apoios diversificados, levaram a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para o conceito mais abrangente de Carta Educativa, que engloba não só os equipamentos escolares mas todos os equipamentos sociais e colectivos relacionados com a filosofia de educação e formação ao longo da vida. Neste âmbito, a Carta Educativa assume-se como um instrumento orientador fundamental, produto de uma prática real de “planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social” (Martins, 2000:8).

Com base no disposto no já referido Decreto-Lei Nº7/03 de 15 de Janeiro foi estabelecido um

protocolo entre a Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), actual Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), e a Escola Superior de Educação de Beja (ESEB), a 1 de Outubro de 2003 e revisto a 15 de Outubro de 2004, através do qual a ESEB assumiu a responsabilidade, em regime de colaboração directa com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia, pela coordenação e execução técnica das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja.

De acordo com o plano geral de execução, a Carta Educativa do Concelho de Serpa está estruturada em 4 partes, a saber:

- Parte I - Carta Educativa: conceito e metodologia. Esta parte é dedicada à análise e interpretação do enquadramento político e educacional das cartas educativas no contexto sócio-político actual e à definição das opções e estratégias metodológicas assumidas no processo global de concepção das Cartas Educativas do Distrito de Beja e, em particular, no respeitante ao concelho em análise.
- Parte II - Caracterização da situação sócio-económica e educativa do concelho e evoluções mais recentes. O objectivo desta parte e dos respectivos capítulos que a constituem é o de analisar o quadro actual e de evolução recente da situação sócio-económica e escolar do concelho o que implica a exploração de um vasto conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, respeitantes, nomeadamente: às actividades económicas; à evolução demográfica; à procura da educação; à oferta de ensino e educação.

A finalizar esta parte é apresentado um Diagnóstico-síntese da situação da rede educativa do concelho que evidencia as principais potencialidades e riscos de ruptura da mesma, sustentado na análise dos aspectos referentes à dinâmica populacional, às características e mudanças constatadas no parque escolar e às tendências de evolução da população discente e docente.

Para a elaboração do Diagnóstico da situação sócio-económica do concelho de Serpa foram explorados e analisados indicadores de caracterização geográfica, histórica, demográfica, económica, cultural e patrimonial, bem como de saúde e assistência social. Para o efeito, foram utilizadas como fontes privilegiadas da análise: o “Diagnóstico Social do Concelho - Programa Rede Social” (2003); o documento “Plano educativo municipal. Proposta na área da educação não formal para o concelho de Serpa” (2003); o trabalho intitulado “À esquerda do Guadiana - Plano Estratégico de Desenvolvimento Agro-Rural dos Concelhos de Moura, Serpa e Barrancos” concebido pela Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, CRL (2001); os Recenseamentos Gerais da População, nomeadamente os realizados em 1991 e 2001, o Plano Director Municipal (PDM)² entre outros documentos e textos disponibilizados e concebidos para o efeito pela equipa da Câmara Municipal de Serpa.

² No caso concreto, o PDM foi utilizado como fonte complementar na medida em que data de 1995 contendo, como tal, alguma informação desactualizada.

Ao nível da caracterização e evolução da situação escolar, os dados necessários foram cedidos pelo Ministério da Educação, através dos seus: a) Serviços Centrais, nomeadamente, o Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP), actual Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE); b) Serviços Regionais - Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA) e c) Serviços Locais - Centro de Área Educativa do Baixo-Alentejo e Alentejo Litoral (CAE-BAAL) e Centro de Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar (CCCERE). Ainda no plano local, a recolha de informação foi realizada junto da Câmara Municipal, Agrupamentos de Escolas e/ou das escolas de ensino regular e profissional, pertencentes aos subsistemas público e particular e cooperativo existentes no concelho.

- Parte III - Projecções e cenários. As Cartas educativas são instrumentos de diagnóstico da situação presente e de perspectivação da evolução futura. Subjacente à concepção de qualquer Carta Educativa, existe sempre um exercício de prospectiva sobre a evolução provável e desejável da rede educativa. Referimo-nos pois, a um exercício de análise de tendências em curso, de situações emergentes e de rupturas potenciais, quer no lado da procura, quer do lado da oferta de educação e formação, no quadro da dinâmica educativa do concelho. Neste âmbito, esta parte é dedicada à identificação e análise das necessidades educativas emergentes no concelho, tendo por base a exploração e interpretação prévia das projecções de evolução demográfica e de procura escolar para os próximos 5 anos (até 2010/2011) e das metas educacionais traçadas para o País e definidas para o concelho.

A concepção desta parte teve por base dados já existentes e outros especificamente concebidos para o efeito. Em concreto, as projecções da evolução da população escolar desagregada por escola foram disponibilizadas pela Direcção Regional de Educação do Alentejo. As projecções demográficas e os cenários de evolução dos níveis de escolarização foram concebidos pela empresa Estudalentejo (sediada em Alvito), sendo os cenários educacionais traçados para o País sustentados no estudo de reflexão prospectiva coordenado por Roberto Carneiro: “O futuro da educação em Portugal: Tendências e oportunidades”, a partir do qual também foram deduzidos indicadores estruturantes para a definição das metas educacionais a atingir no concelho em análise.

- Parte IV - Proposta de reordenamento da rede educacional. Na caracterização da situação escolar e projecção da sua evolução detectaram-se situações que sugerem alteração. Estas traduzir-se-ão num conjunto de propostas de direcção estratégica de trabalho e de acção tendo em vista o reordenamento da rede educativa, devidamente fundamentadas e justificadas nas hipóteses e metas educacionais assumidas para o concelho. Assim, “estabelecido o diagnóstico e detectadas eventuais deficiências ou mesmo rupturas da rede existente, formulam-se as propostas de reordenamento que devem ser inspiradas em princípios de prospectiva e do planeamento estratégico” (Martins, 2000:32).

PARTE I.

CARTA EDUCATIVA

CONCEITO E METODOLOGIA

1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação

A Carta Educativa concelhia é um documento que reflecte um princípio contemporâneo subjacente ao desenvolvimento dos sistemas educativos, e sociais, em Portugal e noutras sociedades ocidentais: a progressiva territorialização dos modos de pensar e fazer a educação.

As Cartas Educativas são documentos oficiais da iniciativa do poder central e de âmbito do ordenamento do território, a serem equacionados pelos poderes locais de acordo com critérios e limites definidos centralmente. Desta forma, constituem-se como documentos de dupla ancoragem - central e local - com implicações num terreno de debate amplo e polifónico: a educação. Coexistem com outros documentos e outras decisões que se enquadram em movimentos de questionamento do escolocentrismo, do Estado educador e da supremacia da cultura erudita tradicionalmente transmitida e defendida pela instituição escola. De facto, a Carta Educativa constitui-se como lugar de consolidação da comunidade educativa, mais consistente por que mais vinculada ao processo de construção local de política educativa, num esforço de cruzamento e análise de um conjunto de medidas afirmadas na atribuição de competências ao poder local e de autonomia às escolas.

Equacionamos a elaboração deste documento com uma carga interpelativa, prospectiva e política, com o propósito de procurar tanto as soluções quanto os problemas, no sentido da sua clarificação. Mas também, necessariamente, da compreensão das consequências da transformação ou da estagnação da situação educativa dos concelhos implicados.

Duas dimensões de abordagem são exigidas para a realização da Carta Educativa assim pautadas: uma relativa à política educativa, referente a questões de educação, e não apenas de escolarização. Outra, a de territorialização, assente numa lógica de descentralização, e não apenas de desconcentração.

1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização

Em termos gerais, educação é a designação dada aos processos que conduzem e produzem aprendizagens. Este é o fim último da educação. Esta é, também, a impossibilidade de limitar a educação. A aprendizagem é e não é intencional, significativa, útil. É precoce e tardia e acontece sob moldes formais, não-formais e informais.

Feita esta constatação, torna-se claro e necessário que a questão educativa se debate em campos de contradições e em múltiplas dinâmicas de ajustamento, nomeadamente entre o nacional, o transnacional e o local.

Esta multiplicação dos lugares e dos sujeitos da educação e da aprendizagem tem uma dimensão claramente transnacional, especialmente perceptível nas perspectivas comparadas da educação e nas relações estabelecidas entre educação e desenvolvimento, materializadas em *slogans* universais e práticas diversificadas - a educação ao longo da vida e para todos, os movimentos globais de raízes locais, a construção de identidades, a reinvenção da democracia a partir da intervenção no meio educacional com uma proliferação de profissionais, de tempos e de espaços

de educação.

O advento dos Projectos Educativos de Escola, com diferentes níveis de formatação central, pode ser percebido como uma preocupação com a identificação de necessidades específicas de cada contexto. Também os projectos educativos locais ou de cidade, e mesmo os de redes de escolas isoladas, evidenciam estas dificuldades de delimitação da cena educativa e de situar de forma unívoca e oficial as experiências que despertam aprendizagens. “Subjacente ao PEL [Projecto Educativo Local] está uma lógica que visa reforçar a dependência da acção educativa relativamente ao contexto (Canário, 1999), assim como uma perspectiva que tende a alargar a responsabilidade de intervenção na educação a diferentes actores locais. (...) Derouet referenciou como a construção de um bem comum local” (Rodrigues, 2003: 78).

A construção de um “bem comum local” (Derouet cit in Rodrigues, 2003) ou o desenvolvimento de um “espaço público educativo” (Sarmiento, 1999) assentam numa lógica de intenção-acção-avaliação e exigem equipamentos diversificados e acessíveis, profissionais com formação adequada, pois é necessário que sejam significativos para o conjunto de pessoas, de vontades e de necessidades. É o apelo a relações de dependência e de interpelação entre a educação - em modalidades oficiais, definidas e mensuráveis - e o desenvolvimento.

Em contextos genericamente catalogados como de crise da educação e das suas condições de existência, torna-se cada vez mais urgente encontrar o caminho para a definição de novos sentidos para as questões escolares e extra-escolares. Esse caminho poderá ser, em boa parte, o da “acção contextualizada dos actores locais, ao constituírem redes de solidariedade e cooperação, em que a afirmação da diversidade, em vez de constituir um constrangimento, passa a constituir um importante recurso a rentabilizar na formação dos actores e no desenvolvimento local” (Rodrigues, 2003: 79).

De acordo com esta abordagem, as Cartas Educativas deverão ocupar-se do planeamento das necessidades de equipamentos e recursos para as modalidades de ensino e educação não superior a ocorrer nos limites geográficos de Portugal: o ensino regular, a educação especial, o ensino profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar - modalidades de educação definidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta orientação aponta no sentido da educação ao longo da vida e acentua a procura de formas de promover percursos educativos e escolares bem sucedidos, na complementaridade dos diversos níveis e modalidades de educação.

1.2. A Territorialização da Educação

“O território é constituído no jogo social, isto é, pelo sistema de interacções no seu interior e com o seu contexto envolvente. Neste jogo estabelecem-se regras e condições de acção. São essas regras que delimitam o território e lhe dão espessura e relevo, estabelecendo desse modo uma topografia” (Sarmiento, 1999: 19). Entre outros autores que problematizam a vinculação da escola ao território ou à comunidade, Manuel Sarmiento enfatiza que o território não é *dado*, no sentido de não serem imediatos e consensuais os seus limites e de exigir conhecimento e análise dos jogos estabelecidos, tanto quanto capacidade de compreender as regras emergentes e de

conceber e afectar regras aos jogadores.

A *coisa educativa* é um dos temas jogados nos territórios contemporâneos, com uma forte proliferação de actores, de contextos e de versões dos seus resultados. Nas versões primeiras, a educação desenrolava-se tanto melhor quanto mais independente fosse dos territórios. Seguiram-se versões mais complexas de justaposição das especificidades da instituição escola e do território onde se situa, assumindo-se que o processo educativo de um indivíduo deve integrar e contemplar a sua pertença e enraizamento a um local. De facto, a apologia da territorialização associa-se a uma progressiva sofisticação do processo educativo que implica organizações aprendentes, comunidades activas e intervenientes e uma educação permanente, em lugares que não exclusivamente os escolares e para todas as faixas etárias.

Esta versão última da abordagem ao processo educativo materializa-se nos Agrupamentos Verticais e Horizontais de Escolas e no movimento das Cidades Educadoras - de que Barcelona é caso reconhecido. Os primeiros implicam o território numa dimensão cartográfica pelo estabelecimento de organizações, dotadas de competências de gestão, de escolas do ensino básico. No entanto, e de um modo geral, à margem dos Agrupamentos de Escolas ficaram os ensinos secundário e profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar, bem como o subsistema de ensino particular e cooperativo. Já as cidades educadoras dão nome a uma utopia assente na importância da necessidade de gerar mecanismos que desenvolvam rotinas e espaços de colaboração públicos e privados que criam *a comunidade*, para além da autarquia e do localismo puros, no sentido de enfatizar a responsabilidade colectiva pela educação, na sua relação com o desenvolvimento das comunidades (Subirats, 2001).

Com os Agrupamentos acentua-se o discurso da eficácia da escola, pelo assegurar das relações com o contexto e a comunidade, pela rentabilização de recursos físicos e humanos e pela distribuição de competências. Com as cidades educadoras e a educação permanente e ao longo da vida contribui-se para a pedagogização das sociedades e o questionamento da forma escolar (Canário, 1999; Correia, 1999).

O Decreto-Lei Nº 7 de 2003, de 15 de Janeiro, evoca estas leituras ao legislar sobre o ordenamento do território da educação ao nível local. Como referimos, por via deste diploma são instituídas duas figuras: o Conselho Municipal de Educação e a Carta Educativa. Ambas transportam continuidade e novidade. Continuidade de órgãos consultivos na organização social portuguesa³ e de documentos de carácter cartográfico para o planeamento da educação escolar pública, a partir do poder central⁴.

Destacamos iniciativas de descentralização do sistema educativo português contemporâneo na atribuição aos municípios das competências inerentes aos transportes escolares, em Setembro de 1984, e das medidas de atribuição de competências relativas à acção social escolar, em Dezembro

³ No roteiro de movimentos de descentralização a partir da década de 80, veja-se, por exemplo, a criação de conselhos consultivos para os transportes escolares e para a acção social escolar e os Conselhos Locais de Educação, já em 1998.

⁴ Vejam-se o planeamento por carta de Marquês de Pombal após a expulsão dos Jesuítas e, já no século XX, o Plano dos Centenários.

do mesmo ano⁵.

Dois anos depois, em Outubro de 1986, é promulgada a Lei de Bases do Sistema Educativo Português⁶ que apresenta o princípio da comunidade educativa como elemento participativo nas decisões em matéria de educação, passível de concretização com a introdução de pressupostos de autonomia e democratização na gestão e administração das escolas públicas⁷. As Cartas Escolares concelhias, desenvolvidas nas várias regiões do país e publicadas por volta de 1990⁸, são uma concretização da vontade de consubstanciar as comunidades educativas de Portugal.

Tal como acontece com o actual enquadramento legal e político das Cartas Educativas, também estas medidas foram da iniciativa do poder central, com objectivos de carácter eminentemente administrativo, aproximando o poder de concepção e de execução dos contextos locais de actuação. Estas competências, ainda que com implicações nos quotidianos escolares, foram concebidas e apresentadas de forma atómica e não enquadradas num entendimento mais vasto do funcionamento do sistema educativo português.

O estudo de educação comparada desenvolvido e publicado pela rede Eurydice⁹ conclui que “as reformas realizadas na administração geral do sistema escolar resumem-se essencialmente a um movimento progressivo de descentralização e de delegação de poderes na sociedade. Quase todos os países abrangidos introduziram novas regulamentações que deslocam o poder de decisão do Estado central para as autoridades regionais, locais ou municipais e destas para os estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo observa-se um aumento de participação da comunidade educativa” (Eurydice, 1998: 26). Como se verifica, as tendências transnacionais das políticas educativas são evidentes. João Barroso (1998) desenvolve a temática da administração das escolas e constata a existência de países precursores destas medidas de autonomização, como sejam a Nova Zelândia, o Reino Unido e a Austrália. Também António Teodoro (2001) evidencia o papel das organizações internacionais - de que são exemplo a União Europeia (UE), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras - na normalização das políticas educativas.

O relatório da UNESCO, coordenado por Jacques Delors nos anos 1990, postula que “o sucesso da escolarização depende, em larga medida do valor que a colectividade atribuir à educação. (...) A outorga, por parte do Estado, de subsídios às comunidades locais que se esforçam por resolver os seus próprios problemas, aperfeiçoar-se e organizar-se, revelou-se uma solução mais eficaz do que as acções vindas de cima, visando impor o progresso” (UNESCO, 1996: 112 e 113).

Em Portugal, o complexo processo da descentralização prossegue na década de 1990. Destacamos dois diplomas que o configuram enquanto processo em desenvolvimento e não como estado já alcançado: o regime de autonomia administração e gestão das escolas públicas do ensino não

⁵Estas medidas estão legisladas, respectivamente, pelos Decretos-Lei N° 299/84 e N° 399-A/84.

⁶ Lei N° 46/86 que se encontra em vigor com uma alteração em 1997.

⁷O regime de autonomia foi apresentado no Decreto-Lei n° 43/89 que superintendeu dois modelos e gestão e administração autónoma das escolas do ensino público não superior - de 1991 e de 1998 - e que continua em vigor.

⁸ De que é exemplo: DEP/GEF (1991). Cartas Escolares da Região do Alentejo. Lisboa: Ministério da Educação.

⁹ Rede de Informação sobre Educação na União Europeia.

superior e o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais¹⁰. O primeiro respeita, exclusivamente, a questões de âmbito escolar. Já este último inclui o domínio educativo no conjunto das atribuições do poder local. Ambos são marcos de processos de democratização, autonomização e descentralização, ao nível das escolas e dos municípios, respectivamente. O modelo de gestão das escolas implica e exige a presença de representantes dos poderes e interesses locais num dos seus órgãos de gestão. De modo complementar, as atribuições das autarquias compreendem:

- os edifícios escolares;
- os transportes;
- a alimentação;
- a acção social escolar;
- o apoio a actividades complementares da acção educativa e extra-escolar;
- a gestão de pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

Ambos prevêem a criação, por iniciativa dos municípios, de estruturas consultivas ao nível concelhio. A autonomização e descentralização do sistema educativo exigem regulação. É neste sentido que entendemos a publicação do diploma legal que trata da avaliação da educação e do ensino não superior¹¹. Esta medida tem como objectivos “dotar a administração educativa local, regional e nacional (...) de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo (...) valorizar o papel dos vários membros da comunidade educativa (...) das autarquias locais” (Artigo 3º, Lei Nº 31/2002).

Estes diplomas coexistem com o que trata a “concretização da descentralização administrativa (...) enquanto aposta genérica no princípio da subsidiariedade (...) um modelo de organização administrativa tendente à obtenção de melhores níveis de satisfação das necessidades reais dos cidadãos” (Preâmbulo do Decreto-lei Nº 7/2003).

Destas formas intensifica-se o apelo à coesão das comunidades em torno das questões educativas, promovendo as parcerias, os partenariados e a colaboração em domínios diversificados para dar resposta às necessidades detectadas e detectáveis localmente.

Parece-nos ser este um momento de extremo interesse na política educativa nacional, por abrir a porta a uma possibilidade efectiva de territorialização da educação, ao mesmo tempo que assume a “dupla função de enquadramento e de regulação” (UNESCO, 1996: 151). Da mesma forma, este pode ser um momento inócuo de forte produção de documentos, por parte das escolas, das autarquias e do Ministério da Educação, mas mutuamente ignorados. Recuperamos a fórmula sinérgica apresentada por Barroso para a distribuição de poderes na gestão do sistema

¹⁰ Estas medidas estão legisladas, respectivamente, no Decreto-Lei nº 115-A/98 e na Lei nº 159/99.

¹¹ Lei nº 31 de 2002.

educativo¹²: “poderes locais fortes, escolas fortes, cidadãos participativos, estado atento e interventivo” (Barroso, 1998: 49 e 50).

Assegurar a gestão programada das interdependências é o «calcanhar de Aquiles» da territorialização da educação; é também a função maior dos Conselhos Municipais de Educação e das autarquias. É neste contexto que entendemos a elaboração das Carta Educativa.

A pertinência deste documento reside no seu processo tanto quanto nos resultados que vierem a ser alcançados em cada concelho. Atitudes de diagnóstico da situação educativa local, de caracterização da oferta e procura educativas, bem como de produção de mecanismos de desencadeamento de interpelação entre tensões e forças manifestas do território não integram, ainda, as sociedades portuguesas.

A capacidade de identificar problemas, de desenhar as necessidades e de definir os meios implicados para potenciar a acção não estão ainda conseguida e são condição para assumir o espaço das políticas educativas locais, pelo “facto de aí coexistirem e só aí poderem ser articuladas distintas lógicas de acção” (Canário, 1999: 29).

A oportunidade das Carta Educativa é potenciar o protagonismo local em termos de política educativa, pois o que está em causa em momentos de territorialização da educação é o papel da educação na sociedade contemporânea e “as questões que se colocam não são apenas técnicas, administrativas ou jurídicas mas são, sobretudo, questões políticas” (Guerra, 2002: 193). Exigem a tomada de posição local, no sentido da adopção de um pensamento reticular que insira as escolas em redes de relações que as transcendem, em vez de as tomar como as unidades de gestão da escolarização (Correia, 1999).

Os desafios às políticas educativas locais, que Isabel Guerra sintetiza com clareza, podem ser referentes de particular relevo para a assunção de políticas locais: “considerar a descentralização da educação não como um mero problema de competências ou funcional, mas como um problema político (...) ultrapassar a dispersão, o desenrascanço, a espontaneidade e o voluntarismo através de uma acção planeada, participada e avaliada (...) coordenar todas as políticas locais - educativas, culturais, de emprego e de criação de empresas, etc - num processo de desenvolvimento local (...) priorizar as zonas com problemas e garantir a igualdade de oportunidades através de uma acção preventiva e discriminação positiva” (Guerra, 2002: 196 - 197). Neste sentido, as Cartas Educativas constituem-se como compromisso material dos poderes locais com o local, com a possibilidade real de tomar opções visíveis e projectadas.

As Cartas são agora educativas e não escolares. O espaço de que devem ocupar-se é o do território educativo e não o escolar. O território escolar “corresponde a uma área que os poderes públicos se esforçam por organizar através de uma carta escolar, isto é, através da criação de uma rede pedagógico-administrativa de estabelecimentos de ensino” (Canário, 1999: 28). Já o educativo se perspectiva como um território “que seja capaz de disponibilizar as múltiplas

¹² O autor apresenta esta fórmula como subjacente a uma proposta de autonomia das escolas que apresentou ao ministério da educação em meados da década de 90; não sendo específica do momento político que aqui comentamos, consideramos que em nada perdeu actualidade e pertinência.

possibilidades educativas, sejam de natureza «institucional», intencionalmente formativas, sejam de natureza «não institucional», não intencionalmente formativas” (Guerra, 2001: 194), baseado no pacto social e na demanda de uma reinterpretação da democracia.

2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa

2.1. O plano geral de execução

De acordo com o protocolo estabelecido entre a ESEB e a AMDB - actual Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL) - para a execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja foi constituída um equipa técnica que coordenou o desenvolvimento de um plano de trabalho dividido em 4 fases, a saber:

- Planeamento e definição de metodologias de trabalho.
- Análise e diagnóstico da situação - que implicou a caracterização sócio-económica e da rede educativa do território em estudo.
- Definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa.
- Revisão e concepção da versão definitiva da Carta Educativa.

A primeira fase foi dedicada à definição e planeamento da estratégia metodológica a seguir, o que implicou:

- a compilação e triagem de alguma informação disponível e necessária para a clarificação das tendências e opções estratégicas em matéria de política educativa nacional. Foi, também, efectuada uma vasta pesquisa e análise à legislação existente, quer a que enquadra genericamente a temática, quer a que define as competências das autarquias para a área educativa;
- a exploração e clarificação dos conceitos e princípios reguladores inscritos no normativo legal e que configuram a execução da Carta Educativa;
- a identificação dos conteúdos e informação a recolher, suscitar e analisar;
- a concepção de um guião/índice geral de trabalho e respectivo cronograma inicial de execução;
- de acordo com o guião de trabalho definido, a definição dos papéis, funções e responsabilidades de cada um dos membros da equipa de execução da Carta Educativa constituída pela equipa de coordenação da ESEB e pelos técnicos responsáveis pela área em cada autarquia;
- a clarificação dos papéis, funções e responsabilidades que deverão ser assumidas pelos outros organismos que, além de cada Câmara Municipal, intervêm também no processo, como sejam: o Conselho Municipal de Educação, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, os Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral;

- a discussão e validação da proposta metodológica global de execução, que inclui a estratégia, objectivos gerais e específicos para cada fase, calendário, distribuição de tarefas e definição de competências de cada um dos participantes directos e indirectos no processo de concepção, por parte da equipa de coordenação da ESEB junto de cada autarquia.

A segunda fase - Análise e diagnóstico da situação - implicou o levantamento, análise e caracterização do quadro actual e retrospectivo da situação sócio-económica e educativa de todos os concelhos do Distrito de Beja. Para o efeito, e do ponto de vista sócio-económico, foram explorados indicadores relativos ao contexto geográfico e histórico, à evolução e caracterização demográfica, à situação da actividade económica e do emprego, da saúde e assistência social e do património, cultura e associativismo. Foram também considerados alguns indicadores globais de educação e formação que permitiram a caracterização dos níveis de escolarização da população do concelho.

Ao nível da rede educativa procurou-se analisar as condições de funcionamento do parque escolar e, também, traçar um quadro retrospectivo da procura de ensino, avaliando os níveis de escolarização, as taxas de cobertura, de sucesso e de abandono de cada nível de ensino. Em concreto, procurou-se elaborar uma caracterização-síntese da situação actual da educação e do desenvolvimento do concelho, avaliando os principais constrangimentos e potencialidades existentes.

A definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa (terceira fase) é essencialmente constituída pelas orientações a dar à política educativa na região e por propostas precisas de intervenção e de reordenamento do território educativo, estruturalmente definidas de acordo com o diagnóstico elaborado na fase anterior e nas projecções e cenários educacionais de procura escolar perspectivados para o concelho. Qualquer acção de planeamento tem que, necessariamente, ser suportada na configuração dos cenários de evolução a curto e médio prazo, que no caso concreto, implicaram a exploração e análise das projecções: i) de evolução da população escolar a frequentar o ensino regular (da educação pré-escolar ao ensino secundário, incluindo o ensino profissional) e ii) de evolução demográfica, por grupos quinquenais de idade, de cada concelho até 2010. A demografia é a grande tendência pesada do Sistema Educativo, pelo que a configuração de cenários de evolução e a definição de propostas e alternativas de acção têm de, imperiosamente, ser compatíveis com a mesma. A demografia influencia, pois, de forma determinante a procura da educação e formação, variável explicativa do comportamento de base de qualquer Território Educativo.

As propostas devem ser entendidas como princípios orientadores de uma acção convergente de muitas vontades, de parceiros sociais com perspectivas diversas da mesma realidade. Princípios orientadores de uma política democrática e participada, que toma expressão na fase de concretização das propostas.

A terceira e quarta fases foram elaboradas de forma sequenciada para cada concelho.

A quarta e última fase foram dedicadas à revisão do texto definitivo proposto pela equipa de

coordenação da ESEB e respectiva apresentação e análise para aprovação da Carta pelo Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de cada autarquia. “A componente fundamental desta fase consiste na consulta pública a que devem ser submetidos todos os documentos da Carta, nomeadamente as propostas de reordenamento da rede e de desenvolvimento do sistema educativo local. Deste processo, deverão ser técnica e politicamente apreciadas as críticas, sugestões, etc., que permitam definir ajustes ou reformulações que sejam necessários, afinar os percursos e estratégias a seguir, assim como as acções a desenvolver ao longo dos percursos definidos, de molde a “fechar” o documento final da Carta” (Martins, 2000:15).

O plano de execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja implicou a constituição de um grupo de trabalho composto pela equipa da ESEB e pelos técnicos responsáveis pela área sócio-educativa em cada autarquia. A equipa técnica da ESEB assumiu a coordenação dos trabalhos o que implicou: i) a definição da estratégia metodológica global; ii) a orientação da execução das partes que estavam sob a responsabilidade dos técnicos das autarquias e desenvolvimento específico de outras sob sua responsabilidade; iii) a organização da reflexão e análise global do documento em construção e iv) a elaboração do relatório final e versão definitiva de cada Carta Educativa.

Ao longo dos trabalhos, a equipa de coordenação e os técnicos de cada autarquia mantiveram contactos mais ou menos regulares¹³ o que implicou a realização de algumas reuniões de trabalho individualizado e de trabalho conjunto com cada equipa, para discussão e análise de procedimentos comuns de execução das Cartas Educativas e para a exploração de resultados preliminares. Complementarmente, foram realizadas visitas de trabalho a cada concelho, em que a equipa da ESEB e representante(s) da autarquia visitaram e tomaram contacto com a realidade da rede de equipamentos escolares. Para além da observação no terreno, que permitiu a recolha directa de um conjunto de indicadores de caracterização do parque escolar existente, foram também realizadas, aquando da visita e sempre que possível, reflexões conjuntas sobre os objectivos e as características do trabalho em curso, com os membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, escolas básicas integradas, escolas secundárias, professores e educadores de diversos níveis de ensino em exercício nas diversas escolas visitadas, responsáveis e professores de escolas profissionais, representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local existentes em cada concelho, entre outros. A caracterização escolar foi direccionada segundo os seguintes indicadores: a acessibilidade e a localização dos edifícios, o seu estado de conservação, a adequação dos espaços e respectiva organização e utilização, a área de recreio, a sua dimensão e capacidade em n.º de salas, principais problemas e potencialidades, entre outros indicadores.

O processo de concepção das Cartas Educativas foi iniciado em Outubro de 2003, tendo sido realizada a 24 de Outubro, a primeira reunião conjunta entre a equipa da ESEB e representantes de cada autarquia em que foi apresentada e discutida a linha metodológica a seguir, proposta pela equipa coordenadora.

¹³ A frequência dos contactos mantidos com os técnicos foi distinta entre autarquias.

Ao longo do desenvolvimento do guião de trabalho definido para as Cartas Educativas houve a necessidade de superar alguns problemas e dificuldades que estão eminentemente associados à natureza, quantidade e qualidade dos dados exigidos na sua concepção. “As situações concretas são frequentemente complexas. As situações educativas concretas têm grande probabilidade de o serem. Muitas delas, em que as manifestações de vontade dos diversos intervenientes se pautam por preocupações e dinâmicas diferentes, eventualmente contraditórias, quase certamente o são” (Martins, 2000:31).

De facto, a concepção da Carta Educativa pressupõe partilha e participação. Partilha de dados e participação na perspectiva do confronto e assunção de diferentes perspectivas A Carta Educativa é um instrumento de planeamento estratégico de qualquer território educativo que se quer feito de e para o mesmo. Como exemplos deste pressuposto metodológico explicitam-se: os pedidos de colaboração e de assunção de responsabilidades por parte dos Conselhos Municipais de Educação na concepção de partes específicas do trabalho¹⁴; a circular enviada a todos os Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares a informar os objectivos e metodologia seguida; os contactos estabelecidos com membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, das Escolas Básicas Integradas, das Escolas Secundárias, bem como, com professores e educadores de diversos níveis de ensino, com responsáveis e professores de Escolas Profissionais; com representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local, entre outros, aquando das visitas efectuadas a cada concelho; as reuniões de trabalho realizadas com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia. No âmbito das condições de execução técnica definidas no protocolo estabelecido entre a ESEB e a AMDB foi garantido espaço e meios para que os dispositivos, possíveis, de participação funcionassem.

2.2. Procedimentos metodológicos específicos para a concepção da Carta Educativa do concelho de Serpa

Conscientes de que a qualidade do Sistema Educativo não depende apenas da valorização dos espaços de aprendizagem, a Carta Educativa deve expressar a mobilização de toda uma comunidade local que reconhece nos agentes educativos os vectores principais da necessária animação, mediação e concertação de vontades na promoção e procura constante da qualidade e adequabilidade do sistema educativo local aos desafios colocados por uma sociedade cada vez mais exigente com as competências dos seus cidadãos.

A Carta Educativa de Serpa fez-se em parceria. Num primeiro nível, e no âmbito do protocolo estabelecido entre a AMDB e a ESEB, no contexto de uma parceria de coordenação e execução técnica assegurada pelas equipas da ESEB e da Câmara Municipal de Serpa. Num segundo nível, pela colaboração prestada pela maioria dos parceiros locais que integram e estruturam a rede educativa local, a saber: Câmara Municipal de Serpa, Agrupamento de Escolas de Serpa, de Pias e de Vila Nova de São Bento, Creche-Jardim Infantil de Nossa Senhora da Conceição, Fundação

¹⁴ Refere-se em particular os ofícios enviados pela equipa de coordenação da ESEB a 26 de Janeiro de 2004 para os Conselhos Municipais de Educação e Agrupamentos de Escolas.

Viscondes de Messangil, Escola Secundária de Serpa e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa. A colaboração destes implicou a disponibilização de dados de diversa natureza, o que permitiu, por um lado, caracterizar a evolução recente e situação actual da rede educativa do concelho de Serpa e, por outro, fundamentar, conjuntamente com os dados obtidos através dos Serviços Centrais, Regionais e Locais do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística, as propostas de reconfiguração/reordenamento da rede escolar e de formação. Ao nível do ensino especial e do ensino recorrente os dados disponibilizados pelos organismos responsáveis evidenciam alguma incompletude o que, naturalmente, teve reflexo no tipo de abordagem e exploração realizada. Essas lacunas são devidamente identificadas ao longo do texto.

A equipa da Câmara Municipal de Serpa, tal como referido anteriormente, forneceu os textos que serviram de base à caracterização da situação sócio-económica e das áreas de intervenção da autarquia no domínio educativo. Complementarmente, também disponibilizou dados de identificação da evolução da situação da rede educativa do concelho, bem como de algumas das suas necessidades e potencialidades. Os resultados deste trabalho conjunto formalizam-se no texto que a seguir se apresenta.

PARTE II.

O CONCELHO DE SERPA:

CARACTERIZAÇÃO

1. Descrição da situação sócio-económica

1.1. Localização e contexto histórico-geográfico

O concelho de Serpa situa-se no Baixo Alentejo e pertence ao Distrito de Beja, estando limitado a Oeste pelo Rio Guadiana, que faz a separação dos concelhos de Beja, Mértola e Vidigueira; a Norte pelo concelho de Moura; a Sul pelo concelho de Mértola e a Este pela fronteira com Espanha.

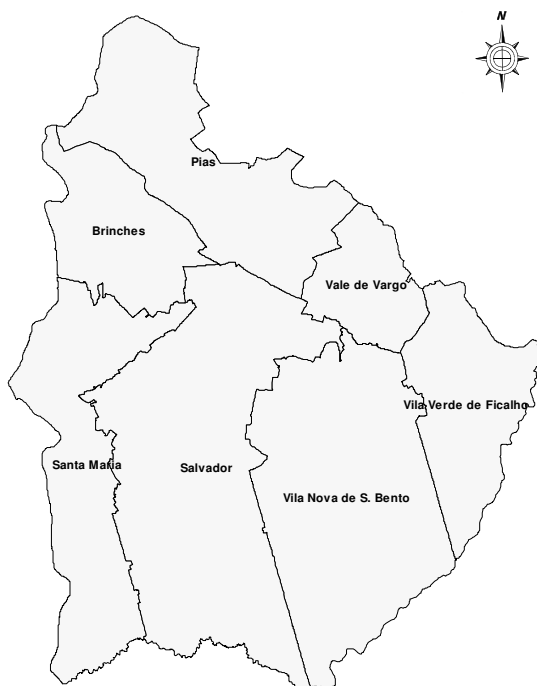
O território abrangido pelo concelho de Serpa apresenta diversos testemunhos da presença do homem desde os tempos mais remotos. Nele é possível encontrar vestígios dos períodos Paleolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Época Romana e Época Islâmica. A fertilidade dos barros, a água do Guadiana permitindo - práticas agro-silvo-pastoris e piscatórias - e a mineração pela presença de minérios estiveram na base deste povoamento.

A cidade de Serpa é, no fundamental da sua estrutura urbana, uma cidade moderna. Apesar das origens pré-históricas e da sua importância como povoamento romano e árabe, o seu tecido urbano definiu-se a partir dos séculos XV-XVI, com base no recinto de muralhas mandado construir por D. Dinis no final do séc. XIII.

O concelho de Serpa é constituído por duas freguesias urbanas - Santa Maria e Salvador - e cinco freguesias rurais - Vila Nova de S. Bento, Pias, Vila Verde de Ficalho, Brinches e Vale de Vargo.

No mapa seguinte encontramos descrita a distribuição da área geográfica pelas freguesias do concelho de Serpa, tomando como indicador de referência os limites entre as freguesias.

Mapa 1. Concelho de Serpa.



Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Tal como acontece com a área geográfica, também a população se distribui diferentemente pelo concelho, sendo São Salvador, uma das freguesias da cidade, a que apresenta maior densidade populacional.

Importa destacar que em Serpa existe uma cobertura muito próxima da totalidade dos alojamentos em termos de electricidade (96,8%), água (95,5%) e esgotos (94,6%). A cobertura da recolha de resíduos sólidos é de (82,9%) (CMS, 2004).

No que diz respeito à acessibilidade, a Rede Viária do concelho caracteriza-se por um feixe de vias centradas em Serpa, ligando-a a todas as sedes de freguesia. Destaca-se deste conjunto um eixo que atravessa centralmente o concelho na direcção Este-Oeste, a EN 260, suporte físico do IP8. A rede viária forma, também, uma circular interior ao concelho, ligando entre si os principais aglomerados.

Relativamente aos Transportes Colectivos de Passageiros, o concelho de Serpa é servido, apenas, pelo modo rodoviário. O transporte ferroviário através do Ramal de Moura (Beja/Serpa/Moura) encontra-se desactivado.

Ao nível da proximidade com o mar, a cidade de Serpa encontra-se a 140 km do Porto Marítimo de Sines. Em relação aos Aeroportos, destaca-se a proximidade com a cidade de Beja, a 30 km, onde se localiza a Base Aérea Nº2. A 180 km localizam-se os aeroportos de Faro e de Sevilha (Espanha), e a 220 km o aeroporto de Lisboa.

1.2. Caracterização demográfica

Este ponto pretende fazer uma descrição sucinta de indicadores demográficos relevantes para a compreensão da realidade contextual do concelho. Na Tabela 1 encontramos uma perspectiva actual de comparação e integração do concelho de Serpa no território do Baixo Alentejo e de Portugal, nos anos de 1991 e de 2001. São descritos indicadores referentes à população residente nas três dimensões de análise, fazendo-se referência, também, a alguns valores de ordem geográfica, que podem complementar a leitura dos quantitativos populacionais.

Indicadores		Portugal	Baixo Alentejo	Concelho de Serpa
Área Total (km ²)		92141,5	8544,6	1106,5
Freguesias (n.º)		4241	83	7
Área média das freguesias (km ²)		21,7	102,9	158,1
População Residente	1991	9867147	14302	17915
	2001	10356117	135105	16723
Densidade Populacional (hab/km ²)	1991	107,0	16,73	16,2
	2001	112,4	15,81	15,1
Varição da população 1991-2001 (%)		5,0	-5,5	-6,7

Tabela 1. Número e área total das freguesias, e população residente e densidade populacional, nos anos de 1991 e 2001, numa perspectiva comparada concelho/região/país.

Fonte: INE, 2002; INE, 2000.

Assim, a análise dos dados dos Censos realizados em 1991 e 2001 indica-nos uma diminuição da população residente no concelho de Serpa, à semelhança do que se verificou no Baixo Alentejo. De facto, até à década de 50 (inclusive) do século XX, a evolução populacional do concelho de Serpa foi marcada por um crescimento progressivo, fruto da política ruralista e colonizadora do Alentejo que caracterizou o Estado Novo. A partir da década seguinte, começou a registar-se um decréscimo populacional que se mantém até à actualidade. Com mais pormenor, pode ler-se esta evolução na tabela que se segue, sistematizada, sensivelmente, em períodos de dez anos e fazendo a descrição por freguesias do concelho.

Freguesias	Anos					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
V. N. de S. Bento	8842	7678	5406	4615	3799	3430
Brinches	3238	2881	1911	1775	1427	1175
Pias	6095	6408	4795	4074	3328	3036
Salvador	6545	6364	4398	3993	3963	4379
S. Maria	5107	4603	3685	3080	2444	2184
V. Verde de Ficalho	3127	2541	2072	1859	1716	1446
Vale de Vargo	2053	2001	1605	1388	1238	1073
Total do Concelho	35007	32476	23873	20784	17915	16723

Tabela 2: Evolução da População entre os anos de 1950 e 2001 no concelho de Serpa
Fonte: INE, 2002.

Na tabela seguinte apresentamos, também, uma descrição dos indicadores demográficos mais genéricos.

Taxa de Natalidade (‰)	Taxa de Mortalidade (‰)	Taxa de Nupcialidade (‰)	Taxa de Fecundidade (‰)	Índice de Envelhecimento (%)
8,3	19,6	5,7	37,2	175,7%

Tabela 3. Indicadores demográficos do concelho de Serpa, em 1999.
Fontes: INE, 2002; INE, 2000.

De todos os parâmetros destaca-se o elevado índice de envelhecimento. De facto, a par do processo de desertificação humana que se iniciou com a emigração na década de 60, verifica-se um progressivo envelhecimento da população, que se reflecte numa pirâmide etária duplamente envelhecida, estreita na base (poucos jovens) e larga no topo (mais população idosa). Assim, a década de 60 destaca-se como sendo o período de maiores perdas demográficas no concelho.

Os dados mais recentes indicam-nos uma variação populacional de - 6,7% entre 1991 e 2001, sendo a freguesia de Salvador (10,5%), freguesia urbana de Serpa, a única a apresentar uma variação populacional positiva. Para este facto, terão contribuído as novas áreas residenciais que aí se localizam.

Observando a distribuição da população por grupos etários na Tabela 4, verifica-se que os grupos etários dos 25-64 anos e dos 65 ou mais anos são os mais representativos, concentrando,

respectivamente, 49,4% e 24,3% da população. O grupo etário dos 0-14 anos representa 13,9% da população e o grupo imediatamente a seguir, 15-24 anos, 12,4%, conforme indicado.

1991						2001					
Total		Grupos etários				Total		Grupos etários			
hm	h	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	hm	h	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
17915	8839	3013	2510	8736	3656	16723	8272	2316	2073	8263	4071

Tabela 4. População residente em 1991 e 2001 no concelho de Serpa, segundo as variáveis sexo e idade, e sua evolução. Fonte: INE, 2002.

Legenda: hm - homem e mulher; h - homem.

Segundo dados recentes, apurados aquando dos Censos de 2001, o índice de envelhecimento é de 175,7%, significando que, por cada 100 jovens até aos 14 anos, existem 176 pessoas com 65 anos ou mais. Ainda de acordo com a mesma fonte, a relação de substituição de gerações (pop.15-39 anos/pop. 40-69 anos) é de 0,84%, o que significa que a substituição de gerações não está assegurada¹⁵.

O crescimento natural, o saldo migratório e o crescimento efectivo, calculados em termos percentuais durante o período intercensitário 1981-1991, foram de -2,9%, -10,9% e -13,8% respectivamente (Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, CRL, 2001).

De acordo com os Censos 2001, a distribuição da população do concelho de Serpa, quando agrupadas segundo a idade, faz-se da seguinte forma:

Idade, por grupos quinquenais	Nº de Habitantes	Idade, por grupos quinquenais	Nº de Habitantes
0-4	716	50-54	882
5-9	780	55-59	897
10-14	820	60-64	1144
15-19	1024	65-69	1284
20-24	1049	70-74	1112
25-29	973	75-79	851
30-34	1109	80-84	478
35-39	1139	85-89	242
40-44	1124	> 90	104
45-49	995		
Total	16723		

Tabela 5. População residente no concelho de Serpa, no ano de 2001, segundo grupos etários. Fonte: INE, 2002.

Igualmente importantes para a compreensão da dinâmica do concelho são os movimentos de imigração. Estes não assumem uma expressão muito forte, como sucede, de forma geral, no

¹⁵ Dado que, para tal acontecer, a relação teria que apresentar como valor mínimo 1.

Alentejo, uma vez que a população imigrante tende a concentrar-se em torno dos grandes centros urbanos, onde encontra mais oportunidades de emprego¹⁶. Ainda assim, este movimento migratório apresenta alguma diversidade.

Portugal	Europa						África		Brasil	Outros Países
	U.E.					Outros Europa	PALOP	Outros		
	Alemanha	Espanha	França	Reino unido	Outros					
16551	8	19	8	3	6	25	5	1	9	18
Total Parcial	44					25	6		9	18
Total	102									

Tabela 6. População residente no concelho de Serpa no ano de 2001, por nacionalidade.
Fonte: INE, 2002.

De acordo com os dados apresentados na tabela anterior, existem no concelho 102 pessoas imigrantes, oficiais e declaradas. O grupo mais representado é o dos imigrantes vindos de países europeus dentro dos limites da União Europeia¹⁷.

1.3. Actividade Económica e Emprego

1.3.1. Actividade Económica

O tecido económico do concelho de Serpa sofreu alterações bastante significativas na sua estrutura sectorial marcada, nas últimas décadas, pelo predomínio da actividade agrícola. Esta situação é visível quer na produção, quer em algumas actividades de comercialização e de transformação deste sector.

A quebra da importância do sector primário na ocupação da população residente contrasta com um aumento dos sectores secundário e terciário nos últimos anos. Este é devido, essencialmente, a um crescimento das actividades mais directamente relacionadas com o consumo, designadamente o comércio, bem como dos serviços de apoio à população (a destacar as áreas da educação, saúde e administração pública). Por outro lado, importa salientar que o emprego em actividades relacionadas com o turismo (alojamento e restauração) tem vindo a registar uma expressão crescente no concelho.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região do Alentejo (INE, 2000) existiam em 1999, 1777 empresas e sociedades em actividade no concelho de Serpa, das quais 487 (27,4%) estavam ligadas ao sector primário e 544 (30,6%) ao sector terciário, nomeadamente ao «Comércio por

¹⁶ Pese embora um recente movimento migratório de indivíduos da Europa de Leste, que vêm desempenhar diversos trabalhos agrícolas.

¹⁷ Dado que não estão disponíveis dados de outro momento censitário, não é possível interpretar a tendência de evolução destes movimentos.

grosso e a retalho», à «Reparação de veículos automóveis» e a «Bens de uso pessoal e doméstico».

Vejamos as características de cada um dos sectores de actividade no concelho.

Sector Primário

Tendo sido um pilar fundamental da economia local, a agricultura registou nos últimos anos, um decréscimo assinalável da sua actividade, expresso na diminuição das áreas utilizadas, bem como na redução de algumas actividades posicionadas a montante e a jusante, devido a condicionantes internas e externas. As culturas principais permanentes são o olival (17.630 ha de SAU¹⁸) e a vinha (316 ha de SAU). No que concerne às culturas temporárias o cereal para grão (15.768 ha de SAU) é a mais cultivada. O pousio ocupa 18.665 ha de SAU (INE, 2000).

Sector Secundário

Em termos estruturais e evolutivos, o tecido industrial de Serpa caracteriza-se por um conjunto de indicadores que revelam a sua fragilidade, quer no plano sectorial, quer regional. A indústria de construção detém 17,6% das empresas com sede no concelho, representando aproximadamente 20% do emprego e do volume de negócios. Dentro da indústria transformadora, as indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco, têm maior expressividade, representando 44,3% do total das indústrias transformadoras aqui sedeadas (INE, 2000).

Com o objectivo de implementar a instalação de micro, pequenas e médias empresas, a cidade de Serpa possui uma Zona Industrial e uma Zona de Armazéns. As freguesias de Vila Nova de S. Bento e de Pias possuem Zonas de Actividades Económicas.

Sector Terciário

O comércio e serviços representam 51,6% das empresas com sede no concelho de Serpa, 45,2% do emprego e cerca de 73,8% do volume de negócios. O comércio por grosso e a retalho e outros é o principal subsector, contribuindo com 59,3% das empresas, 77,7% do emprego e 90,6% do volume de negócios do sector (INE, 2000).

Tal como havia, já, sido referido, o comércio tem vindo a ocupar um lugar preponderante, sendo o tipo de actividade com maior número de empresas – 544. Também em número significativo, encontramos as empresas ligadas à agricultura e pesca – 487 – seguido pelo alojamento e restauração, com 230 empresas registadas e pela construção, com 181 empresas.

¹⁸ SAU: superfície agrícola utilizada.

1.3.2. Emprego

A população activa¹⁹ do concelho de Serpa constitui menos de metade da população total. Esta realidade traduz-se numa taxa de actividade de 42,5 %, tendo havido um aumento sensível deste indicador na década de 90. Os dados oficiais deste indicador indicam-nos que os indivíduos do sexo masculino são mais activos do que os do sexo feminino, de acordo com a definição de população economicamente activa. Assim se pode verificar nos dados a seguir apresentados:

População economicamente activa, empregada		Taxa de actividade (%)	
hm	h	Em 1991	Em 2001
7099	4164	39,0	42,5

Tabela 7. População residente economicamente activa (sentido lato) e empregada no concelho de Serpa, segundo o sexo e taxas de actividade em 1991 e 2001.

Fonte: INE, 2002.

Legenda: hm - homem e mulher; h - homem.

A leitura da Tabela 7 informa-nos do aumento da taxa de actividade entre 1991 e 2001. Este aumento terá explicação no crescimento do emprego nos sectores terciário e secundário, embora de forma menos significativa neste último. Já o sector primário viu diminuída a taxa de emprego, embora continue, em 2001, a ser superior à taxa de emprego no sector secundário. Note-se, também, a grande *décalage* entre o emprego no sector terciário, que, *per se*, tem uma expressão ligeiramente maior do que os outros dois sectores em conjunto. Esta situação poderá encontrar justificação no grande impulso ao consumo que ocorreu em Portugal na década de 90 (CMS, 2004).

População com actividade económica				População sem actividade económica			
15 aos 60 Anos		+ 60 Anos		15 aos 60 Anos		+ 60 Anos	
hm	h	hm	h	hm	h	hm	h
6702	3872	397	292	2731	1016	4577	1933

Tabela 8. População residente no concelho de Serpa no ano de 2001, por condição perante actividade económica, sexo e grupos etários.

Fonte: INE, 2002.

Legenda: hm - homem e mulher; h - homem.

Apesar de os intervalos etários considerados serem bastante latos, podemos constatar que há uma correspondência directa entre os intervalos em termos da concentração populacional e da sua representação na actividade económica. Dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e

¹⁹ População activa: “conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se (...) os seguintes subconjuntos de indivíduos: população empregada, população desempregada à procura de novo emprego e população desempregada à procura do primeiro emprego” (CMS, 2003).

os 60 anos, mais de dois terços afirmaram ter uma actividade económica. A população com mais de 60 anos apresenta um índice de actividade económica muito baixo. Assim, o grupo com mais indivíduos economicamente activos situa-se entre os 15 e os 60 anos de idade. No entanto, destaca-se o facto de, mais de um quarto dos indivíduos que compõem este grupo, não terem actividade económica.

De entre a população empregada o grupo mais expressivo é constituído pelos trabalhadores por conta de outrem. Já na população desempregada destaca-se o grupo dos indivíduos que procuram um novo emprego e/ou os que procuram o primeiro emprego.

Total	População Desempregada (n.º)		Taxa de Desemprego (%)	
	Procura 1.º emprego	Procura novo emprego	Em 1991	Em 2001
1169	157	1012	21,9	16,5

Tabela 9. População residente no concelho de Serpa, desempregada (sentido lato), segundo a condição de procura de emprego, em 1991 e 2001.
Fonte: INE, 2002.

Também o valor muito superior de indivíduos «à procura de novo emprego», face ao número de indivíduos que procuram primeiro emprego, poderá ser alvo de reflexão. Este facto poderá encontrar relação com uma população tendencialmente envelhecida (com mais adultos e idosos) por um lado, e com as transformações já referidas, na estrutura da actividade económica do concelho, por outro. Quer isto dizer que a prevalência do sector terciário, poderá ter forçado uma parte da população activa, inerente ao sector primário, a procurar novas ocupações, encetando um processo de reconversão profissional.

Relativamente à população desempregada, parece clara a existência de uma relação com o nível de instrução possuído. Neste sentido, à medida que avançamos no nível de ensino, decresce o número de desempregados.

S/ nível de ensino	1ºCEB		2º CEB		3º CEB		Ensino Secundário		Ensino Médio		Ensino superior	
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I
92	349	115	198	51	64	59	60	83	1	-	12	7
	4		10		14		33				17	
	468		259		137		176		1		36	

Tabela 10. População residente no concelho de Serpa em 2001, desempregada em sentido lato, segundo o nível de instrução.

Fonte: INE, 2002.

Legenda: C.- completo; I.- incompleto; F.- frequentar; - resultado nulo.

As habilitações literárias do total de população residente no concelho, abordadas no ponto que se segue, poderão ajudar a clarificar alguns destes aspectos.

1.4. Habilitações literárias e níveis de escolarização da população residente

As habilitações literárias da população e os níveis de escolarização são indicadores essenciais para a compreensão da dinâmica das regiões. Para o concelho de Serpa, os dados apresentados encontram-se organizados de diferentes formas. Começamos pela situação de escolarização da população, no ano de 2001.

Nível de Instrução			Estado						Total
			Completo		Incompleto		A frequentar		
S/ nível de instrução	3657	22%							22%
A frequentar educação pré-escolar	276	2%							2%
1.º Ciclo			3838	23%	1555	9%	776	5%	37%
2.º Ciclo			1437	9%	312	2%	389	2%	13%
3.º Ciclo			582	3%	493	4%	587	4%	10%
Ensino Secundário			675	4%	577	3%	583	3%	10%
Ensino Médio			47	0,3%	—	—	8		0,5%
Ensino Superior			472	3%	76	0,5%	383	2%	5,5%
Total	3933	24%	7051	42%	3013	18%	2726	16%	16723

Tabela 11. Escolarização da população do concelho de Serpa, em 2001.

Fonte: INE, 2002.

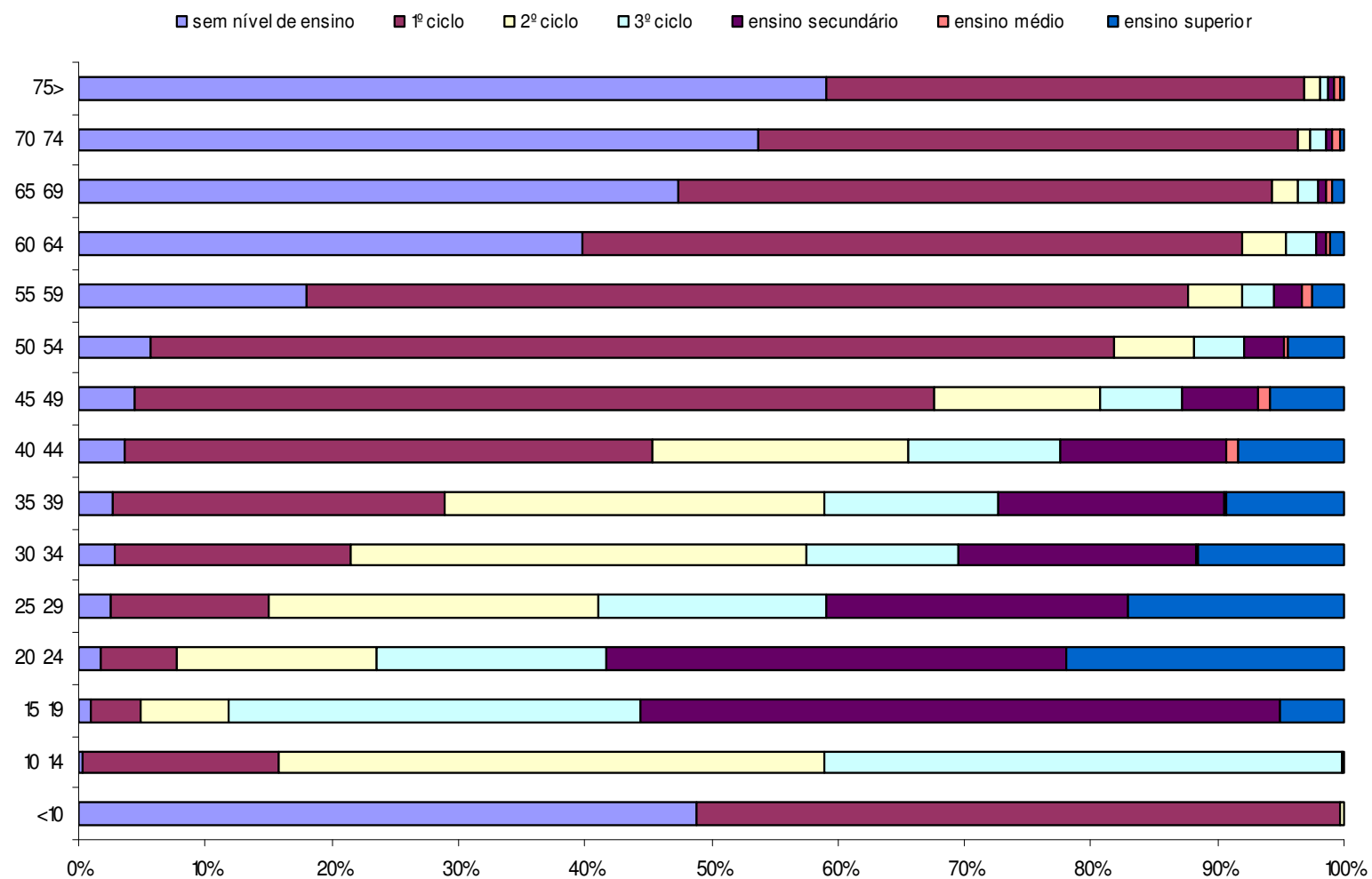
A leitura da tabela demonstra-nos que, a maioria da população do concelho de Serpa (59%) se situa nas categorias mais baixas da escolarização: 22% não tem qualquer nível de instrução, e 37% apenas estabelecem alguma relação com o 1º Ciclo do Ensino Básico - tendo a maior parte dos indivíduos deste grupo terminado este nível de ensino. Apenas 9% da população completou o 2º Ciclo o Ensino Básico²⁰, tendo 3% concluído o 3º Ciclo do Ensino Básico²¹.

Os índices de frequência e conclusão vão diminuindo à medida que sobem os níveis de escolarização, sendo que, no concelho de Serpa, apenas 3% da população finalizou o ensino superior.

²⁰ Nível de ensino obrigatório desde 1976.

²¹ Nível de ensino obrigatório desde 1989.

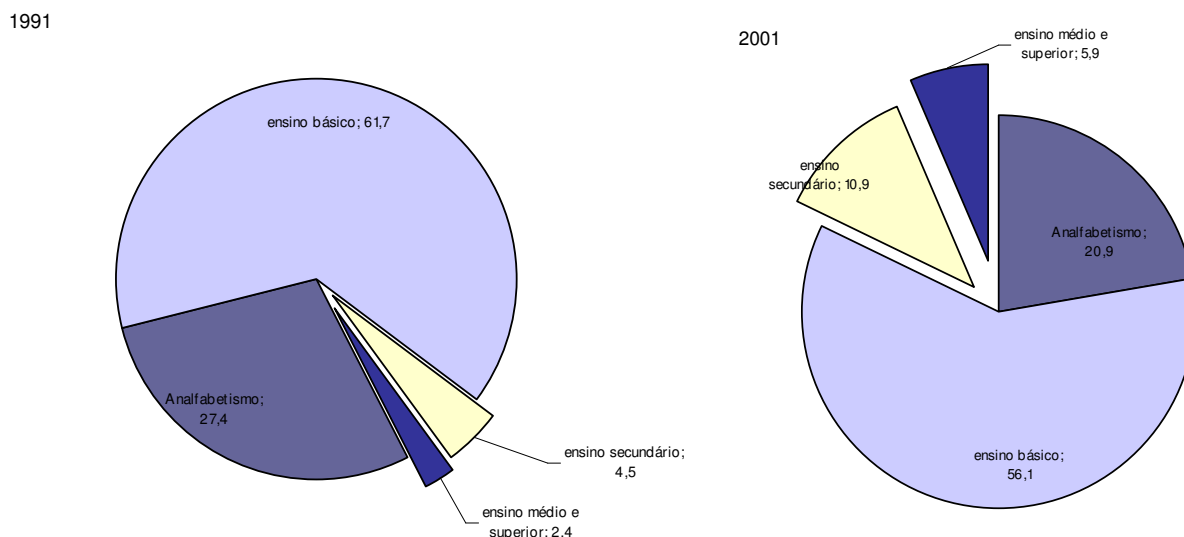
Gráfico 1. Estrutura das habilitações da população por grupos etários, em 2001.



Fonte: INE, 2002.

Como podemos perceber a partir da leitura do gráfico, encontramos analfabetismo em todos os intervalos de idade, sendo os grupos a partir dos 55 anos aqueles que registam índices mais elevados. Importa também destacar a existência, ainda que residual, de analfabetismo a partir dos 15 anos, grupo ainda abrangido pela escolaridade obrigatória

Gráfico 2. Estrutura das habilitações da população: evolução no período intercensitário.



Fonte: INE, 2002.

Apesar de este ser um quadro que ilustra uma situação grave, é de destacar como positivo que a taxa de analfabetismo²² do concelho sofreu um decréscimo. Assim, e de acordo com os Censos de 1991 e de 2001 (INE, 2002), tínhamos:

- 27,4% - Taxa de analfabetismo em 1991;
- 20,9% - Taxa de analfabetismo em 2001.

Observemos a distribuição por género dos níveis de instrução.

²² Analfabeto: «Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa» (INE, 2002).

Nível de Instrução	hm	h
Analfabeto	3187	1266
Nenhum	3933	1662
1.º CEB	6169	3230
2.º CEB	2138	1162
3.º CEB	1662	930
Ensino Secundário	1835	907
Ensino médio	55	30
Ensino Superior	931	351
Total	16723	8272

Tabela 12. População residente segundo o nível de ensino atingido e sexo e taxa de analfabetismo em 2001.

Fonte: INE, 2002.

Legenda: hm - homem e mulher; h - homem.

Como se conclui, as diferenças de comportamento entre os géneros são acentuadas. Começamos por destacar que, em 2001 o concelho de Serpa tinha maior número de mulheres do que homens, embora com uma diferença pouco significativa: 8272 homens e 8451 mulheres. No entanto, o grupo de pessoas sem qualquer nível de ensino é composto, grosso modo, por um terço de homens e dois terços de mulheres, mantendo-se esta relação para os indivíduos que integram o grupo dos analfabetos. Esta tendência, de escolarização diferenciada entre os géneros, mantém-se nos três ciclos do ensino básico - em que o número de mulheres com estes níveis de ensino é sempre ligeiramente inferior ao número de homens. Ao contrário, o número de mulheres que concluiu o ensino secundário é ligeiramente superior ao número de homens (mais 28 num total de 1835). Esta diferença acentua-se na população com um curso do ensino superior - grupo composto por 351 homens e 580 mulheres, valores que se aproximam da actual tendência, a nível nacional, para a existência de um número superior de mulheres a ingressar e frequentar o ensino superior.

1.5. Assistência Social e Saúde

1.5.1. Equipamentos de assistência social

Numa descrição breve, encontramos os seguintes equipamentos sociais no concelho de Serpa, conforme discriminado no Quadro 1.

Quadro 1. Equipamentos Sociais do concelho de Serpa, por freguesias, no ano de 2003.

Tipo de equipamento	Designação	Freguesia/localização
Lar de idosos	Santa Casa da Misericórdia	Serpa
	Lar de S. Bento	V.N.S. Bento
	Centro Social e Paroquial de Brinches	Brinches
	Fundação Viscondes de Messangil	Pias
Centro de dia	Flor do Enxoé - Associação de Solidariedade Social de Vale de Vargo	Vale de Vargo
	Centro Social de S. Jorge e Sra. das Pazes	V.V. Ficalho
Creche	Creche Jardim Infância N. Sra. Conceição	Santa Maria
	Fundação Viscondes de Messangil	Pias
Centro de convívio	Juntas de Freguesias	Santa Maria, Salvador, Pias, V.N. S. Bento

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2003.

A partir da análise do quadro, verificamos que, à excepção das freguesias urbanas Salvador e Santa Maria, todas as freguesias têm Lar de Idosos ou Centro de Dia. Contudo, em Serpa existe o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia, que serve a cidade. No que se refere às crianças dos 0 aos 3 anos de idade existem apenas dois equipamentos, em Santa Maria e em Pias, constituindo as únicas instituições particulares de solidariedade social com valência de educação existentes no concelho.

1.5.2. Saúde

Sobre a temática da saúde, fazemos uma descrição breve dos recursos e equipamentos existentes, no sentido de percebermos a sua distribuição pelo concelho, sistematizada no Quadro 2. Observámos que o único Hospital e Centro de Saúde existentes se situam na sede de concelho, embora este último tenha extensões que abrangem a totalidade das freguesias.

Quadro 2. Equipamentos e recursos de saúde existentes no concelho de Serpa.

Recursos	Nº	Localização
Hospital	1	Serpa
Camas	36	
Médicos	14	
Centro de Saúde	1	Com 8 extensões (em todas as freguesias rurais - 5 - e nos lugares de A-do-Pinto, Santa Iria e Vales Mortos)
Ambulâncias	21	
Farmácia	6	Serpa (2); Pias (1); V.N.S.Bento (1); Brinches (1); V.V.Ficalho (1)

Dentista	4	Serpa
Consultório Clínica Geral	4	Serpa (1), V.N.S.Bento (1), Vale de Vargo (1) e Pias (1)
Clínica Privada de Saúde	3	Serpa
Centro Enfermagem	1	Pias (1)
Laboratório de Análises Clínicas	4	Serpa (2); Pias (1) e V.N.S.Bento (1)
Clínica Veterinária	1	Serpa
Consultório Veterinário	2	V.N.S.Bento (1) Pias (1)
Total	98	

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2003.

As consultas de especialidade, laboratórios e clínicas particulares concentram-se na sede de concelho, ainda que a freguesia de Pias detenha um Centro de Enfermagem (com consultas de algumas especialidades) e em Vila Nova de São Bento exista um Laboratório de Análises. Destaque para o facto de não haver farmácia na freguesia de Vale de Vargo.

1.6. Património, Cultura e Associativismo

1.6.1. Património Histórico e Natural

Parte substancial do interesse turístico de Serpa advém do seu Património Arquitectónico e Natural, sendo de realçar na cidade, como Património Monumental Classificado, a Igreja de S. Francisco, Muralhas de Serpa, Ermida de Santa Luzia, Igreja de Santa Maria e Núcleo Intramuros da Cidade de Serpa. A estes elementos acresce, ainda, um vasto conjunto de elementos arquitectónicos populares e eruditos, enquadrados no Centro Histórico²³.

Relativamente ao Património Natural salienta-se o Parque Natural do Vale do Guadiana.

1.6.2. Equipamentos existentes no concelho

No quadro que se segue apresentam-se as infraestruturas de carácter cultural existentes no concelho de Serpa, numa descrição do tipo de equipamento e por localização no território.

Quadro 3. Equipamentos culturais do concelho de Serpa, segundo a sua localização.

Localização	Tipo de equipamento
Serpa	Espaço Internet
	Biblioteca Municipal
	Arquivo Municipal
	Museu Etnográfico, Museu Arqueológico e Museu do Relógio

²³ Em vias de classificação pelo IPPAR como conjunto urbano de interesse patrimonial, e protegido pelo Plano de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Serpa.

	Pavilhão de Feiras e Exposições; Salão de Bombeiros; Casa do Povo; Auditório da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural; Espaço da Nora; Espaço Vemos Ouvimos e Lemos
	Centro Cultural de Santa Iria
	Centro Cultural de Vales Mortos
	Cine-Teatro Municipal de Serpa
Pias	Biblioteca Pública do Teatro Experimental de Pias
	Museu do Vinho
	Salão Polivalente; Casões da Antiga UCP; Casa do Povo
	Cine-Teatro D. Maria
Vila Nova de São Bento	Museu Etnográfico
	Centro Cultural de Vila Nova de São Bento
	Cine-Teatro Maria Lamas
	Centro Social; Centro Convívio
	Salão polivalente (em construção)
	Centro de Convívio de A-do-Pinto
Vila Verde de Ficalho	Biblioteca Museu de Vila Verde de Ficalho
	Museu Arqueológico
	Salão Polivalente
Vale Vargo	Centro Cultural
	Salão Polivalente
Brinches	Biblioteca António Estevéns Batista
	Sociedade 1ºJunho Brinchense
	Centro cultural (em construção)

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Em termos genéricos, Serpa dispõe de Centros Culturais, Museus, Bibliotecas, Casas de Espectáculo e Teatros. Em todas as freguesias encontramos equipamentos de natureza cultural. A sua concentração é, contudo, mais evidente em Serpa, sede de concelho. Brinches e Vale Vargo são as freguesias com menor número de equipamentos.

Os equipamentos destinados à prática desportiva encontram-se sistematizados no quadro abaixo.

Quadro 4. Recintos Desportivos existentes no concelho, segundo a sua localização.

Localização	Recintos desportivos
Serpa	Pavilhão de Desportos Carlos Pinhão
	Parque desportivo (Campo de futebol relvado e pelado, Pavilhão, Court de Ténis, Patinódromo)
	Campo de Jogos da EB2.3
	Pavilhão coberto, Ginásio e Parque de Jogos da Escola Secundária com 3º Ciclo de Serpa
	Piscinas Coberta e Descuberta
Pias	Parque Desportivo 1º de Maio (Campo de futebol relvado, Polidesportivo, Court de ténis)
	Pavilhão coberto e Ginásio da EBI com JI de Pias

Vila Nova de São Bento	Parque desportivo Campos de futebol Relvado e pelado; polidesportivo e court de ténis
	Campo de futebol de A-do-Pinto
	Campo de jogos descoberto da EB2.3
Vale Vargo	Parque Desportivo 25 de Abril (Campo de futebol, Polidesportivo)
Brinches	Campo de futebol
Vila Verde de Ficalho	Parque desportivo (Campo de futebol e Polidesportivo)

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Ao nível das instalações desportivas, o concelho de Serpa dispõe de algumas infraestruturas, com destaque para os Parques e Pavilhões desportivos, no âmbito dos quais se desenvolvem diversas modalidades. À semelhança do que acontece no domínio cultural, as freguesias de Serpa registam o maior número de equipamentos, sendo que a freguesia de Brinches dispõe de apenas um campo de futebol.

1.6.3. Dinâmica cultural

Neste subponto é feita uma descrição sucinta da dinâmica cultural do concelho, área de grande envolvimento da Câmara Municipal de Serpa. Vejamos os acontecimentos regulares do concelho nesta matéria, seguindo uma linha de leitura por tipo de iniciativa - as festas e outros eventos - bem como os grupos de acção cultural do concelho.

Festas e feiras

As festas do concelho, em honra de N. Sr.^a de Guadalupe, durante a Páscoa, revestem-se de antiquíssimos rituais e compreendem manifestações importantes de carácter etnográfico. Um dos pontos altos das festas é o desfile, no Domingo de Páscoa, em que centenas de figurantes a pé e em carros alegóricos recriam a evolução histórica do concelho e mostram os usos e costumes locais.

Quadro 5. Festas religiosas do concelho de Serpa.

Local de Realização	Evento	Calendarização
Serpa	Festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios	Fevereiro
	Festa em honra de Nossa Senhora da Guadalupe	Páscoa
	Festa em honra de São Bráz	Junho
	Festa em honra de São Pedro	Junho
	Festa de Vale do Poço em Honra de Santo António	Junho
	Festa em honra de Santa Ana	Julho
	Festa de Vales Mortos em honra de Santa Maria e São José	Agosto
	Festa de Santa Iria em honra de Santa Iria	Outubro
Pias	Festa da Orada	Páscoa

	Festa em honra de São João	Junho
	Festa em honra de São Luís e Santíssimo Sacramento	Setembro
Vila Nova de São Bento	Festa em honra de São Sebastião	Janeiro
	Festa das Santas Cruzes	Maio
	Festa de A-do-Pinto em honra de Nossa Senhora de Fátima	Maio
Vila Verde de Ficalho	Festa em honra de São Jorge e Senhora das Pazes	Páscoa
	Festa em honra de Santo António	Junho
	Festa do Crespo	Junho
	Festa da Penalva	Julho
	Festa em honra de Santa Maria	Agosto
Brinches	Festa em honra de Nossa Senhora da Consolação	Páscoa
	Festa em honra de Nossa Senhora de Neves	Agosto
Vale de Vargo	Festa em honra de São Sebastião	Janeiro
	Festa em honra da Ascensão do Senhor	Maio

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Para lá desta de manifestação de carácter concelhio, todas as freguesias são marcadas por festas de pendor essencialmente religioso, em honra de Santos e por ocasião de momentos importantes no calendário bíblico, destacando-se a devoção à figura de Nossa Senhora.

Outros eventos

Também se realizam, com carácter regular, várias feiras. Estas versam, essencialmente, os produtos tradicionais da região e acontecem na cidade e em três das cinco freguesias rurais. Em Serpa ocorrem três feiras por ano - a feira tradicional, a feira do desenvolvimento e a feira do queijo. Em Vila Nova de São Bento realiza-se a feira anual de gado e das actividades económicas. Em Pias acontece a feira do vinho e em Vale de Vargo a feira do azeite.

Quadro 6. Dinâmica cultural do concelho de Serpa.

Local de Realização	Evento	Calendarização
Concelho	Www Mulheres em Festival	Março
	Festand's Mini Andebol	Março a Junho
	Comemorações do 25 de Abril	Abril
	Encontros concelhios desportivos	Maio e Junho
	Semanas culturais	Junho e Julho
	Noites de rua cheia (animação de rua)	Julho e Agosto
	Projecto desenvolvimento corridas em patins	Todo o ano
	Projecto desenvolvimento andebol	Todo o ano
	Encontro grupos corais	Data variável
Serpa	Festival de Cinema Documental DOC's KINGDOM	Junho
	Festival de Teatro Infantil "FEVEREIRO MÊS PEQUENINO"	Fevereiro

	Musikando (festival de música)	Janeiro
	Feira do Queijo	Fevereiro
	Cortejo etnográfico (festas da Páscoa)	Páscoa
	Fórum idoso	Maio
	Maratona Futsal	Junho
	Encontro de culturas/mercado cultural	Junho
	Noites na Nora (festival cultural)	Julho e Agosto
	Feira da tradição e desenvolvimento	Agosto
	Semana da mobilidade	Setembro
	Jornadas europeias do património	Setembro
	Feira agropecuária transfronteiriça de Vale do Poço	Setembro
	Aniversário da Sociedade Filarmónica de Serpa	Dezembro
	Projecto desenvolvimento basquetebol	Todo o ano
	Projecto Avós em movimento	Todo o ano
V.N.S. Bento	Artes de Palco	Março
	Corida de Touros	Março
	Feira Anual de Vila Nova de São Bento	Setembro
	Festival taurino	Setembro
Pias	Mês do Teatro	Março
	Feira do Vinho	Junho
	Feira do desporto	Junho
Vale de Vargo	Feira do Azeite de Vale de Vargo	Março

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Para além das festas e feiras, de pendor mais tradicional, acontecem no concelho de Serpa outros eventos mais dispersos e diversificados, como se verifica.

Grupos de teatro, grupos musicais e grupos corais

A dinâmica do concelho está igualmente patente nos grupos culturais descritos no Quadro 7. Estes estão dispersos por todo o concelho e são particularmente expressivos no domínio musical.

Quadro 7. Grupos artísticos, culturais e musicais do concelho de Serpa.

Localização	Grupo
Serpa	Grupo de Teatro de Serpa
	BAAL 17 - Companhia de Teatro na Educação do Baixo Alentejo
	Banda Filarmónica de Serpa
	Grupo Coral e Etnográfico da Casa do Povo de Serpa
	Grupo Coral “Os Ceifeiros de Serpa”
	Grupo de Música Popular “Trigo Roxo”
	Grupo de Música Popular “Os Alentejanos”
	Grupo de Música Popular “Sementes do Alentejo”
	Teatro Experimental de Pias

Pias	Grupo de Música Popular “Canto Moço” Grupo de Música popular “Ao luar da Meia Noite” Grupo Coral “Os Camponeses de Pias”
Vale de Vargo	Grupo Musical “Arco-íris” Grupo Coral “As papoilas do Enxoé” Rancho Coral “Os Camponeses de Vale de Vargo”
Vila Nova de São Bento	Associação cultural Vil’Artes Grupo Coral e Etnográfico de Vila Nova de S. Bento Rancho de Cantadores de Vila Nova de S. Bento Grupo Coral de A-do-Pinto
Brinches	Grupo Coral e Etnográfico da Casa do Povo de Brinches Banda Filarmónica de Brinches
Vila Verde de Ficalho	“Os Chocalheiros” Grupo Coral “Os Arraianos” Grupo de música popular “Serões do Alentejo”

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Embora, como vimos, na freguesia de Brinches não haja nenhum evento associado especificamente à freguesia, destaca-se a existência de um Grupo Coral e Etnográfico da Casa do Povo de Brinches e ainda a Banda Filarmónica de Brinches.

Como dinamizadores das actividades culturais, a freguesia de Pias dispõe do Teatro Experimental de Pias, e de grupos de música popular/corais.

Vale de Vargo possui um equipamento de natureza cultural, tendo ainda como dinamizadores culturais o Grupo Musical “Arco-íris” e o rancho coral “Os Camponeses de Vale do Vargo”.

A freguesia de Vila Verde de Ficalho dispõe de quatro equipamentos desta natureza, não estando identificados eventos tradicionais nesta zona. Tem no entanto três grupos artísticos: Os Chocalheiros, o Grupo Coral “Os Arraianos”, e o Grupo de Música Popular “Os Serões do Alentejo”:

As freguesias de Santa Maria e de Salvador - contidas na designação da cidade de Serpa - apresentam, no quadro geral, a maior concentração de grupos e equipamentos culturais e associativos. Ainda assim, pode considerar-se que, de um modo geral, o concelho de Serpa apresenta uma distribuição bastante razoável dos equipamentos, pelas várias freguesias, tendo em conta as características intrínsecas da região. Tendo em conta estes elementos, pode considerar-se que a sede de concelho se encontra bastante bem apetrechada, no que toca a equipamentos de natureza cultural, considerando também o número de habitantes.

2. A situação escolar do concelho de Serpa

Este capítulo tem como objectivo caracterizar e analisar a evolução registada na situação escolar do concelho de Serpa, entre os anos lectivos de 1998/99 e 2005/06. Esta caracterização teve por base indicadores relativos aos equipamentos escolares, à população docente e discente, constitutivos da moldura escolar do concelho de Serpa neste intervalo.

Os dados necessários a esta análise foram obtidos junto da Câmara Municipal de Serpa (CMS), dos Agrupamentos de Escolas, da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural e dos serviços centrais, regionais e locais do Ministério da Educação, designadamente:

- O Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP), actual Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE);
- A Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA);
- O Centro de Área Educativa do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (CAE-BAAL);
- A Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar de Serpa (CCEREE).

No que diz respeito à estrutura do documento, num primeiro momento serão abordados os estabelecimentos de ensino do concelho. Posteriormente, será analisada a população docente. E discente. Terminamos com um quadro evolutivo da acção educativa da CMS e com o diagnóstico da situação educativa do concelho.

2.1. Rede escolar do concelho de Serpa

Este sub capítulo trata da especificidade da rede de escolas existente no concelho de Serpa. Far-se-á a distribuição das escolas de cada agrupamento pelas freguesias do concelho, tentando uma análise evolutiva das alterações decorridas ao longo do intervalo de tempo considerado, no sentido de perceber os diferentes níveis de acesso e de cobertura. Tentaremos, ainda, dar conta da abertura e do encerramento de escolas, bem como da sua reorganização e adaptação a tipologias.

Por último, ocupar-nos-emos da caracterização dos recursos físicos das escolas em funcionamento no ano lectivo de 2005/06 e tentaremos assinalar os principais investimentos e dotações feitos nas escolas do concelho desde o ano lectivo de 1998/99 até ao ano lectivo actual.

2.1.1. Quantidade e tipo de estabelecimentos

Damos início à descrição das escolas do concelho de Serpa com dados de cariz longitudinal, com o objectivo de apreender a tendência de evolução da rede escolar. Na tabela seguinte faz-se a sistematização do número de escolas, adoptando-se uma divisão por tipologias e não apenas por ciclo de ensino, na qual contemplamos, igualmente, o subsistema particular e cooperativo.

Tipologias existentes	Anos lectivos							
	1998 1999	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Jardim-de-infância (JI) ²⁴	8	8	8	7	5	5	5	5
Educação Pré-escolar Itinerante (EPEI)	2	2	2	2	2	2	2	2
Centro de Educação Pré-escolar (CEPE)	1	1	1	1	1	1	1	1
Escola Básica 1ºCiclo (EB1)	22	22	20	20	18	18	12	7
EB1 com JI	0	0	0	0	2	2	2	2
EB Integrada com JI	0	1	1	1	1	1	1	1
EB Integrada (EBI)	2	2	2	0	0	0	0	0
Escolas Básicas Mediatizadas (EBM) ²⁵	6	6	5	5	5	5	0	0
EB2,3	0	0	0	2	2	2	2	2
Escola Secundária com 3º Ciclo	1	1	1	1	1	1	1	1
Escola Profissional	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	43	44	41	40	38	38	27	22

Tabela 13. Evolução das tipologias de escolas existentes no concelho de Serpa, entre 1998/99 e 2005/06.
Fontes: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Agrupamento de Escolas de Serpa, 2005; Agrupamento de Escolas de Pias, 2005; Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento, 2005; Escola Secundária com 3º Ciclo; Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, 2005; DREA, 2004.

O parque escolar do concelho de Serpa é constituído por estabelecimentos de todos os níveis de escolaridade, com excepção do ensino superior, abrangidos pelos subsistemas de ensino público, bem como pelo particular e cooperativo, o que se verifica ao longo de todo o intervalo de tempo mencionado. Este último subsistema está representado, apenas, ao nível da educação pré-escolar. Destaca-se a variabilidade das tipologias de escola, com consequências ao nível da dispersão dos ciclos de ensino por diferentes tipos de edifício.

A rede escolar do concelho apresenta alterações substanciais na sua estrutura e no número de edifícios. As diferenças encontradas reflectem diversas situações:

- Extinção das EBM;
- Encerramento de EB1, particularmente expressivo no ano lectivo de 2004/05.
- Opções de reconversão do edificado, tendo como consequência o aparecimento de novas tipologias de escola. Destacam-se as fusões das valências de 1º Ciclo e de educação pré-escolar, expressas nas EB1 c/ JI de Brinches e de Vale de Vargo, ocorridas no ano lectivo de 2002/03. De notar, também, a reconversão das Escolas Básicas Integradas de Abade Correia da Serra (freguesia de Salvador) e de Vila Nova de

²⁴ Inclui o Jardim-de-infância Fundação Viscondes de Messangil e a Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição, pertencentes ao subsistema particular e cooperativo, em todo o intervalo considerado.

²⁵ O Ensino Básico Mediatizado foi extinto, por decisão do Ministério da Educação, no ano lectivo de 2003/04.

São Bento em EB2.3, em 2001/02, reflexo da estratégia de planeamento e política educativa do país.

Sintetizemos algumas das ideias-chave que a leitura da tabela nos permite, em cada um dos níveis de educação representados.

Educação Pré-escolar

No ano lectivo de 2005/06 existiam no concelho de Serpa oito instituições: um Centro de Educação Pré-escolar, dois pólos de itinerância com oferta ao nível da educação pré-escolar e 5 instituições que contemplam, apenas, esta valência. Além destas, a educação pré-escolar encontra-se, também, em duas EB1 com JI (localizadas em Brinches e Vale Vargo) e uma EBI com JI (localizada em Pias). Como podemos perceber, a diminuição no número de Jardins-de-infância não corresponde a um decréscimo real, resultando, antes, da reconversão das tipologias.

Dos cinco Jardins de infância, dois pertencem ao subsistema particular e cooperativo: o Jardim-de-infância da Fundação Viscondes de Messangil (freguesia de Pias) e a Creche-Jardim de infância de Nossa Senhora da Conceição (freguesia de Santa Maria).

1º Ciclo do Ensino Básico

Para o 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB) o quadro apresentado é distinto. Verificamos não existir no concelho registos de qualquer instituição particular ou de solidariedade social que promova este nível de ensino. Todas as escolas com e do 1º CEB são públicas, verificando-se uma flutuação moderada entre os anos lectivos de 1998/99 e de 2003/04, resultante do encerramento de duas escolas e da conversão²⁶ de duas EB1 c/JI, no ano de 2002/03.

Por seu lado, 2004/05 constitui um ano de quebra acentuada, registando-se o encerramento de seis escolas. Assim, neste ano já não funcionaram as EB1 de Belmeque (freguesia de Vale de Vargo), de Hortinha (freguesia de Pias), de Penalva (freguesia de Vila Verde de Ficalho), de Cabeceiras de Vale Queimado (freguesia de Santa Maria), de Sobreira Formosa e de Monte Sobral (freguesia de Salvador). No ano lectivo de 2005/06 encerraram as EB1 de Sopos, de Monte Candeias e de Crespo. Todos estes casos devem o seu encerramento às quebras dramáticas no número de alunos e ao isolamento.

²⁶ Esta modificação do formato das escolas fundamenta-se em argumentos do espectro pedagógico e curricular - beneficiando a transição das crianças do ensino pré-escolar para o 1º Ciclo, mas também relacionado com a administração e gestão de recursos. De facto, a contratação e rentabilização de pessoal não docente e as despesas de manutenção inerentes ao funcionamento do edifício, bem como a partilha de espaços, recursos e materiais resultam numa gestão mais simplificada.

Contudo, também o 1º Ciclo se encontra disperso por vários tipos de escola. Actualmente, existem dez escolas que promovem este nível de educação básica, sendo a distribuição desta oferta a seguinte:

- 7 Escolas 1º Ciclo;
- 2 Escolas Básicas do 1º Ciclo com Jardim-de-infância;
- 1 Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância.

2º Ciclo do Ensino Básico

A apologia do funcionamento integrado de mais do que um nível de ensino no mesmo edifício teve e continua a ter muitas implicações para o 2º Ciclo do Ensino Básico (2º CEB).

A leitura da tabela demonstra-nos que, no concelho de Serpa, este ciclo de ensino, à semelhança dos níveis de escolaridade anteriores, tem sido assegurado por diversas tipologias de escolas, com especial destaque para as EBM até ao ano lectivo de 2003/04²⁷. A extinção desta modalidade constitui a alteração mais visível neste ciclo de escolaridade, tendo sido encerradas as EBM das seguintes localidades: Cabeceiras de Vale Queimado, Vila Verde de Ficalho, Vales Mortos, Pias, Vale de Vargo e Brinches. Assim, o 2º Ciclo do Ensino Básico passou a ser assegurado por três estabelecimentos, dos quais duas EB2.3 (em Vila Nova de São Bento e Salvador) e uma EBI com JI(em Pias).

3º Ciclo do Ensino Básico

A tendência relativa às escolas deste nível de ensino é de estabilização. Assim, desde 1998, a oferta a este nível tem sido concentrada em três tipos de escolas: a EB2.3, a EBI (com e sem Jardim de infância) e a Escola Secundária com 3º Ciclo de Serpa. Verifica-se, também, a oferta de cursos profissionais de Nível II, que conferem equivalência ao 3º Ciclo do Ensino Básico, na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa (EPDRS).

É visível um desequilíbrio entre a oferta dos 2º e 3º Ciclos, existindo mais duas escolas com este último nível (Secundária e Profissional), comparativamente ao 2º Ciclo (EBI com JI e EB2.3).

Ensino Secundário e Ensino Profissional

Fora dos limites superiores da escolaridade obrigatória ficam os ensinos secundário e profissional. O concelho de Serpa dispõe de uma escola para cada uma destas modalidades de educação, ambas situadas na cidade de Serpa, situação comum a todo o intervalo de tempo em análise.

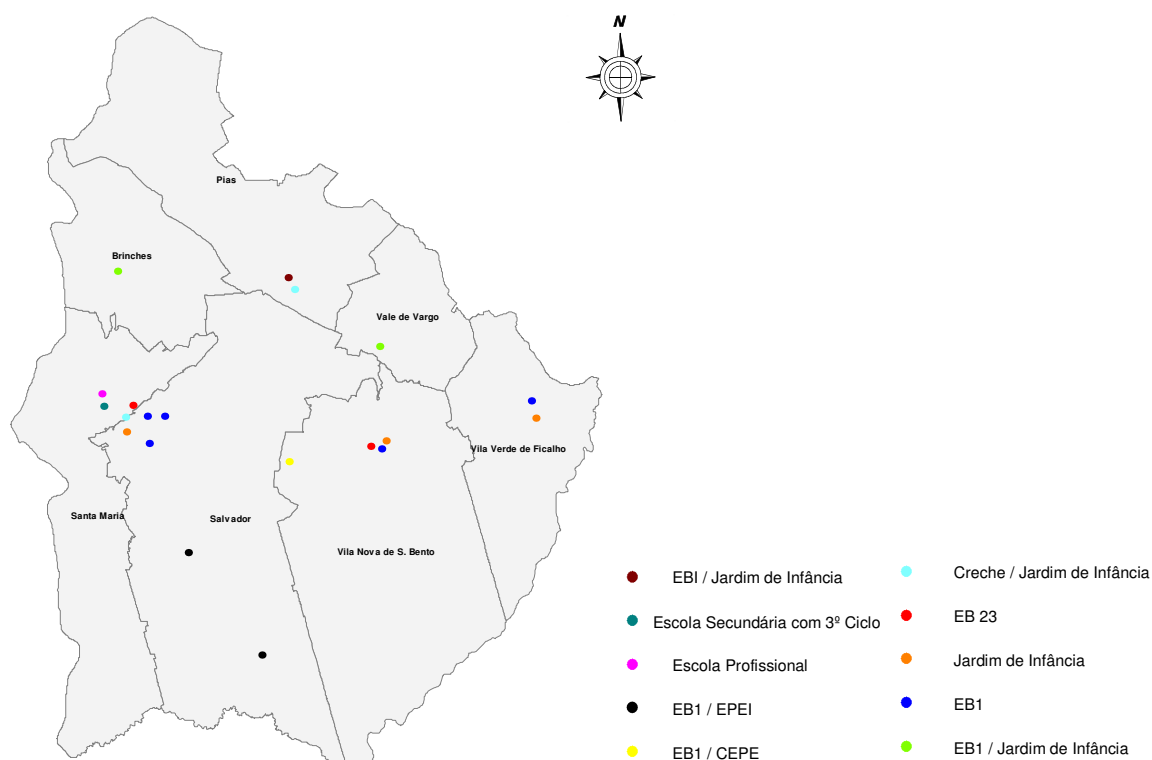
²⁷ Neste ano, estas escolas apenas ministraram o 6º ano de escolaridade, dado que a directiva de encerramento, emanada do Ministério da Educação, já se encontrava em curso.

2.1.2. Distribuição no concelho por freguesia

Neste ponto apresentamos a rede escolar segundo a distribuição das escolas pelas várias freguesias do concelho e segundo o nível de escolaridade a que pertencem, conforme podemos verificar pela descrição feita no mapa e tabela abaixo.

No sentido de enriquecer a leitura incluímos a Planta de Localização da Rede Escolar do Concelho de Serpa (CMS, 2006).

Mapa 2 . Planta de Localização da Rede Escolar do Concelho de Serpa em 2006.



Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Tipologias por freguesia		Anos lectivos							
		1998 1999	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Vila Nova de São Bento	Jl	1	1	1	1	1	1	1	1
	CEPE	1	1	1	1	1	1	1	1
	EB1	3	3	3	3	3	3	3	2
	EBl	1	1	1	0	0	0	0	0
	EB 2.3	0	0	0	1	1	1	1	1
	total	6	6	6	6	6	6	6	5
Brinches	Jl	1	1	1	1	0	0	0	0
	EB1	1	1	1	1	0	0	0	0
	EB1 c/ Jl	0	0	0	0	1	1	1	1
	EBM	1	1	1	1	1	1	0	0
	total	3	3	3	3	2	2	1	1
Pias	Jl ²⁸	2	1	1	1	1	1	1	1
	EBM	1	1	0	0	0	0	0	0
	EB1	3	1	1	1	1	1	0	0
	EBl c/ Jl	0	1	1	1	1	1	1	1
	total	6	4	3	3	3	3	2	2
Salvador	Jl	0	0	0	0	0	0	0	0
	EB1	7	7	7	7	7	7	4	4
	EPEI	2	2	2	2	2	2	2	2
	EBM	1	1	1	1	1	1	0	0
	EBl	1	1	1	0	0	0	0	0
	EB2.3	0	0	0	1	1	1	1	1
	E. Sec/ 3º Ciclo	1	1	1	1	1	1	1	1
	E. Profissional	1	1	1	1	1	1	1	1
	total	13	13	13	13	13	13	9	9
Santa Maria	Jl ²⁹	2	2	2	2	2	2	2	2
	EB1	2	2	2	2	2	2	1	1
	EBM	1	1	1	1	1	1	0	0
	total	5	5	5	5	5	5	3	3
Vale de Vargo	Jl	1	1	1	1	0	0	0	0
	EB1	2	2	2	2	1	1	0	0
	EB1 c/ Jl	0	0	0	0	1	1	1	1
	EBM	1	1	1	1	1	1	0	0
	total	4	4	4	4	3	3	1	1
Vila Verde de Ficalho	Jl	1	1	1	1	1	1	1	1
	EB1	4	4	4	4	4	4	3	1

²⁸ Inclui o Jardim-de-infância da Fundação Viscondes de Messangil, em todo o intervalo considerado.

²⁹ Inclui a Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição, em todo o intervalo considerado.

	EBM	1	1	1	1	1	1	0	0
	Total	6	6	6	6	6	6	4	2

Tabela 14: Distribuição dos estabelecimentos escolares existentes no concelho de Serpa, por freguesia, segundo a tipologia, no intervalo entre 1998/99 e 2005/06.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Agrupamento de Escolas de Serpa, 2005; Agrupamento de Escolas de Pias, 2005; Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento, 2005; Escola Secundária com 3º Ciclo; Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, 2005; DREA, 2004.

Síntese

- Numa visão alargada, podemos constatar que as freguesias de Salvador e de Vila Nova de São Bento concentram mais de metade das escolas existentes no concelho, sendo de destacar que Salvador é uma das freguesias urbanas de Serpa.
- No ano lectivo de 2005/06, todas as freguesias do concelho têm, pelo menos, uma instituição com valência de educação pré-escolar³⁰ e 1º Ciclo do Ensino Básico. Contudo, já no que diz respeito ao 2º Ciclo do Ensino Básico, apenas as sedes das freguesias de Vila Nova de São Bento, de Pias e de Salvador - onde se localizam as sedes dos três Agrupamentos de Escolas de Serpa - asseguram este nível. Também o 3º Ciclo do Ensino Básico se concentra, exclusivamente, nestas localidades.
- É, também, em Salvador que se encontram a única escola secundária e a única escola profissional, situação consistente com o facto de esta registar a maior densidade populacional, conforme referido na caracterização sócio-económica (Capítulo 1 da Parte II). De facto, é sobretudo nos níveis de ensino pós-básico que existe maior desequilíbrio da distribuição dos equipamentos educativos, criando-se alguma dependência das regiões periféricas face à sede de concelho. No entanto, é importante notar que, tanto na educação pré-escolar, quanto no ensino básico, o concelho de Serpa apresenta uma rede escolar relativamente equilibrada, desconcentrada, com diversidade de equipamentos.

2.1.3. Agrupamentos de escolas do concelho de Serpa

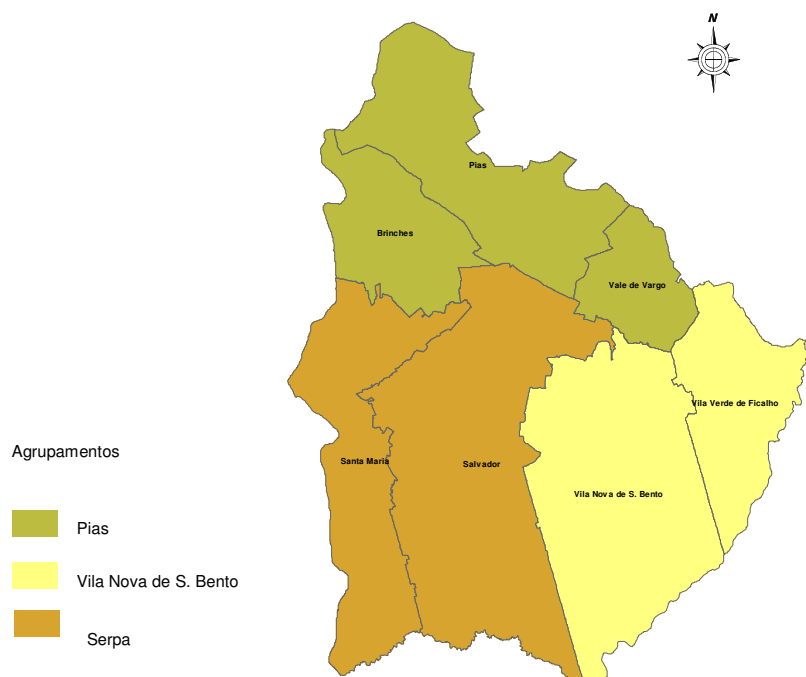
Na sequência do Decreto-Lei Nº 115/A de 1998, que estabelece o regime de autonomia das escolas, foram criados os Agrupamentos Verticais de Escolas. Destes, ficaram excluídas as escolas do ensino secundário e do ensino profissional, bem como as instituições do subsistema particular e cooperativo de todos os níveis de ensino.

Ao nível do ensino pré-escolar e do ensino básico público, a rede escolar do concelho de Serpa

³⁰ De acordo com os Agrupamentos de escolas de Serpa e de Vila Nova de São Bento, existem dois estabelecimentos de Educação Pré-escolar Itinerante (Santa Iria e Vales Mortos) e um Centro de Educação Pré-escolar (A-do-Pinto), respectivamente. Estes, apenas a partir de 2005, passaram a ser contabilizados pelo Ministério. Fazem uma diferença significativa na apreciação na cobertura, sendo, de facto, a única oferta pré-escolar na freguesia de Salvador.

encontra-se estruturada em três agrupamentos verticais. A delimitação da área de abrangência dos agrupamentos respeitou os limites administrativos já existentes, associando freguesias e adoptando os seus limites, como constatamos no mapa abaixo apresentado.

Mapa 3 . Estrutura dos Agrupamentos de Escolas, segundo a sua distribuição geográfica.



Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Como podemos verificar, no ano lectivo de 2005/06, o Agrupamento de Escolas de Serpa, constituído em Junho de 1999 (CMS, 2003), tem os limites das duas freguesias da cidade (Santa Maria e Salvador).

O Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento, criado também em Junho de 1999 (CMS, 2003), integra esta freguesia e a de Vila Verde de Ficalho. No ano lectivo de 2005/06, este agrupamento é composto por 3 escolas do 1º ciclo - uma em cada sede de freguesia e a outra em A-do-Pinto - e três ofertas de educação pré-escolar - um JI em cada sede de freguesia e um CEPE em A-do-Pinto.

Mais recente é o Agrupamento de Escolas de Pias, constituído em Maio de 2000, de acordo com dados da CMS (2003), que reúne as freguesias de Pias, Brinches e Vale de Vargo. Este agrupamento tem sede na EBI com JI de Pias, e integra além desta, duas EB1 com JI, situadas nas freguesias de Brinches e de Vale Vargo.

Quadro 8. Escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Jardins-de-infância que integram os agrupamentos da rede pública de escolas do concelho de Serpa no ano lectivo de 2005/06.

Agrupamento de escolas de Serpa	Agrupamento de escolas de Vila Nova de São Bento	Agrupamento de escolas de Pias
EB 2.3 Abade Correia da Serra	EB 2.3 de Vila Nova de São Bento	EBI c/JI de Pias
EB1 Nº1 de Serpa	EB1 Nº1 de Vila Verde de Ficalho	EB1 c/JI de Vale de Vargo
EB1 Nº2 de Serpa	EB1 de Vila Nova de São Bento	EB1 c/JI de Brinches
EB1 Nº3 de Serpa	EB1 c/CEPE de A-do-Pinto	
EB1 c/ EPEI de Santa Iria	JI de Vila Verde de Ficalho	
EB1 c/ EPEI de Vales Mortos	JI de Vila Nova de São Bento	
JI Nº1 de Serpa		

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Agrupamento de Escolas de Serpa, 2005; Agrupamento de Escolas de Pias, 2005; Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento, 2005.

Legenda: EB1 - Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico; JI - Jardim-de-infância; EPEI - Ensino Pré-escolar Itinerante; CEPE - Centro de Educação Pré-escolar.

A análise do quadro demonstra-nos que os agrupamentos de escolas do concelho diferem entre si, essencialmente, quanto ao número de escolas que os constituem. Assim, os agrupamentos com maior número de escolas são Serpa e Vila Nova de São Bento, sendo que o agrupamento de Pias tem apenas duas EB1 (com Jardim de infância).

2.2. Infra-estruturas e recursos físicos das escolas e jardins-de-infância

2.2.1. Caracterização geral

Neste ponto, é feita uma descrição geral dos principais recursos físicos, nomeadamente, instalações, equipamentos e materiais existentes em cada uma das escolas e jardins-de-infância. Faz-se, ainda, uma referência aos principais problemas e potencialidades³¹ de cada um dos casos em estudo. Estes dados encontram-se descritos nas Tabelas 15, 16, e 17, que correspondem à organização das instituições por agrupamento e sua localização por freguesia, cujos dados foram obtidos através das seguintes entidades:

- Agrupamentos de Escolas de Serpa, de Vila Nova de São Bento e de Pias;
- Direcção Regional de Educação do Alentejo;
- Câmara Municipal de Serpa.

Posteriormente, na Tabela 18, encontramos descritas as instituições não agrupadas, segundo os mesmos moldes, tendo os dados aí analisados sido obtidos junto das mesmas e, mais raramente,

³¹ Devido à ausência de alguns dados, nem sempre é possível analisar cada um dos edifícios quanto a todos os itens descritos, pelo que as conclusões são tiradas em referência aos dados existentes, não podendo ser feita, em absoluto, uma generalização aos casos omissos.

a partir dos indicadores oficiais da DREA.

Agrupamento de escolas de Vila Nova de São Bento		Salas Gerais			Salas Temáticas				Infra-estruturas e Recursos específicos								Problemas	Potencialidades
		Aula	Apoio	Devoluta	Laboratório	Educação Visual	Música	Informática	Biblioteca	Inst. Desporto	Esp. exterior	Serviço Refeições	Centro Recursos	Computadores		Gab. Professor		
														s/ Net	c/ Net			
Vila Nova de São Bento (VNSB)	JI de VNSB	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	Falta de condições do espaço exterior.	_____
	EB1 de VNSB	6	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	8	0	Falta de condições do espaço exterior.	_____
	EB1 c/ CEPE de A-do-Pinto	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	Falta de condições do espaço exterior.	_____
	EB 2.3 de VNSB	14	1	0	3	4	1	2	1	CJ	Sim	Sim	1	5	29	2	Inexistência de um pavilhão gimnodesportivo.	_____
Vila Verde de Ficalho (VVF)	JI de VVF	2	0	0	0	0	0	0	0	0	PC	0	0	2	0	2 ³²	Inexistência de Parque Infantil.	Boa articulação com a autarquia.
	EB1 N°1 de VVF	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	Falta de condições do espaço exterior.	_____
Totais		31	3	1	3	4	1	2	2	1	2	1	1	13	42	4		

Tabela 15. Recursos existentes nas escolas e jardins-de-infância do Agrupamento de escolas de Vila Nova de São Bento, por freguesia, no ano lectivo de 2005/06.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento, 2005; DREA, 2004.

Legenda: E - externo; P - próprio; C - existência de cozinha; ER - espaço de refeições; PC- pátio coberto; PD - pátio descoberto; PI - parque infantil; CJ - campo de jogos; SP - sala polivalente; R - recreio; Pol - polidesportivo; GI - sala de ginástica, interior; __ informações não disponibilizadas.

³² Um dos quais serve de arquivo, sendo o outro um espaço destinado a reuniões.

Síntese

- O número total de salas disponíveis no agrupamento é de 31. Deste total, 11 destinam-se ao 1º Ciclo. O número de salas é muito variável, oscilando entre um mínimo de 2 a 6 salas. Os edifícios que possuem apenas a educação pré-escolar são 2 e reúnem um total de 4 salas. O CEPE de A-do-Pinto, construído de novo, conta com uma sala de aula ampla, com diversos recantos temáticos. A escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Nova de São Bento reúne o maior número de salas de aulas, num total de 14.
- De notar a quase inexistência de espaços devolutos, sendo que, em todo o agrupamento apenas existe indicação de uma sala devoluta (EB1 Nº1 de Vila Verde de Ficalho).
- De modo semelhante, as salas de apoio apenas se encontram numa escola do 1º Ciclo (EB1 de Vila Nova de São Bento) e na EB2.3.
- No que diz respeito às salas temáticas, verifica-se uma concentração na sede de agrupamento, nomeadamente, os laboratórios, as salas de música, as salas de informática, os centros de recursos ou os gabinetes de professores. Registamos a existência de biblioteca e/ou espaço destinado à leitura nesta e na EB1 de Vila Nova de São Bento.
- O número total de computadores disponíveis no agrupamento é de 55, dos quais 42 com Internet e 13 sem Internet. À semelhança do que acontece com as salas específicas, o maior número de computadores encontra-se na sede de agrupamento, num total de 34. Nas restantes escolas, existe, um mínimo de 4 computadores, e nos Jis entre 1 a 2, por estabelecimento.
- No que diz respeito ao serviço de refeições, das escolas e jardins-de-infância que integram o Agrupamento, apenas a sede possui refeitório e serviço de refeições. Nos restantes casos, este serviço não se tem revelado necessário, dado que as crianças deslocam a casa para almoçar.
- De notar a existência de espaço exterior considerado adequado, apenas, na sede e a quase inexistência de equipamentos desportivos, limitados, apenas na sede.
- Os principais problemas encontrados nas escolas e jardins-de-infância do agrupamento dizem respeito ao espaço exterior, nomeadamente, a falta de condições e de infraestruturas, relacionadas com a inexistência de parques infantis e de vedação em algumas escolas. De notar, ainda, o défice ao nível das instalações desportivas, em concreto, a necessidade de um pavilhão gimnodesportivo na sede de agrupamento.
- As potencialidades evidenciadas pelo Agrupamento, referidas no caso do JI de Vila Verde de Ficalho, reportam-se a uma articulação positiva com a autarquia.

Agrupamento de Escolas de Serpa		Salas Gerais			Salas Temáticas				Infra-estruturas e Recursos específicos								Problemas	Potencialidades
		Aula	Apoio	Devoluta	Laboratório	Educação Visual	Música	Informática	Biblioteca	Inst. Desporto	Esp. exterior	Serviço Refeições	Centro Recursos	Computadores		Gab. Professor		
														s/ Net	c/ Net			
Santa Maria	Jl N°1 de Serpa	4	1	0	0	0	0	0	0	0	PI	E, C	0	5	0	1	_____	_____
	EB1 N°2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	0	Espaço exterior em mau estado e inadaptado a situações de emergência.
Salvador	EB1 c/ EPEI de Vales Mortos	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	Casas de Banho em mau estado; ausência de iluminação no exterior; contadores de luz em mau estado.	_____
	EB1 c/ EPEI de St. Iria	3	0	0	0	0	0	0	0	0	PI	0	0	2	2	0	Casas de Banho em mau estado; computadores em mau estado.	
	EB1 N°1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	8	2	_____	_____
	EB1 N°3	8	0	1	0	0	0	0	1	0	PI	0	1	4	11	1	Inadequação do espaço exterior às crianças.	Espaço físico disponível; dimensão do espaço exterior; bons acessos de evacuação.
	EB2.3	10	2	0	2	2	___	1	1	___	CJ	C, ER	0	12	40	3	_____	_____
Totais		36	3	1	2	2	0	1	2	0	4	2	1	40	63	7		

Tabela 16. Recursos existentes nas escolas e jardins-de-infância do Agrupamento de escolas de Serpa, por freguesia, no ano lectivo de 2005/06.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Agrupamento de Escolas de Serpa, 2005; DREA, 2004.

Legenda: E - externo; P - próprio; C - existência de cozinha; ER - espaço de refeições; PC- pátio coberto; PD - pátio descoberto; PI - parque infantil; CJ - campo de jogos; SP - sala polivalente; R - recreio; Pol - polidesportivo; GI - sala de ginástica, interior; ___ informações não disponibilizadas.

Síntese

- A EB2.3 Abade Correia da Serra apresenta o maior número de salas, num total de 10. O número total de salas disponíveis nos JI e EB1 é 26. Destas, o maior número de salas regista-se nas EB1 nº3, com 8 salas, nas EB1 nºs 1, 2 e JI nº1, com 3 a 4 salas, por estabelecimento. Refira-se que, nos casos de Vales Mortos e de Santa Iria, 2 salas acolhem o 1ºCEB e uma sala a educação pré-escolar.
- De notar a quase inexistência de espaços devolutos, sendo que, em todo o agrupamento apenas existe indicação de uma sala devoluta (EB1 Nº 3).
- Apenas o JI nº1 de Serpa tem uma sala de apoio, de construção recente. Na sede de Agrupamento existe um Núcleo de Apoios Educativos/Ensino Especial, com salas de apoio pedagógico na dependência do mesmo.
- Não existem referências a espaços destinados a actividades temáticas, com excepção da sede de Agrupamento, onde encontramos 2 salas de educação visual, um laboratório e uma sala de informática.
- Novamente, apenas a EB1 nº 3 assinala a existência de uma biblioteca e de um centro de recursos.
- Os gabinetes de professores existem nesta EB1, na EB1 nº1 e no JI nº1. No caso da escola sede, os 3 espaços de trabalho destinados aos professores, são: 1 gabinete para directores de turma, 1 gabinete para recepção aos encarregados de educação e 1 gabinete para os docentes.
- Na escola sede existe um total de 52 computadores, dos quais, a maior parte possui acesso à Internet. O número de computadores destinados à utilização por parte dos alunos é, também, superior aos exemplares para uso administrativo.
- De um total de 51 computadores existentes nas EB1 e JI, cerca de metade não têm acesso à Internet. Cada estabelecimento dispõe de um mínimo de 4 a 5 computadores.
- Além da EB2.3, o serviço de refeições foi referido apenas para o JI nº 1 de Serpa, na modalidade de fornecimento externo. Neste caso, as refeições são servidas pela EB2.3, pela Escola Secundária e pelo Refeitório Municipal, alternadamente.
- Em relação às características do espaço exterior, importa salientar a existência de parque infantil no JI nº1, na EB1 nº3 de Serpa, cujo espaço exterior foi recentemente requalificado, e na EB1 com EPEI de Santa Iria. Na EB1 nº 2, embora não exista um parque infantil intramuros, a Junta de Freguesia dispõe de um parque infantil situado em frente à escola ³³.

³³ Contudo, dado não existir um funcionário que faça o acompanhamento das crianças em tempo lectivo, estas apenas utilizam o parque após o *terminus* das aulas.

- As instalações destinadas à prática de desporto são escassas, existindo um Campo de Jogos ao ar livre na sede de agrupamento. Na EB1 de Vales Mortos, embora não exista uma infraestrutura deste tipo, a actividade física das crianças é assegurada numa sala da colectividade local.
- Os principais problemas encontrados nas EB1 e nos JI do agrupamento podem ser classificadas em três âmbitos:
 - edificado, nomeadamente, a necessidade de remodelação ou de criação de novas instalações (neste caso, casas de banho das EB1 com EPEI de Santa Iria e de Vales Mortos);
 - espaço exterior, evidenciando quer características de inadequação ao uso por parte das crianças, quer de insegurança do próprio espaço, denotado pela falta de iluminação (EB1 com EPEI de Santa Iria e de Vales Mortos) ou pela inacessibilidade perante situações de emergência (EB1 nº 2). Nesta escola, os problemas detectados ao nível do espaço exterior prendem-se ainda com a ausência de vedação, mas também com a necessidade de substituir o portão actual da escola, por forma a que seja possível a entrada de um carro de combate a incêndios.
 - estado de conservação do equipamento informático (EB1 com EPEI de Santa Iria).
- As potencialidades foram indicadas apenas para a EB1 nº 3, reportando-se, fundamentalmente, às dimensões do espaço disponível e à facilidade de acesso em situações de emergência.

Agrupamento de escolas de Pias		Salas Gerais			Salas Temáticas				Infra-estruturas e Recursos específicos								Problemas	Potencialidades
		Aula	Apoio	Devoluta	Laboratório	Educação Visual	Música	Informática	Biblioteca	Inst. Desporto	Esp. exterior	Serviço Refeições	Centro Recursos	Compu- tadores		Gab. Professor		
														s/ Net	c/ Net			
Brinches	EB1 c/JI	3	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	_____	_____
Vale de Vargo	EB1 c/JI		0	2	0	0	0	0	0	0	PI	0	0	4	1	0	_____	_____
Pias	EBI c/JI	24	1	0	2	2	0	2	1	PG	CJ	Er, P	0	7	45	4	_____	_____
Totais		30	3	6	2	2	0	2	1	1	2	1	0	15	47	4		

Tabela 17. Recursos existentes nas escolas e jardins-de-infância do Agrupamento de escolas de Pias, por freguesia, no ano lectivo de 2005/06.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Agrupamento de Escolas de Pias, 2005.

Legenda: E - externo; P - próprio; C - existência de cozinha; Er - espaço de refeições; PC - pátio coberto; PD - pátio descoberto; PI - parque infantil; CJ - campo de jogos; SP - sala polivalente; R - recreio; Pol - polidesportivo; GI - sala de ginástica, interior; PG - pavilhão gimnodesportivo; __ informações não disponibilizadas.

Síntese

- O número total de salas de aula disponíveis é de 30. Destas, o maior número de salas regista-se na EBI com JI de Pias (24), onde existem 2 salas destinadas à educação pré-escolar, 6 ao 1ºCEB, 5 ao 2ºCEB e 11 ao 3ºCEB. As restantes escolas - EB1 com JI - possuem 3 salas cada, das quais, em cada caso, uma é destinada à educação pré-escolar. No caso de Vale de Vargo, a valência pré-escolar funciona num edifício construído de raiz, à parte mas integrado no recinto escolar. Importa ainda referir a requalificação recente da EB1 de Vale Vargo.
- Refira-se a existência de espaços devolutos, sendo que, em todo o agrupamento encontramos indicação de 6 salas devolutas nas EB1 com JI.
- Também as salas de apoio integram os edifícios do agrupamento, à excepção da EB1 com JI de Vale de Vargo, apesar de estar indicada a existência de duas salas devolutas. Esta situação estará relacionada com a variabilidade que se tem verificado nesta escola ao nível do número de alunos. Na sede de Agrupamento, a sala de apoio é dedicada ao Ensino Especial.
- As salas temáticas e outras infraestruturas específicas existem, apenas, na sede de agrupamento, que congrega, em simultâneo, quatro níveis de educação distintos. Contudo, na EB1 com JI de Brinches, segundo as indicações do agrupamento, existem duas salas de apoio, utilizadas, respectivamente, para trabalhos no computador e para actividades de expressão motora³⁴. Em Vale de Vargo, de acordo com a CMS (2006), irá ser instalada uma biblioteca numa das salas devolutas.
- Quanto aos espaços destinados aos professores, apenas a EBI/JI de Pias dispõe deste tipo de infraestrutura (4), embora, de acordo com a CMS (2006), na EB1/JI de Brinches o átrio do edifício tenha sido aproveitado para o efeito.
- Assinala-se a existência de um parque infantil na EB1 com JI de Vale de Vargo. Quer as referências ao espaço exterior quer às instalações desportivas acontecem, como habitualmente, apenas na sede de agrupamento.
- De modo semelhante, apenas a sede possui serviço de refeições e refeitório.
- De notar a inexistência de centros de recursos.
- Em todos os edifícios existem computadores, num total de 62. Destes, 52 encontram-se na EBI com JI de Pias, estando os restantes destinados às EB1 com JI de Brinches e de Vale Vargo (5 computadores em cada), nas quais a maior parte ainda não possui acesso à Internet. Quanto à distribuição, tanto em Brinches quanto em Vale Vargo, 3 computadores localizam-se na EB1 e 2 no JI. Na EBI/JI de Pias, o número de computadores destinados à educação pré-escolar e 1ºCEB é de 9.
- Não foram mencionados problemas ou potencialidades.

³⁴ Ainda que estas não tenham sido enquadradas nas salas específicas aquando do preenchimento da grelha.

A tabela seguinte faz a síntese das características infraestruturais de quatro equipamentos não agrupados do concelho: o Jardim-de-infância da Fundação Viscondes de Messangil, a Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição, a Escola Secundária com 3º Ciclo de Serpa e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa.

Escolas não agrupadas		Salas Gerais			Salas Temáticas				Infra-estruturas e Recursos específicos								Problemas	Potencialidades
		Aula	Apoio	Devoluta	Laboratório	Educação Visual	Música	Informática	Biblioteca	Inst. Desporto	Esp. exterior	Serviço Refeições	Centro Recursos	Compu- tadores		Gab. Professor		
														s/ Net	c/ Net			
Santa Maria	Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição ³⁵	6	1	0	0	0	0	0	1	GI	PI	P	0	5	1	1	_____	_____
Pias	Jl Fund. V. Messangil ³⁶	2	0	0	0	0	0	0	0	PrD	PI	0	0	0	0	0	Desemprego.	Grupo desportivo.
Salvador	Escola Secundária c/ 3º Ciclo	24	1	0	4	2	0	2	1	PG	Sim	R, P	1	21	64	12	Degradação de alguns espaços e blocos; falta de recintos fechados para os alunos.	A tipologia do edifício permite adaptações fáceis; existência de muitos espaços abertos.
	Escola Profissional	8	3	0	2	1	0	1	1	CJ	Sim	2, E	1 ³⁷	0	35	1	_____	Valorização e expansão dos recursos regionais e do património local; esforço de internacionalização.

Tabela 18. Recursos existentes nas escolas e jardins-de-infância não agrupados do concelho de Serpa, por freguesia, no ano lectivo de 2004/05.

Fonte: Fundação Viscondes de Messangil, 2005; Jardim-de-infância de Nossa Senhora da Conceição, 2005; Escola Secundária com 3º Ciclo de Serpa, 2005; Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, 2005.

Legenda: E - externo; P - próprio; C - existência de cozinha; ER - espaço de refeições; PC - pátio coberto; PD - pátio descoberto; PI - parque infantil; CJ - campo de jogos; SP - sala polivalente; R - recreio; Pol - polidesportivo; GI - sala de ginástica, interior; PG - pavilhão gimnodesportivo; PrD - parque desportivo; ___ informações não disponibilizadas.

³⁵ Instalada num edifício cedido pela Diocese de Beja.

³⁶ Trata-se de um edifício adaptado de uma antiga EB1.

³⁷ O Centro de Recursos funciona no mesmo espaço que a Biblioteca.

Síntese

Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição

Esta entidade, de carácter particular, assegura as valências de creche e de jardim de infância. É composta por 6 salas de actividades/aula, uma sala de apoio e uma biblioteca. Para a prática de desporto, existe uma sala de ginástica interior, sendo que o espaço exterior é composto por um parque infantil. Destaque-se a existência de um gabinete de trabalho para os educadores. Em termos de recursos informáticos, existe um total de 6 computadores, dos quais apenas um assegura acesso à Internet. O serviço de refeições é próprio, isto é, assegurado pela entidade.

Não foram referidos problemas nem potencialidades por parte desta instituição.

JI da Fundação Viscondes de Messangil

Localizada na freguesia de Pias, a valência de jardim de infância da Fundação, é constituída por 2 salas de aula/actividades. Para a prática de desporto existe um parque desportivo, e no exterior também encontramos um parque infantil. Não existem computadores, biblioteca ou gabinete para os educadores. A Fundação não assegura o serviço de refeições.

Escola Secundária com 3ºCEB de Serpa

A Escola Secundária com 3ºCEB de Serpa, única entidade do concelho que assegura o ensino secundário regular, dispõe de 24 salas de aula e de uma sala de apoio. Integra, ainda, 8 salas de carácter temático (laboratórios, salas de educação visual e de informática). Como espaços de apoio à pesquisa, encontramos um centro de recursos e uma biblioteca, existindo um total de 85 computadores, maioritariamente, com acesso à Internet. A destacar a existência de 12 gabinetes de trabalho para os docentes.

Quanto às infraestruturas e equipamentos exteriores, a Escola conta com recintos amplos e com um pavilhão gimnodesportivo para a prática de desporto. O serviço de refeições é assegurado internamente, em espaço próprio para o efeito.

Quanto aos problemas sentidos por esta entidade, destacam-se a degradação de alguns espaços e blocos, bem como a falta de recintos fechados para os alunos. Por seu lado, a entidade destacou como potencialidade a adaptabilidade do edifício e a existência de muitos espaços abertos.

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa (EPDRS)

A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa constitui a única entidade que assegura uma escolarização de cariz profissionalizante no concelho. Trata-se de uma instituição pública, com infraestruturas muito específicas, devido à natureza da sua actividade, em concreto, do tipo de formação contemplada nos cursos aí ministrados. Assim, para além das salas e laboratórios referidos no quadro, na dependência desta entidade encontramos uma Queijaria,

um Ovil, uma oficina de reparação de veículos agrícolas, um Lagar de Azeite, um forno, que são alguns dos constituintes do Centro Tecnológico desta escola. Note-se, ainda, a existência de uma residência de estudantes e de um Gabinete de Orientação profissional.

Em termos de recursos informáticos, além a sala de informática, existem 35 computadores, todos com acesso à Internet. Destinado aos professores, existe um gabinete.

As instalações desportivas consistem num campo de jogos.

Não foram referidos problemas por parte desta entidade, sendo que as potencialidades destacaram a valorização do património e recursos locais, bem como o esforço de internacionalização desenvolvido.

2.2.2. História recente dos estabelecimentos escolares

De acordo com a informação disponibilizada pela DREA (2004), foi construída uma arrecadação e procedeu-se ao alargamento da biblioteca na EBI com JI de Pias, no ano de 2002. No ano lectivo de 2004/2005 deu-se início à ampliação da Escola Profissional de Serpa. Vejamos as intervenções decorridas nas restantes EB1 e Jis, entre os anos de 1998 e de 2006, segundo a data de conclusão³⁸.

Ampliação do Jardim-de-Infância de Serpa (concluído em 11/04/2005)

- Ampliação do edifício existente, o que permitiu que este equipamento ficasse munido de 1 sala de actividades, 1 sala polivalente, instalações sanitárias (masculino e feminino), arrumos, instalações sanitárias para adultos, 1 sala de educadores, corredor de circulação e corredor coberto, representando em termos de área bruta 196.91 m2 e área útil 152.95 m2. Quanto à natureza dos trabalhos, foram realizados trabalhos de construção civil, execução das instalações sanitárias e execução de infra-estruturas telefónicas.

Requalificação da EB1 de Vale de Vargo (concluído em 08/02/2006)

- Remodelação das instalações sanitárias;
- Execução das instalações sanitárias para deficientes;
- Remodelação das salas do edifício ao nível dos revestimentos;
- Remodelação das redes de infraestruturas (águas, esgotos, electricidade e telecomunicações);
- Reparação geral da cobertura;

³⁸ O texto que se segue foi elaborado pela CMS, em 2006.

- Pintura interior e reparação geral do exterior e respectiva pintura.

Arranjo exterior da EB1 nº 3 de Serpa (concluído em 06/01/2006)

- Os arranjos exteriores desta escola tiveram como execução de trabalhos, o campo de jogos em terra batida, com colocação de balizas, instalação de bancos e mesas no parque de merendas, colocação de um baloiço, execução de 2 canteiros de flores e 1 espaço para horta pedagógica.

Construção do CEPE de A-Do-Pinto (concluído em 21/10/2005)

- Construção do edifício dentro do recinto escolar existente, englobando a execução de alvenarias, pavimentos, cantarias, pinturas, movimento de terras e outros trabalhos. O novo edifício contempla:
 - 1 pátio;
 - 1 sala;
 - 1 zona suja;
 - Instalações sanitárias (adulto e crianças);
 - Arrumos;
 - Recreio coberto;
 - 143.60 m² de área bruta;
 - 106.60 m² de área útil.

Construção da EB1 com EPEI de Vales Mortos (em fase de conclusão)

- Remodelação das salas existentes, ao nível de revestimentos;
- Ampliação do edifício existente que contempla agora 2 salas novas e instalações sanitárias novas;
- Execução de cobertura nova;
- Remodelação das redes de infraestruturas de águas, esgotos, electricidade e telecomunicações;
- Pintura interior;
- Reparação do exterior do edifício existente e pintura exterior do mesmo;
- Iluminação do recinto exterior.
- Arranjo do espaço exterior com campo de jogos.

Colocação de Parque Infantil na EB1 com EPEI de Santa Iria (Janeiro de 2005).

Adaptação de salas devolutas para instalação de Bibliotecas Escolares (Agosto 2005):

- EB1 de Vale de Vargo;
- EB1 nº 3 de Serpa;
- EB1 de Vila Nova de São Bento.

Estão previstas as seguintes intervenções:

- Requalificação da EB1 de A-Do-Pinto e exterior;
- Arranjo exterior do Jardim-de-Infância de Vale de Vargo;
- Arranjos no Jardim-de-Infância de Brinches.

As escolas de pré-escolar e 1º ciclo estão a ser equipadas com aparelhos de ar condicionado (à exceção das escolas da Freguesia de Salvador, que já se encontram equipadas),

2.3. A oferta ao nível do ensino profissional da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa (EPDRS)

Neste ponto é descrita a oferta formativa ao nível do ensino profissional, que é assegurada pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa. Esta entidade destina-se a jovens que pretendem fazer uma formação de cariz prático e profissionalizante. Os cursos ministrados são de Nível II e III e conferem equivalência ao 3ºCEB e ao ensino secundário, respectivamente. Esta entidade desenvolve, ainda, cursos de Educação e Formação.

A EPDRS disponibiliza uma oferta diversificada de cursos, assentes na lógica do aproveitamento e promoção dos recursos locais, nomeadamente, os ofícios agrícolas e o artesanato, mas também dos serviços. Assim, da oferta formativa constam os seguintes opções, as quais apresentamos segundo o nível de qualificação atribuído no exercício futuro da profissão (EPDRS, 2005):

- Artesão de Fabrico de Queijo (AFQ) - Nível II U.E.
- Mestre de Cerâmica Artística (MCA) - Nível III U.E.
- Mestre em Construção Civil Tradicional (MCCT) - Nível III U.E.
- Técnico Empresário do Comércio Tradicional (TECT) - Nível III U.E.
- Técnico de Gestão Agrícola (TGA) - Nível III U.E.

- Técnico de Indústrias Agro Alimentares (TIAA) - Nível III U.E.
- Técnico de Produção Agrária (TPA) - Nível III U.E.
- Técnico do Património Cultural - Gestão e Divulgação (TPC-GD) - Nível III U.E.

De acordo com a EPDRS (2006), encontram-se, já, autorizados, os seguintes novos cursos:

Ensino profissional:

- Técnico de construção civil/condução de obra;
- Técnico de processamento e controlo de qualidade alimentar;
- Técnico de viticultura e enologia;
- Tratador de animais em cativeiro;
- Técnico de museologia e gestão do património;
- Técnico de recuperação do património edificado;
- Técnico de turismo rural e ambiental.

Educação/formação:

- Práticas técnico-comerciais;
- Serviço de bar.

Em processo de autorização, estão os cursos profissionais de: Técnico de gestão de equipa, Técnico de gestão cinérgica, Técnico de hotelaria/restauração (variantes cozinha e restaurante-bar) e Técnico de turismo.

Constata-se, assim, um alargamento da oferta formativa disponível para o concelho, sendo também, de registar a aposta na diversidade das áreas abrangidas.

2.4. A oferta ao nível da educação de adultos

2.4.1. Ensino recorrente e educação extra-escolar

Estas duas modalidades de educação de adultos encontram-se à responsabilidade da Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente Educação Extra-escolar e Formação de Adultos de Serpa (CCEREEFAS). O ensino recorrente é, genericamente, percebido como um ensino de «segunda oportunidade» para todos os que não concretizaram o seu processo de escolarização. Destina-se aos indivíduos com mais de 15 anos, no caso do ensino básico e com mais de 18, no que se refere ao ensino secundário e consiste na frequência de módulos ou unidades de conteúdos, em moldes semelhantes ao ensino regular, decorrendo em horário nocturno. A oferta formativa a este nível parece cobrir todo o concelho de Serpa.

A educação extra-escolar insere-se numa lógica de educação permanente, numa perspectiva de educação ao longo da vida e em múltiplos contextos. Trata-se de acções de temática e metodologia variada, podendo assumir um carácter de menor ou maior formalidade. Neste incluem-se os cursos disponibilizados pela Coordenação, tais como Educação Ambiental, Comunicação e Expressão Oral e Artes Decorativas.

2.4.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: o Centro @prender+

Inaugurado em Maio de 2004, o Centro @prender+ integra a rede nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), e encontra-se sob a tutela da Associação de Desenvolvimento Local Rota do Guadiana, que abrange todos os concelhos da Margem Esquerda do Rio Guadiana. Pretende a certificação de conhecimentos e competências adquiridas em contextos informais, mediante as experiências de vida e destina-se aos indivíduos com mais de 18 anos, conferindo equivalência aos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

2.5. População discente

A população discente constitui a dimensão central do planeamento educativo. Com esta premissa, apresentamos um conjunto de dados que entendemos essenciais para a compreensão da dinâmica escolar do concelho de Serpa.

A caracterização da população discente será feita de acordo com as seguintes dimensões: evolução do número de alunos a frequentar os diferentes níveis de ensino das escolas do concelho de Serpa e a sua distribuição pelas sete freguesias existentes, no período de 1998/1999 a 2005/2006. Analisar-se-ão as flutuações de frequência nos vários níveis de ensino - Educação Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário - e nas modalidades de educação - regular, profissional e educação de adultos. No que se refere a esta última, é importante assinalar que a amplitude e transversalidade das suas práticas impedem-nos de fazer um levantamento fidedigno, uma vez que esta modalidade acontece sob moldes formais, não formais e informais de educação e em contextos amplamente diversificados. Assim sendo, os dados contabilizados apenas se referem às acções concretizadas pela Coordenação Concelhia de Serpa e pelo RVCC da Rota do Guadiana.

Referir-nos-emos, ainda, à exploração de alguns indicadores estatísticos do percurso escolar dos alunos do concelho, sistematizados em dados sobre a aprovação, a retenção e as situações de abandono e de saída da escola.

2.5.1. Educação regular: evolução da frequência, por nível de ensino

Na tabela que a seguir se apresenta encontramos o número total de alunos que frequentaram cada um dos níveis ou modalidades de educação e formação existentes no concelho de Serpa, entre os anos lectivos de 1998/1999 e 2005/2006.

Nível de ensino	Ano Lectivo							
	1998 1999	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
E. Pré-escolar ³⁹	359	353	358	340	333	351	357	413
1º Ciclo de Ensino Básico	760	793	763	715	702	728	686	660
2º Ciclo de Ensino Básico	372	349	376	411	377	410	430	376
3º Ciclo de Ensino Básico	642	620	572	547	528	524	516	578
E. Secundário	485	439	368	504	465	376	295	298
E. Profissional	—	153	145	143	149	145	167	130
Total	2618	2707	2607	2660	2554	2534	2481	2455

Tabela 19. Evolução da população discente no concelho, por níveis de ensino, no intervalo 1998/99 a 2005/06.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Escola Secundária de Serpa, 2005; Agrupamento de Escolas de Pias, 2005; Agrupamento de Escolas de Serpa 2005; Agrupamento de Escolas Abade Correia da Serra, 2005; Escola Profissional de Desenvolvimento Rural, 2005; Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição, 2005; Fundação Viscondes de Messangil, 2005; DREA, 2004.

Síntese

- Globalmente, o número total de alunos do concelho de Serpa tem vindo a decrescer de modo relativamente gradual, fixando-se nos 2455 alunos, repartidos pelos vários níveis e tipos de oferta existentes no concelho.
- Na educação pré-escolar, destaca-se um comportamento regular, com um decréscimo do número de alunos de 2001/02 a 2002/03, mas de tendência global estacionária. O ano lectivo mais actual (2005/06) regista o número mais elevados de crianças, dentro do intervalo analisado (413 crianças).
- No que se refere ao 1º Ciclo do Ensino Básico, a evolução da população discente evidencia um claro e regular decréscimo entre 1999/00 e 2005/06, com uma perda de 100 alunos.
- No 2º Ciclo, verifica-se uma flutuação acentuada, mas de comportamento constante, quase cíclico, identificável em ganhos e perdas de, sensivelmente, 30 alunos, de modo alternado, o que constitui uma tendência de difícil compreensão, não detectada noutros níveis de ensino. Parece não haver uma relação forte entre o encerramento das EBM e as flutuações do número de alunos.

³⁹ Inclui os Jardins-de-infância privados.

- Ao nível do 3º Ciclo, o balanço é negativo. A tendência é de decréscimo, manifesto de modo gradual e sem oscilações identificadas. A exceção verifica-se, contudo, no ano lectivo presente, com um aumento de 66 alunos face o ano anterior.
- Quanto ao ensino secundário, as oscilações que se registam no intervalo são acentuadas, identificando-se, contudo, uma diminuição da frequência. Os anos de 2001/02 e de 2004/05 assinalam, respectivamente, o maior e menor número de alunos a frequentar este nível de ensino.
- No ensino profissional, o número de alunos tem registado flutuações ligeiras, com sinais de recuperação ligeira, mas com decréscimo no final, fixando-se nos 130 alunos em 2005/06.

2.5.1.1. Taxas de cobertura e taxas reais de escolarização

Na procura de uma interpretação compósita da escolarização em Serpa, apresentamos neste subcapítulo uma relação entre a população escolarizável e a população a frequentar o ensino regular. Esta relação exige a introdução de indicadores demográficos - logo fica restringida aos anos de recenseamento da população - que permitem o cálculo de duas taxas diferenciadas e cuja pertinência é exponenciada se a leitura for cruzada. Referimo-nos às taxas de cobertura e às taxas reais de escolarização que se apresentam na tabela seguinte. A taxa de cobertura exprime a relação entre o número total de alunos matriculados em cada ciclo de ensino e a população recenseada em idade de o fazer (geração escolarizável). Já a taxa real de escolarização é calculada mediante a relação entre os alunos matriculados em cada ciclo de ensino com a idade esperada para o fazer e a população recenseada com a mesma idade.

Ciclo de estudos	Alunos Matriculados	População Recenseada em 2001	Taxa de Cobertura	Taxa real de escolarização
E. Pré-Escolar	385	424	90,8	90,8
1.º Ciclo	763	656	116,3	93,5
2.º Ciclo	376	337	115,5	74,7
3.º Ciclo	572	483	118,4	73,7
E. Secundário	368	588	62,5	39,6

Tabela 20. Taxa de cobertura e taxa real de escolarização por nível de ensino em 2001.
Fonte: INE, 2002.

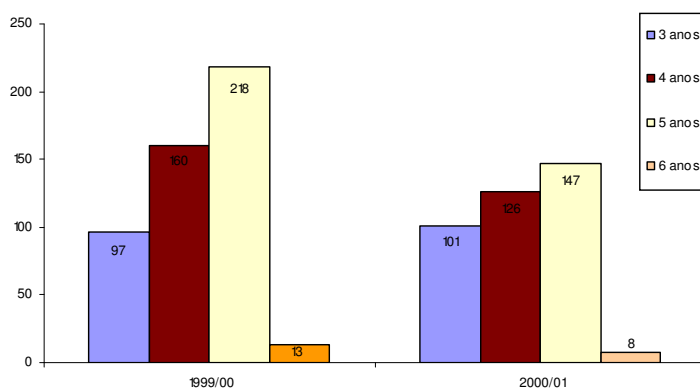
Como se pode observar, e à excepção da educação pré-escolar, a taxa de cobertura é sempre superior à taxa real de escolarização, o que significa que em todos os níveis de ensino existem alunos que não estão exactamente na idade oficial de frequentar esse nível de ensino. Este desencontro pode ser justificado por insucesso escolar, entrada precoce ou tardia, por motivos vários, em cada nível de ensino ou pela existência de alunos provenientes de outros concelhos.

2.5.1.2. Alunos matriculados por idades

Neste ponto apresentamos a distribuição das idades dos alunos a frequentar cada um dos níveis de ensino. Os dados foram obtidos junto do GIASE (2006) e reportam-se aos anos de 1999/00 e 2000/01, únicos momentos disponíveis.

Educação Pré-escolar

Gráfico 3. Crianças matriculadas a educação pré-escolar, por idade.



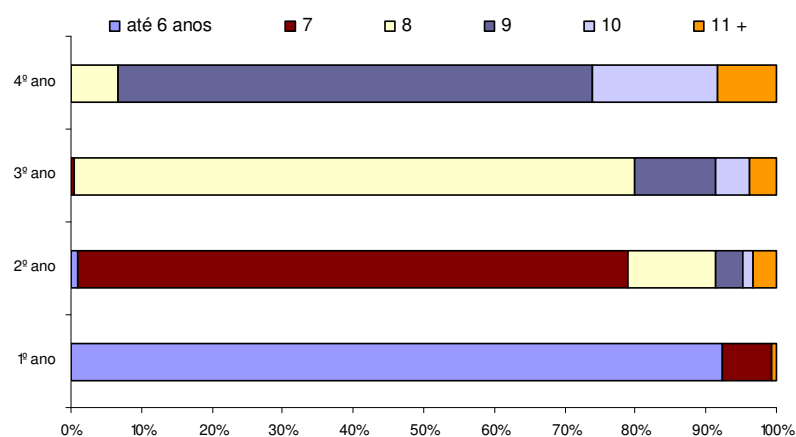
Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

As crianças matriculadas com 5 anos de idade estão em maioria, como se espera, uma vez que estas têm preferência sobre as outras. Nos dois anos lectivos em análise é possível constatar a existência de crianças matriculadas na educação pré-escolar com 6 anos.

Ensino básico

A análise dos gráficos a seguir apresentado, respeitantes ao número de crianças matriculadas nos 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, por idades, deve tomar em linha de conta a existência de alunos com idades dierentes das esperada, em todos os ciclos.

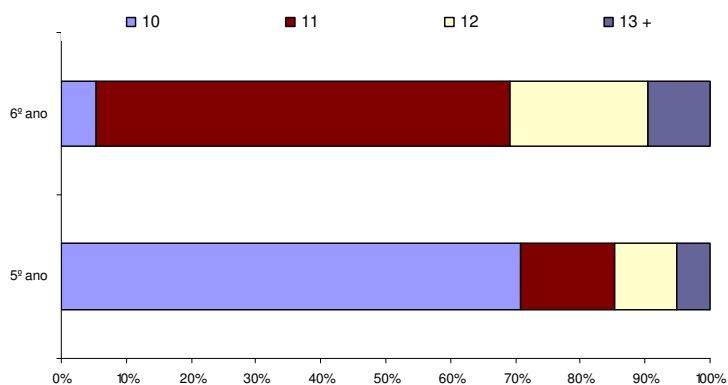
Gráfico 4. Crianças matriculadas 1º Ciclo, por idade, em 2001



Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

No 2º Ciclo, 15% dos alunos matriculados no 5º ano têm um ano a mais. O mesmo número de alunos tem 2 ou mais anos.

Gráfico 5. Crianças matriculadas 2º Ciclo, por idade, em 2001

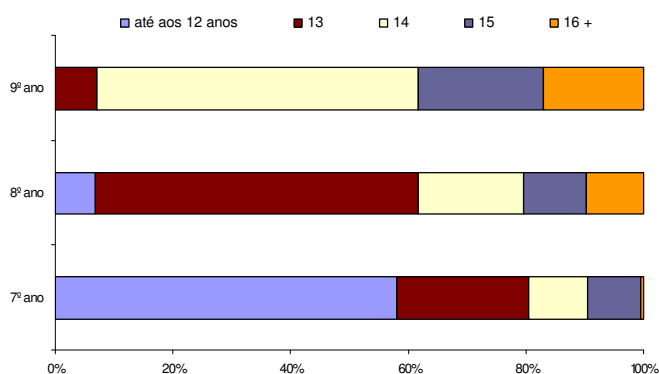


Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

A existência de alunos matriculados em cada ciclo de estudos com idades não esperadas para o frequentar indicia retenção escolar.

Como exemplo no 3º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico 12% das crianças matriculadas ultrapassam em 1 ano a idade esperada e no 4º ano quase 18% estão na mesma situação; 8% ultrapassam em 2 anos a idade esperada para frequentar o 4º ano do 1º ciclo.

Gráfico 6. Crianças matriculadas 3º Ciclo, por idade, em 2001



Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

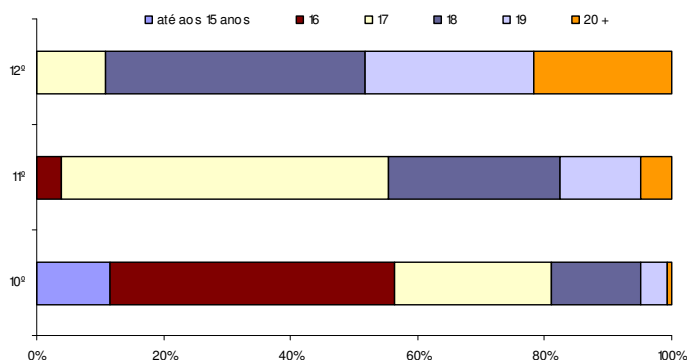
No 3º Ciclo, 22,5% dos alunos matriculados no 7º ano têm um ano a mais além do esperado, 19% têm 2 ou mais anos além da idade convencional para frequentar este ano. Situação que se repete no 8º ano onde 20% dos alunos matriculados tem 2 ou mais anos para além da idade convencional e no 9º ano 16,9% estão na mesma situação.

Em termos globais é possível constatar que a presença de alunos com idades inesperadas para

frequentar um dado nível de ensino aumenta ao longo do ensino básico onde o 9º ano apresenta as idades mais alta. Esta situação possibilita, também, que estes alunos saiam da escola com 15 anos, sem terem completado o 9º ano e sem infringirem o pressuposto da escolaridade obrigatória.

Ensino secundário

Gráfico 7. Alunos matriculados no ensino secundário, por idade, em 2001



Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

Como se pode ver no Gráfico, a tendência repete-se no ensino secundário onde a dispersão de idades, relativamente à idade esperada para frequentar os três anos é significativa.

2.5.1.3. Distribuição segundo as freguesias do concelho

A tabela seguinte sintetiza a frequência do ensino regular nas várias freguesias do concelho de Serpa, por nível de ensino, no intervalo de 1998/99 a 2005/06. Entre os anos de 1998/99 e 2003/04, os dados foram recolhidos junto do GIASE; no ano lectivo de 2004/05 a recolha decorreu junto de cada uma das entidades a que se referem e para o ano de 2005/06, junto da Câmara Municipal de Serpa.

Tipologias por Freguesias		Anos lectivos								
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Brinches	Pré-escolar	16	19	19	23	0	0	0	0	
	1º Ciclo	48	44	39	32	0	0	0	0	
	EB1 c/JI	Pré-escolar	0	0	0	0	21	25	25	25
		1º Ciclo	0	0	0	0	28	28	30	32
	2º Ciclo-EBM	16	13	17	16	16	13	0	0	
	TOTAL	80	76	75	71	65	66	55	57	
	EPEI	—	—	—	14	14	9	8	12	
	1º Ciclo	232	251	230	204	188	218	211	197	
	2º Ciclo-EBM	15	13	12	19	8	6	0	0	
	EB 2.3 ⁴⁰	2º Ciclo	144	135	148	168	154	161	169	162
		3º Ciclo	162	218	233	237	230	195	163	133
	3º Ciclo (E.Secundário)	269	105	39	0	0	50	80	123	
	E. Secundário	485	439	368	358	315	277	305	428	
	TOTAL	1307	161	991	1000	909	916	936	1055	
Santa Maria	Pré-escolar ⁴¹	166	161	165	149	137	137	146	166	
	1º Ciclo	97	96	98	93	94	82	90	91	
	TOTAL	263	257	263	242	231	219	236	257	
Vila Nova de São Bento	Pré-escolar	45	50	47	50	50	50	67	65	
	CEPE	—	—	—	9	9	10	10	11	
	1º Ciclo	144	136	144	120	131	136	152	140	
	EB 2.3 ⁴²	2º Ciclo	80	84	95	81	83	112	134	107
		3º Ciclo	211	180	154	155	157	142	134	155
TOTAL	480	450	440	415	430	450	487	478		
	Pré-escolar	72	77	72	38	32	33	46	40	
	1º Ciclo	128	136	3	3	3	2	0	0	

⁴⁰ Por forma a limitarmos o desmembramento da informação, os dados relativos à frequência dos 2º e 3º Ciclos da então Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Serpa, foram integradas nesta alínea, dado que esta escola foi convertida em EB 2.3.

⁴¹ Inclui os dados relativos à frequência da Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição, em todos os anos do intervalo considerado.

⁴² Por forma a limitarmos o desmembramento da informação, os dados relativos à frequência dos alunos dos 2º e 3º Ciclos da então Escola Básica Integrada de Vila Nova de São Bento, foram integradas nesta alínea, dado que esta escola foi convertida em EB 2.3, no ano lectivo de 2001/02.

Pias	EBM		69	28	0	0	0	0	0	0
	EBI c/JI	Pré-escolar	0	0	0	33	30	31	34	40
		1º Ciclo	0	0	136	129	148	147	124	122
		2º Ciclo	0	35	63	72	67	89	127	107
		3º Ciclo	0	117	146	155	157	142	139	167
	TOTAL		269	393	420	430	437	444	470	476
Vale de Vargo	Pré-escolar		24	24	24	22	0	0	0	0
	1º Ciclo		44	44	45	44	0	0	0	0
	EB1 c/JI	Pré-escolar	0	0	0	0	16	19	22	21
		1º Ciclo	0	0	0	0	39	40	35	39
	2º Ciclo - EBM		24	24	21	17	20	11	0	0
	TOTAL		92	92	90	83	76	71	57	60
Vila Verde de Ficalho	Pré-escolar		36	22	26	25	27	35	32	33
	1º Ciclo		60	79	63	64	43	48	44	39
	2º Ciclo - EBM		22	13	16	17	23	15	0	0
	TOTAL		118	114	105	106	93	98	76	72

Tabela 21. Evolução da frequência do ensino regular nas freguesias do concelho de Serpa, entre 1998/99 e 2005/06.
Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006; Agrupamento de Escolas de Serpa, 2005; Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento, 2005; Agrupamento de Escolas de Pias, 2005; Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição, 2005; DREA, 2004.

Legenda: ___ dados indisponíveis.

Síntese

- A frequência da educação pré-escolar demonstra um ligeiro aumento na maior parte dos casos, com tendência para a estabilização.
- No ensino básico, em regra, a linha evolutiva verificada aponta para um decréscimo.
- Na maioria das freguesias em que existe Jardim-de-Infância ocorre um aumento da frequência desta etapa de educação, sendo a freguesia de Santa Maria, localizada na cidade, a que regista valores mais elevados, assinalando-se, no entanto, algumas flutuações de frequência.
- A frequência do 1º Ciclo do Ensino Básico acusa tendências diversificadas nas várias freguesias. Contudo, o decréscimo do número de alunos é particularmente expressivo nas freguesias de Vale de Vargo e de Vila Verde de Ficalho. A freguesia de Vila Nova de São Bento assinala uma quebra na metade do intervalo (2001/02), entretanto recuperado progressivamente nos anos subsequentes. Pias constitui a exceção às linhas apresentadas, com uma tendência de aumento sustentado gradualmente, sofrendo uma quebra nos últimos anos em análise.
- Nas freguesias em que existe escolarização de 2º Ciclo do ensino básico, parece haver um aumento da frequência, ligeiro no caso de Salvador e mais evidente nas

freguesias de Pias e de Vila Nova de São Bento. Nesta última a linha de evolução fez-se de modo mais inconstante, com sinais de recuperação e decréscimos sucessivos.

- No 3º Ciclo do Ensino Básico, a abordagem por freguesia corresponde a uma abordagem por escola. Assim, na EBI de Pias este nível de ensino aumentou no interior do intervalo, registando-se em seguida um decréscimo gradual. Destaca-se o ano de 2005/06 com um decréscimo de 28 alunos. A Freguesia de Vila Nova de São Bento assinala também decréscimo, acentuado e de carácter linear, embora com um aumento na frequência nos últimos 3 anos. Em Salvador, entre os anos de 1999/2002 verifica-se um aumento sustentado, iniciando-se um processo de quebra na frequência a partir de 2002/03, tendência que parece manter-se actualmente. Ainda nesta freguesia é de destacar a forte diminuição do número total de alunos a frequentar a Escola Secundária, que contudo, conhece um aumento na actualidade (123 alunos).

Ensino Profissional: a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa

De modo a podermos descrever o número de alunos por curso, apresentamos na tabela seguinte a frequência específica de alunos em cada um dos cursos, para os anos lectivos do intervalo 1999/00 a 2004/05.

Cursos ministrados	Ano lectivo					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AFQ	9	0	0	0	0	0
MCA	18	18	0	0	0	0
MCCT	36	36	54	52	29	11
TECT	0	0	0	0	0	23
TGA	58	60	58	60	79	59
TIIA	14	14	14	20	14	13
TPA	0	0	0	0	0	40
TPC-GD	18	17	17	17	23	21
Total	153	145	143	149	145	167

Tabela 22. Número de alunos a frequentar a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, por curso, entre 1999/00 e 2004/05.

Legenda: Artesão de Fabrico de Queijo (AFQ) - Nível II U.E.
 Mestre de Cerâmica Artística (MCA) - Nível III U.E.
 Mestre em Construção Civil Tradicional (MCCT) - Nível III U.E.
 Técnico Empresário do Comércio Tradicional (TECT) - Nível III U.E.
 Técnico de Gestão Agrícola (TGA) - Nível III U.E.
 Técnico de Indústrias Agro Alimentares (TIIA) - Nível III U.E.
 Técnico de Produção Agrária (TPA) - Nível III U.E.
 Técnico do Património Cultural - Gestão e Divulgação (TPC-GD) - Nível III U.E.

Fonte: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, 2005.

Numa análise breve podemos concluir que:

- No ano lectivo transacto (2004/05) estiveram em funcionamento seis cursos, todos classificados em Nível III.
- O número de alunos tem registado flutuações ligeiras, com sinais de decréscimo no início do intervalo, justificado em grande parte pelo encerramento do curso Artesão de Fabrico de Queijo, e de razoável recuperação no final, com um aumento de 22 alunos, que poderá dever-se à abertura de dois novos cursos de Nível III (TECT e TPA).
- Os cursos relacionados com a actividade e gestão agrícola parecem ser os mais procurados, e também os que evidenciam uma frequência mais regular, ainda que com diferenças entre cada um dos anos.
- Nas áreas relacionadas com o sector dos serviços desenham-se tendências distintas, ora de acentuado decréscimo (caso de MCCT), ora de estabilizado aumento da procura (TPC-GD).

No que toca à deslocação de alunos, é de destacar que a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa é frequentada por alunos de várias freguesias, sendo na sua maioria do concelho de Serpa, mas com número de alunos significativo do concelho de Barrancos (CMS, 2004). Esta constatação é consistente com o facto de os cursos existentes nesta escola serem convergentes com as características do concelho.

2.5.2. Educação de adultos: evolução da frequência nas modalidades de educação

A frequência das modalidades de ensino recorrente, de educação extra-escolar e de reconhecimento, validação e certificação de competências, encontra-se sistematizada nas tabelas seguintes, fazendo-se referência ao número de alunos matriculados em cada curso, numa descrição por freguesias/lugar, consoante adoptado nos restantes indicadores. Nesta sistematização dispomos de dados, apenas, para os anos lectivos de 2002/03 e 2003/04, para as duas primeiras modalidades, e de 2006 para o RVCC.

Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar

Localização	Curso	Total de Alunos	Intervalo etário			
			15/ 18	19/ 24	25/ 55	> 56
Brinches	1º CEB Recorrente	12	—	—	9	3
	E. Extra-escolar (Artes decorativas)	15	—	—	6	9
Pias	1º CEB Recorrente	15	4	3	8	—
	E. Extra-escolar (Educação p/ Saúde)	17	2	8	7	—
Vale de Vargo	E. Extra-escolar (Educação p/ Saúde)	—	—	—	—	—
V.N.S.Bento	1º CEB Recorrente	15	1	1	13	—
	E. Extra-escolar (Educação p/ Saúde)	17	3	3	11	—
Vila Verde de Ficalho	—	—	—	—	—	—
Serpa	1º CEB Recorrente	11	2	1	6	2
Serpa	E. Extra-escolar (Lar e Com. Oral Escrita)	15	—	—	—	15
Total		117	12	16	60	29

Tabela 23. Alunos inscritos e certificados em cursos de ensino recorrente e de educação extra-escolar no concelho de Serpa, no ano lectivo de 2002/03, por freguesia e intervalo etário.

Fonte: Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar, 2003.

Localização	Curso	Total de Alunos	Intervalo etário			
			15/ 18	19/ 24	25/ 55	> 56
Pias	E. Extra-escolar (Com. Oral e Escrita)	18	-	-	1	17
	E. Extra-escolar (Artes decorativas)	26	1	-	24	1
	E. Extra-escolar (Ed. p/Saúde)	30	-	-	30	-
Brinches	3º CEB Recorrente	33				
	E. Extra-escolar (Com. Oral e Escrita)	15	-	-	2	13
	E. Extra-escolar (Ed. p/Saúde)	15				
	E. Extra-escolar (Artes decorativas)	17	-	2	8	7
V. N. S. Bento	E. Extra-escolar (Ed. p/Saúde)	15	-	-	-	15
	E. Extra-escolar (Com. Oral e Escrita)	15				
Vale de Vargo	E. Extra-escolar (Ed. p/Saúde)	21				
	1º CEB Recorrente	10				
Vila Verde de Ficalho	—	—				
Serpa	2º CEB Recorrente	10				
Total		225				

Tabela 24. Alunos inscritos e certificados em cursos de ensino recorrente e de educação extra-escolar no concelho de Serpa, no ano lectivo de 2003/04, por freguesia e intervalo etário.

Fonte: Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar, de Serpa, 2004.

- Como vemos, em quase todas as freguesias de Serpa, foram garantidas diversas possibilidades de educação recorrente e extra-escolar, simultaneamente.
- As diferenças entre os anos em estudo são evidentes, com um aumento de cerca de 100% no número de inscritos no total das modalidades.
- Os cursos de educação extra-escolar oficiais tem feito recair a sua oferta sobre temas de grande actualidade, nomeadamente, Educação para a Saúde (34 inscritos em 2002/03), Comunicação Oral e Escrita (48 inscritos em 2003/05).
- No que se refere à frequência de ensino recorrente, detectam-se tendências diferenciadas para o 1º Ciclo e para os 2º e 3º Ciclos. Desta forma, verificamos que, no ano lectivo de 2002/03 apenas esteve em funcionamento o 1º Ciclo do Ensino Básico, com um número de alunos semelhante entre as freguesias contempladas. No

ano lectivo seguinte, a quebra é acentuada, havendo apenas uma referência a um curso leccionado em Vale Vargo.

- Também os 2º e 3º Ciclos apresentam quebras dramáticas no ano lectivo de 2003/04, encontrando-se, apenas, um curso de cada nível, nas freguesias de Brinches e em Serpa, respectivamente.
- Quanto aos intervalos etários, assinalam-se, em termos globais, comportamentos semelhantes, sendo os indivíduos entre os 25 e os 55 anos e os indivíduos com mais de 56 anos os que indiciam maior procura deste tipo de oferta.

Relativamente à modalidade do ensino recorrente apresentamos dados referentes aos anos lectivos de 2002/03 e de 2003/04.

Modalidade educativa	Ano lectivo							
	2002/03				2003/04			
	Intervalos etários							
	15/ 18	19/ 24	25/ 55	>56	15/ 18	19/ 24	25/ 55	> 56
Ensino básico recorrente	7	5	36	5	0	0	0	0
Total	53				0			
Extra-escolar	5	11	24	24	1	2	65	53
Total	64				121			
Total geral	117				121			

Tabela 25. Variação do número de inscritos no ensino recorrente e na educação extra-escolar no concelho de Serpa, nos anos lectivos de 2002/03 e 2003/04, por intervalos etários.
Fonte: Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar, 2004.

Síntese

- No ano de 2002/03 houve mais inscritos nos cursos de educação extra-escolar do que nos de ensino recorrente, embora a diferença não seja muito significativa.
- Parece-nos também relevante assinalar que, para qualquer uma das modalidades, a maior parte dos inscritos se encontra na faixa etária entre os 25 e os 55 anos.

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e outras acções de educação de adultos

Em relação ao RVCC, em 2006⁴³, existiam 423 adultos inscritos, estando 200 em alguma das fases do processo de reconhecimento, validação ou certificação das suas competências.

Paralela e complementamente ao processo RVCC, existem os Cursos EFA - Educação e Formação de Adultos - os quais são estruturados de acordo com as competências que os adultos necessitam

⁴³ Únicos dados disponíveis.

desenvolver/aprofundar de modo a obterem o grau de certificação pretendido. Na actualidade, 79 adultos frequentam acções de formação profissional contínua, de reciclagem, de actualização e/ou especialização, e 12 frequentam cursos de Educação e Formação de Adultos, com equivalência ao 3ºCEB (EFA - B3) (Rota do Guadiana, 2006).

Relativamente ao processo de RVCC, de acordo com a Rota do Guadiana (entidade que assegura esta modalidade de formação no concelho), em Fevereiro de 2006, os indicadores eram os seguintes:

Freguesia	Situação					
	Adultos inscritos	Adultos encaminhados p/ processo RVCC	Adultos em processo RVCC	Adultos certificados		
				1ºCEB	2ºCEB	3ºCEB
Serpa	181	132	99	0	7	62
Vila Nova de São Bento	72	50	41	0	0	32
Vila Verde de Ficalho	45	39	34	0	0	26
Pias	80	36	12	0	2	8
Brinches	22	16	11	1	1	7
Vale Vargo	23	4	3	0	0	2
Total	423	277	200	1	10	137

Tabela 26. Adultos certificados, inscritos, encaminhados e em processo de RVCC, no concelho de Serpa, em 2006.

Fonte: Rota do Guadiana, 2006.

Síntese

- A partir dos dados indicados, parece existir bastante procura desta modalidade no concelho, existindo um total de 423 adultos inscritos na actualidade. Em relação à origem dos adultos, verifica-se um número mais elevados de inscritos residentes nas freguesias da cidade (181), de Pias (80) e de Vila Nova de São Bento (72), respectivamente.
- Quanto ao número de adultos que estão, neste momento, efectivamente, em processo - um total de 200 - a freguesia de Pias perde expressão, sendo que às restantes destacadas acresce Vila Verde de Ficalho, com 34 de 39 adultos encaminhados para este processo.
- Quanto aos adultos do concelho que já obtiveram uma certificação, isto é, completaram todas as fases do processo RVCC, verifica-se uma clara maioria da certificação do 3º CEB de escolaridade, que representa 93% das certificações no concelho. Analisando os valores por freguesia, observamos que a maior parte dos certificados por esta modalidade residem nas freguesias de Serpa, Vila Nova de São Bento e Vila Verde de Ficalho.

Assim, para os inscritos nos cursos EFA - B3 (equivalência ao 3ºCEB) e noutras acções de educação de adultos, tínhamos a seguinte distribuição:

Freguesia	EFA B3	Outras acções
Serpa	3	66
Vila Nova de São Bento	4	3
Vila Verde de Ficalho	1	2
Pias	2	4
Brinches	0	3
Vale de Vargo	2	6
Total	12	79

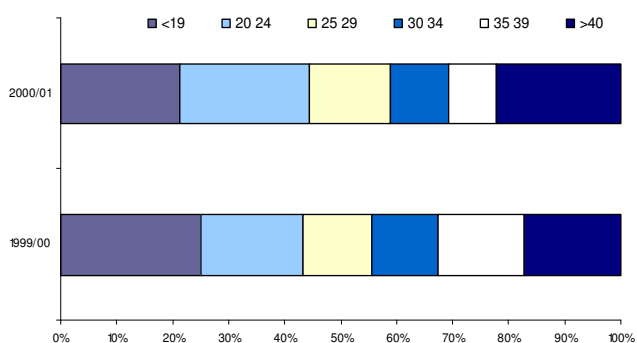
Tabela 27. Adultos inscritos nos cursos EFA - B3 e em outras modalidades de educação de adultos, em 2006.
Fonte: Rota do Guadiana, 2006.

Em ambos os casos, e à semelhança do que observamos no processo RVCC, do total de formandos, a maior parte são residentes nas freguesias de Santa Maria e de Salvador, em Serpa, e em Vila Nova de São Bento.

2.5.2.1. Alunos matriculados por idades

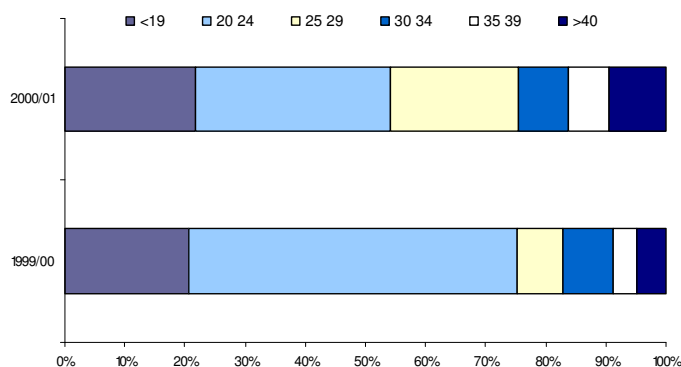
Os gráficos seguintes apresentam a distribuição do número de alunos matriculados no ensino recorrente básico e secundário, por idades de acordo com os Censos 2001.

Gráfico 8. Alunos matriculados no ensino básico recorrente, por idade, em 2001



Fonte: GIASE, Alunos matriculados por idade em 1999/00 e 2000/2001.

Gráfico 9. Alunos matriculados no ensino secundário recorrente, por idade, em 2001



Fonte: GIASE, Alunos matriculados por idade em 1999/00 e 2000/2001.

A leitura dos dados constantes nos gráficos anteriores permite constatar que:

- Os indivíduos com menos de 19 anos formam um grupo com expressão considerável, representando cerca de 20% do total. Contudo, é importante notar que as idades compreendidas neste intervalo ainda permitiriam a frequência do ensino secundário regular.
- Comparativamente ao ensino secundário, o grupo com mais de 40 anos está mais representado no ensino básico. Em ambos os níveis de ensino registou-se um aumento do número de alunos matriculados entre 1999 e 2000.
- O grupo de indivíduos entre os 20 e os 24 anos assume, em ambos os anos, bastante expressão, embora registe uma quebra no ensino secundário no ano de 2000/01.

2.6. Aprovação/retenção, abandono e saídas da escola

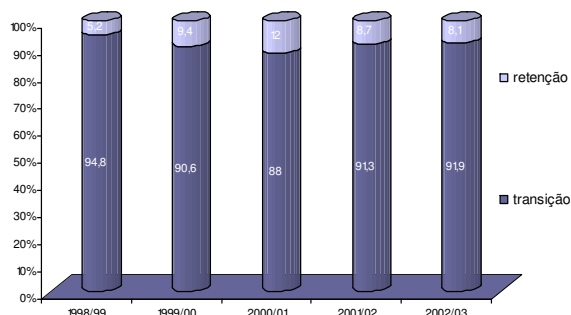
As gerações escolarizáveis encontram-se, na sua maioria, no sistema educativo. Tudo indica que a capacidade instalada do parque escolar não encontrará problemas em responder à procura. O grande desafio que caracteriza os novos tempos está definitivamente relacionado com a qualidade da escolarização. Ou seja, se o acesso parece estar em boa medida assegurado, importa verificar as características das condições de sucesso escolar. Para esta análise introduzimos um conjunto de indicadores apenas eficazes para a leitura do sucesso na medida da transição, conclusão de ciclo de estudos e retenção. Estes indicadores deverão ser interpretados no cruzamento com as taxas de cobertura e taxas reais de escolarização atrás apresentadas.

2.6.1. Análise do sucesso escolar ao longo do ensino básico regular

Propõe-se a análise dos indicadores de retenção e transição ao longo de uma série estatística

correspondente a cinco anos lectivos.

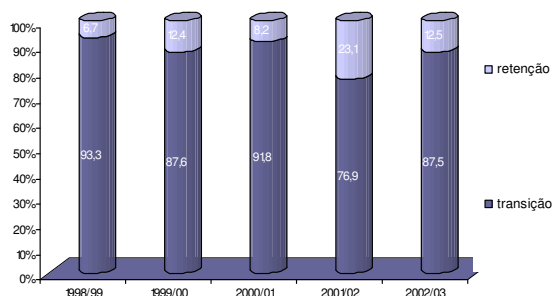
Gráfico 10. Evolução da retenção e transição no 1º ciclo.



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

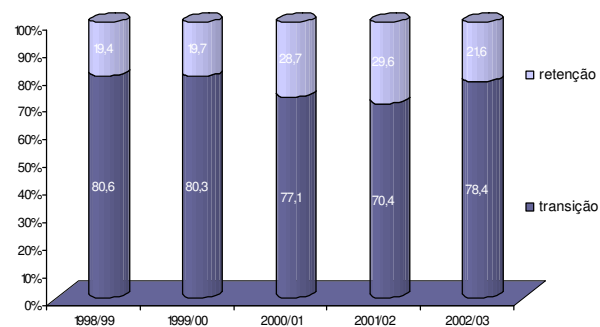
A taxa média de retenção no 1º Ciclo, ao longo dos 5 anos em estudo situa-se nos 8,6%, subindo para 12,6% no 2º Ciclo e para 23,8% no 3º Ciclo.

Gráfico 11. Evolução da retenção e transição ao longo do 2º ciclo



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

Gráfico 12. Evolução da retenção e transição ao longo do 3º ciclo.

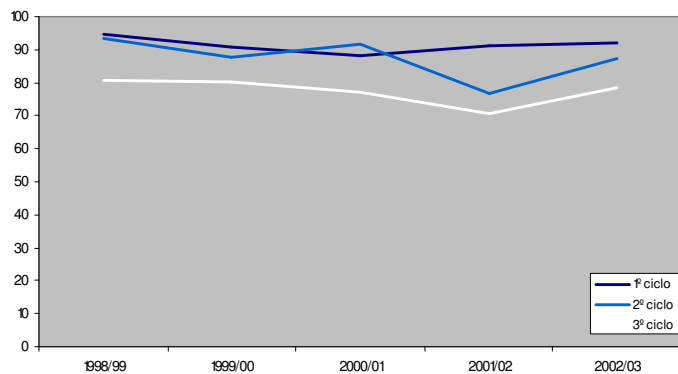


Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

Quanto ao indicador de sucesso escolar - a taxa de transição para o ano seguinte - o valor médio

mais baixo regista-se no 3º ciclo: 77,4%. Segue-se o 2º ciclo com 87,4% e, finalmente, a taxa de conclusão média mais elevada regista-se no 1º ciclo atingindo os 91,3%.

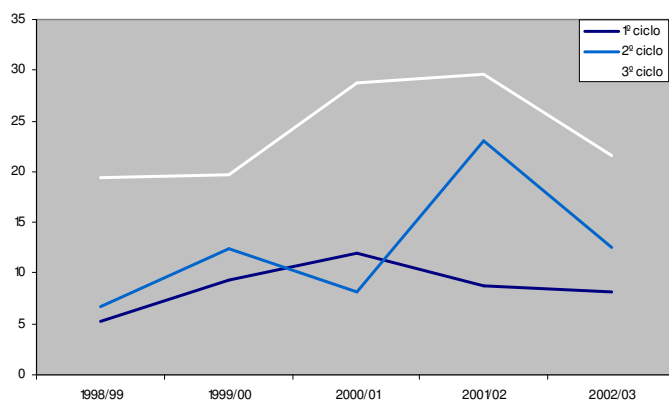
Gráfico 13. Comparação das taxas de conclusão nos diferentes ciclos do ensino básico



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

Globalmente o 1º Ciclo apresenta a taxa de sucesso escolar mais alta do ensino básico.

Gráfico 14. Comparação das taxas de retenção nos diferentes ciclos do ensino básico



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

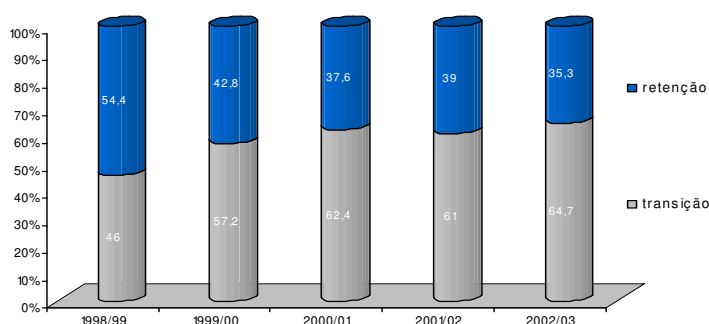
Registe-se a oscilação no comportamento da taxa de retenção dos diferentes ciclos ainda que com tendência para descer nos últimos anos da série em análise. No ano lectivo de 1999/00 foi registado um nível de retenção⁴⁴ de 14,2% nos três ciclos do ensino básico. O recenseamento da

⁴⁴ Retenção: “percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino” (cf. www.min-edu.pt, [disponível *on-line*]).

população de 2001 permitiu detectar situações de abandono⁴⁵. Assim, aquando da recolha censitária, o concelho de Serpa registou 3,1% de abandono. Ainda com reflexos no ensino básico, encontramos os dados sobre as saídas antecipadas⁴⁶. Estas remetem para população que já deveria ter cumprido os nove anos de escolaridade obrigatória, embora ainda não o tenham realizado de facto, totalizando 28,3%.

2.6.2. Análise do sucesso escolar no ensino secundário e no ensino profissional

Gráfico 15. Conclusão e retenção no ensino Secundário.



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

Como podemos perceber, as taxas de conclusão são mais baixas no ensino secundário, comparativamente ao constatado para o ensino básico. Registe-se que, em alguns anos, quase metade de uma geração de alunos matriculados é afectada pelo insucesso escolar.

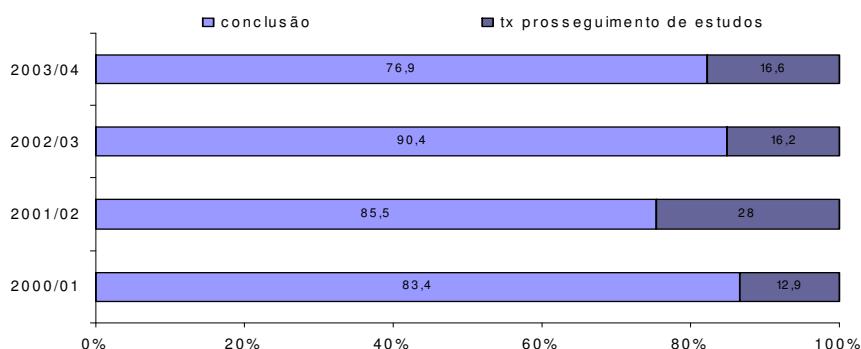
A retenção é mais alta nos cursos tecnológicos, o que afecta a taxa média de retenção e de conclusão para o ensino secundário⁴⁷.

⁴⁵ Abandono: “total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário” (cf. www.min-edu.pt, [disponível online]).

⁴⁶ Saída antecipada: “total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário” (cf. www.min-edu.pt, [disponível online]).

⁴⁷ DREA: 1998 a 2003. Os dados relativos ao aproveitamento permitem a comparação das diferentes taxas de aproveitamento para o distrito. Ano lectivo de 2001: Cursos gerais - 10º ano: 64%; 11º ano: 81% e 12º ano: 47%. Cursos tecnológicos - 10º ano: 49%; 11º ano: 85% e 12º ano: 43%.

Gráfico 16. Conclusão e prosseguimento de estudos no ensino profissional



Fonte: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, 2005.

A faixa etária na base dos indicadores do ME sobre saídas precoces e antecipadas - 18 a 24 anos - corresponde, aproximadamente, a um dos intervalos considerados para o ensino recorrente acima descrito. No entanto, o intervalo imediatamente anterior - 15 a 18 anos - não é considerado nestes levantamentos dos casos de interrupção da escolarização ao nível nacional.

Com reflexos no ensino secundário estão disponíveis dados sobre o aproveitamento⁴⁸ registado no ano lectivo de 1999/00, no concelho de Serpa, num total de 48,4%. As saídas precoces⁴⁹ situam-se, aproximadamente, em torno do mesmo limiar - 48,8%.

2.7. Pessoal docente

Os objectivos deste sub-capítulo situam-se em torno do conhecimento e análise do perfil dos profissionais afectos a cada um dos níveis de ensino existentes no concelho, concretamente, no que diz respeito à evolução dos indicadores de colocação e habilitações para a docência no intervalo de tempo considerado (1998/99 e 2004/05). Os dados referem-se ao sistema regular de ensino.

2.7.1. Quantidade e nível de ensino que leccionam

De modo a permitir uma visão global acerca dos docentes, começamos por apresentar indicadores genéricos, em termos do número total de docentes que leccionaram nas escolas e

⁴⁸ Aproveitamento escolar no ensino secundário: “alunos que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano” (cf. www.min-edu.pt, [disponível *on-line*]).

⁴⁹ Saída precoce: “total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário” (cf. www.min-edu.pt, [disponível *on-line*]).

jardins-de-infância do concelho de Serpa, entre os anos lectivos de 1998/99 e 2004/05⁵⁰. A análise reporta-se ao sistema de ensino público, numa leitura feita por agrupamentos de escolas, e ao subsistema particular e cooperativo.

Escolas e Agrupamentos	Ano lectivo						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Pré-escolar Part. e Coop.	6	6	6	6	6	6	6
Agrupamento de Serpa	80	85	85	82	78	80	29 ⁵¹
Agrupamento de Pias	___	41	70	69	70	71	73
Agrupamento de V.N.S. Bento	55	67	71	79	86	80	86
Secundário	92	76	70	64	57	56	66
Profissional	___	42	31	33	29	29	36
Total	233	317	333	333	326	322	296

Tabela 28. Número de docentes que leccionaram nas instituições de ensino público e privado no concelho de Serpa, entre 1998/99 e 2004/05, por níveis de ensino.

Fonte: Escola Secundária de Serpa, 2005; Agrupamento de Escolas de Pias, 2005; Agrupamento de Escolas de Serpa 2005; Agrupamento de Escolas Abade Correia da Serra, 2005; Escola Profissional de Desenvolvimento Rural, 2005; Creche-Jardim Nossa Senhora da Conceição, 2005; Fundação Viscondes de Messangil, 2005.

Legenda: ___ dados não disponibilizados.

Em termos totais, com base nos dados que foi possível apurar, podemos verificar:

- uma oscilação relativa no número de docentes que leccionaram no concelho de Serpa no intervalo considerado. Centrando a análise a partir do ano lectivo de 1999/00 e salvaguardando os casos de omissão de dados verificada no ano de 2004/05, temos que os anos de 2000/01 e 2001/02 registaram o maior número de profissionais no exercício da docência.
- numa análise no interior de cada uma das situações consideradas, podemos concluir pela tendência estacionária do corpo docente no que se refere às instituições privadas. No ensino profissional a tendência descrita é de decréscimo, havendo, no entanto, sinais de recuperação do número de docentes no ano lectivo de 2004/05, com um aumento de 7 docentes, em comparação com os anos lectivos anteriores.
- de modo semelhante, no ensino secundário o decréscimo é evidente, representando uma quebra de 26 docentes em sete anos, havendo sinais de recuperação no ano lectivo de 2004/05.

⁵⁰ Por não dispormos de dados desagregados para os docentes que leccionam no ensino recorrente optámos por não incluir referência a esta modalidade, visto que, por vezes, os docentes da mesma escola exercem a sua actividade em mais do que um ciclo e/ou modalidade de ensino.

⁵¹ No ano lectivo de 2004/05, inclui, apenas, os docentes que leccionaram na educação pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico, devido ao não envio de dados.

- quanto ao agrupamento de escolas de Serpa, verificamos um ligeiro decréscimo a partir do ano lectivo de 2001/02, desenhando-se sinais de alguma recuperação no ano lectivo de 2003/04.
- no agrupamento de escolas de Pias denotam-se diferenças consideráveis entre 1998/99 e 2004/05 (com 55 e 96 docentes, respectivamente), sendo que o interior do intervalo regista flutuações acentuadas, conforme demonstrado.
- é interessante destacar que, à excepção dos docentes afectos à educação pré-escolar particular e cooperativa e não contando com o Agrupamento de Escolas de Serpa, houve um acréscimo do número de docentes em 2004/05 em todas as escolas e agrupamentos.

Para a especificidade da educação especial, apresentamos, de seguida, a evolução do número de horários contemplados. É importante notar que estes dados não se encontram desagregados por freguesia, dado o carácter inespecífico dos mesmos. De modo semelhante, estes referem-se aos horários completos, donde não possamos estabelecer uma equivalência linear entre número de docentes e número de horários, uma vez que um mesmo horário poderá ser partilhado por vários profissionais.

Nível de ensino	Ano lectivo					
	1998 1999	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004
Pré-escolar	5	1	2	2	2	2
1º Ciclo	12	13	9	11	15	14
2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário	1	1	3	3	3	3
Total	18	15	14	16	20	19

Tabela 29. Evolução do número de lugares afectos à educação especial no Concelho de Serpa, entre os anos lectivos de 1998/99 e 2003/04.
Fonte: CAE-BAAL, 2004.

Síntese

- O número de docentes regista algumas oscilações entre os anos de 1998/99 e 2003/04, verificando-se um maior número de docentes colocados no ano lectivo de 2002/2003.
- O 1º Ciclo do Ensino Básico constitui o nível de escolaridade que conta com maior número de docentes.
- O número de docentes colocados nos 2º e 3º Ciclos e no ensino secundário é muito reduzido, quando comparado com os docentes colocados nos níveis anteriores.

2.7.2. Vínculo profissional e habilitações para a docência

Este subponto faz uma análise quanto ao vínculo profissional e às habilitações para a docência

dos docentes do sistema de ensino público das escolas do concelho de Serpa, entre os anos lectivos de 1998/99 e 2004/05.

Jardins-de-infância do sistema part. e coop.	Ano lectivo													
	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005							
Tipo de vínculo	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Contrato sem termo	—	4	—	4	—	4	—	4	—	4	—	4	—	4
Total	—	4	—	4	—	4	—	4	—	4	—	4	—	4
Tipo de habilitações														
Bacharelato	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Licenciatura	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2
Total	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

Tabela 30. Docentes que leccionaram nos jardins-de-infância do subsistema privado do concelho de Serpa, entre os anos lectivos de 1998/99 e 2004/05, segundo a modalidade de colocação e o tipo de habilitações.

Fonte: Fundação Viscondes de Messangil, 2005; Creche-Jardim de Nossa Senhora da Conceição, 2005.

Legenda: — dados indisponíveis; A. Jardim-de-infância da Fundação Viscondes de Messangil; B. Creche-jardim Nossa Senhora da Conceição.

Síntese

- Em relação ao subsistema privado de educação pré-escolar do concelho de Serpa, concluímos pela grande estabilidade, do ponto de vista do número de educadores de infância que exercem, em cada ano funções nesses dois estabelecimentos.
- Também no que se refere à modalidade de colocação - apenas disponível para o Jardim infantil de Nossa Senhora da Conceição - indicia estabilidade, dado que nesta instituição os docentes encontra-se numa situação de contrato sem termo, ou seja, de efectividade.
- No que diz respeito às habilitações, num conjunto de seis, apenas dois educadores são licenciados.

Agrupamento de Escolas de Pias

Agrupamento de Escolas de Pias	Ano lectivo					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Tipo de Vínculo						
Quadro ⁵²	20	37	37	36	39	61
Contrato	21	33	32	34	32	12
Total	41	70	69	70	71	73
Tipo de habilitações						
Bacharelato	14	24	21	21	10	10

⁵² Os dados disponibilizados não permitem a desagregação dos afectos ao Quadro de Escola e ao Quadro de Zona Pedagógica.

Licenciatura	25	44	47	48	59	59
Mestrado	0	0	0	0	1	1
Outras	2	2	1	1	1	4
Total	41	70	69	70	71	73

Tabela 31. Evolução do número de docentes colocados no Agrupamento de escolas de Pias, por tipo de vínculo e habilitação para a docência, entre os anos de 1999/00 e 2004/05.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Pias, 2005.

Síntese

- O corpo docente indica um crescimento, particularmente acentuado entre 1999/00 (41) e 2000/01 (70), o que se poderá justificar com a abertura da EBI com JI. Desde então, a oscilação não tem sido significativa, registando-se o maior número de docentes em 2004/05 (73)
- A estabilidade do corpo docente é difusa, dado que, à excepção do ano lectivo de 2004/05, cerca de metade dos docentes são colocados ao abrigo de situações de contrato⁵³, o que talvez encontre justificação no facto de a escola ser muito recente e o quadro de docentes ainda não ter estabilizado.
- Todos os docentes têm habilitações superiores, registando-se sempre uma larga maioria de docentes que possuem o grau de licenciatura.
- Destaque, também, para o facto de o número de docentes bacharéis ter diminuído em termos absolutos e relativos.

Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento

Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento	Ano Lectivo							
	1998 1999	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	
Tipo de Vínculo								
Quadro ⁵⁴	54	66	71	78	85	78	85	
Contrato	1	1	0	1	1	2	1	
Total	55	67	71	79	86	80	86	
Tipo de habilitações								
Mínima	0	0	1	1	2	1	1	
Própria	12	13	7	11	10	12	3	
Suficiente	13	3	0	1	0	1	0	
Profissional	30	50	63	66	74	66	82	
Total	55	67	71	79	86	80	86	

Tabela 32. Evolução do número de docentes colocados no Agrupamento de escolas de Vila Nova de São Bento, por tipo de vínculo e habilitação para a docência, entre os anos de 1999/00 e 2004/05.

Fonte: Agrupamento de escolas de Vila Nova de São Bento, 2005.

⁵³ Incluídos, na sua maioria, na designada Fase Regional do Concurso Nacional de Docentes.

⁵⁴ Os dados disponibilizados não permitem a desagregação dos afectos ao Quadro de Escola e ao Quadro de Zona pedagógica.

Síntese

- O Agrupamento é marcado por um aumento considerável no número de docentes, registando-se alguma variabilidade no interior do intervalo. Os anos de 2002/03 constituem os períodos mais expressivos, com 86 docentes cada. Registe-se o facto de o número de alunos que o frequentam não ter aumentado, como se poderá preeceber no capítulo dedicado à análise da evolução da população discente.
- Quanto ao tipo de vínculo, o número de contratados é residual, não excedendo os 2 docentes por ano lectivo, sendo que no ano lectivo de 2000/01, nenhum docente foi colocado por contrato. Apesar destes indicadores parecerem expressar a estabilidade do corpo docente, existem referências que nos remetem para a instabilidade sentida nesta questão (CMS, 2004).
- Quanto às habilitações para o exercício da profissão docente, aqui descritas não em termos do grau académico, mas do tipo específico de habilitação⁵⁵, verificamos que, em todos os anos lectivos, uma parcela significativa dos docentes possui habilitações profissionais e, em menor número, próprias, o que indicia a sua qualificação.
- Apesar destes indicadores, verifica-se ainda a existência de profissionais com habilitação mínima no quadro de docentes, situação que se regista desde 2000/01.

Agrupamento de Escolas de Serpa

Agrupamento de Escolas de Serpa ⁵⁶	Ano lectivo							
	1998 1999	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	
Tipo de Vínculo								
Quadro de Escola	38	38	39	42	39	37	13	
Quadro Zona Pedagógica	22	29	19	22	30	32	11	
Contrato	20	18	27	18	9	11	5	
Tipo de habilitações⁵⁷								
Bacharelato	25	25	22	21	17	12	6	
Licenciatura	3	4	5	5	6	17	23	
Total	28	29	27	26	23	29	29	
Total	80	85	85	82	78	80	29	

Tabela 33. Evolução do número de docentes colocados no Agrupamento de escolas de Serpa, por tipo de vínculo e habilitação para a docência, entre os anos de 1999/00 e 2004/05
Fonte: Agrupamento de escolas de Serpa, 2005; CAE_BAAL, 2004.

⁵⁵ Conforme disponibilizado pelo Agrupamento.

⁵⁶ Os dados remetidos pelo Agrupamento de escolas de Serpa referem-se, apenas, às EB1 n.ºs 1, 2 e 3 e ao Jardim de infância n.º1 de Serpa, e às EB1 de Monte Candeias, Santa Iria e Vales Mortos.

⁵⁷ Em virtude de, no Centro de Área Educativa do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, fonte a que recorreremos para a sistematização dos dados aqui apresentados para o 2º e 3º Ciclo, não disporem dos tipos de habilitações para o exercício da docência para todos os docentes, optámos por não incluir esta dimensão, uma vez que as conclusões retiradas seriam, necessariamente, limitadas, por se reportarem apenas aos docentes colocados na educação pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico (disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Serpa).

Síntese

- Concluímos por uma oscilação com tendência para crescimento, seguida de estabilização/decrécimo.
- A análise permitiu a desagregação por modalidades em termos de Quadro de Escola e Quadro de Zona Pedagógica. Em todos os anos considerados, a quase totalidade dos docentes pertence a modalidades estáveis de colocação (QE e QZP), assinalando-se um maior número de docentes colocados no QE.
- O número de docentes contratados, que corresponderam a um terço dos docentes do Agrupamento no ano de 2000/01, regista uma diminuição importante a partir desse ano.
- Quanto às habilitações dos docentes da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, descritas em termos do grau académico possuído, vemos, em cada ano, um elevado número de docentes com bacharelato, sendo os titulares de licenciatura em número significativamente menor. Contudo, nos dois últimos anos do intervalo, parece haver uma inversão desta linha, sendo o número de licenciados superior (17 em 2003/04) e muito superior (23 em 2004/05) ao número de professores bacharéis, o que nos poderá indicar a progressiva qualificação do corpo docente.
- O número de docentes não se ressentiu do encerramento de uma EB1 e da diminuição do número de alunos.

Escola Secundária com 3ºCEB de Serpa

Escola Secundária de Serpa	Ano lectivo						
	1998 1999	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005
Tipo de Vínculo							
Quadro ⁵⁸	45	50	51	47	45	44	47
Contrato	47	26	19	17	12	12	19
Total	92	76	70	64	57	56	66
Tipo de habilitações							
Bacharelato	15	12	12	7	5	4	7
Licenciatura	77	64	58	57	52	52	59
Total	92	76	70	64	57	56	66

Tabela 34. Evolução do número de docentes colocados na escola secundária de Serpa, por tipo de vínculo e habilitação para a docência, entre os anos de 1998/99 e 2004/05.

Fonte: Escola Secundária com 3ºCEB de Serpa, 2005.

⁵⁸ Os dados disponibilizados não permitem a desagregação dos afectos ao Quadro de Escola e ao Quadro de Zona Pedagógica.

Síntese

- Genericamente, o número de docentes tem registado um decréscimo, particularmente acentuado no ano de 2003/04. Entre os pólos do intervalo considerado encontramos uma diferença de 26 docentes, como atrás evidenciado.
- Quanto à modalidade de colocação, regista-se uma evolução no sentido da maior estabilidade, situação que não encontramos no ano lectivo de 1998/99, onde o número de docentes afectos ao quadro é menor (45) do que o número total de colocados através de contrato (47). A partir do ano lectivo seguinte, não obstante a diminuição do número de docentes, podemos perceber uma inversão nesta tendência, sendo que os docentes no quadro, representam, nos anos subsequentes, mais de dois terços do corpo docente desta escola, o que implica que a diminuição se deu ao nível dos contratados.
- No que concerne às habilitações para o exercício da docência, os dados indicam-nos da qualidade da formação de base dos docentes, dado que em cada ano, entre 80 a 90% possui licenciatura. No entanto, regista-se, com alguma estranheza, que ainda existam professores bacharéis no ensino secundário.

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural (EPDRS)

EPDRS	Ano lectivo					
	1999 2000 ⁵⁹	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005
Tipo de Vínculo						
Destacamento	7	6	6	6	6	6
Acumulação	16	8	8	8	2	0
Concurso interno/contrato ⁶⁰	19	19	21	15	21	23
Concurso nacional de professores	0	0	0	0	0	7
Total	42	31	33	29	29	36
Tipo de habilitações						
Própria	37	26	29	26	26	34
Suficiente	2	1	1	0	1	0
Outra ⁶¹	3	4	3	3	2	2
Total	42	31	33	29	29	36

Tabela 35. Evolução do número de docentes em funções na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, por tipo de vínculo e habilitação para a docência, entre os anos de 1999/00 e 2004/05

Fonte: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, 2005.

⁵⁹ Iniciamos a descrição com o ano lectivo de 1999/00, uma vez que os dados referentes ao ano imediatamente anterior não nos foram remetidos.

⁶⁰ A situação de professor colocado e contratado por concurso interno, inclui professores com contrato individual de trabalho sem termo, professores com contrato individual de trabalho a termo e com contrato de prestação de serviços. Tratam-se de contratos efectuados ao abrigo da legislação para o ensino particular e cooperativo (EPDRS, 2005).

⁶¹ A categoria «Outro tipo de habilitação» verifica-se no caso das disciplinas tecnológicas. Trata-se de formadores contratados ao abrigo da sua experiência profissional na área em que leccionam (EPDRS, 2005).

Síntese

- O número de docentes da EPDRS tem sofrido um decréscimo considerável (42 docentes em 1999/00 para 29 em 2003/04), registando-se, no ano lectivo de 2004/05 uma recuperação importante (7 docentes). No entanto, a tendência é para a fixação dos docentes a tempo inteiro, dada a forte diminuição dos docentes em situação de acumulação lectiva.
- Quanto ao tipo de vínculo, podemos perceber que a maioria dos docentes é colocada através de contrato, a partir de concursos internos, e também em regime de acumulação, tratando-se, neste último caso, de docentes e/ou outros profissionais que leccionarão noutras escolas e aqui complementam o seu horário lectivo. O ano lectivo de 2004/05 constitui o primeiro momento do intervalo onde constam docentes colocados através do concurso nacional de professores.
- No plano das habilitações, descritas em termos de classificação oficial, verificamos que, em todos os momentos do intervalo, a grande maioria dos docentes possui habilitações próprias para o exercício da sua profissão, o que nos pode servir como indicador base da qualidade do corpo docente, dado que essas habilitações são específicas e adequadas a cada uma das áreas em que os docentes exercem a sua actividade. Dada a possível valorização da experiência profissional, não é possível inferir quanto ao tipo de habilitações académicas possuída.

3. Descrição da acção educativa da Câmara Municipal de Serpa

Nos últimos anos tem-se verificado um processo de sucessiva desconcentração e transferência das competências no domínio educativo para o plano de actuação local, tal como já comentado na Parte I deste documento. Estas atribuições referiam-se, com particular destaque, à educação pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, quer do ponto de vista da manutenção do edificado, quer do apetrechamento de material destinado à prática pedagógica. Na actualidade, o desafio colocado às autarquias reveste-se de maior complexidade. De facto, as forças de acção local são confrontadas com a necessidade de investir na educação a um nível mais lato, radicado em objectivos de desenvolvimento e expansão sócio-educativa, ainda que não existam obrigações legais nesta matéria.

As áreas de intervenção educativa, em torno das quais a Câmara Municipal de Serpa congrega a sua actuação situam-se maioritariamente na Educação de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico. Assinala-se em Serpa a intervenção nos seguintes domínios:

- Transportes Escolares;
- Componente de Apoio Social à Família;
- Acção social escolar;
- Promoção de projectos e iniciativas de carácter pedagógico.

3.1. Transportes escolares⁶²

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, é da competência dos municípios a organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares. São beneficiários do transporte escolar os alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, quer estes tenham ou não refeitório. São ainda contemplados os alunos que tenham sido matriculados compulsivamente em escolas situadas fora da área da sua residência.

O transporte é gratuito para os alunos dentro da escolaridade obrigatória que ainda não tenham atingido os 15 anos e, a partir dessa idade, participado em 50%. Os alunos do ensino secundário são participados em 50% do valor total do passe, com base no critério distância casa/escola (de acordo com a Portaria 181/86, de 6 de Maio).

As inscrições em transporte escolar são realizadas nos estabelecimentos de ensino do concelho, no período das matrículas, e apresentadas à Câmara Municipal que decidirá em conformidade com a legislação em vigor.

Nas tabelas seguintes encontramos o número de alunos transportados nos anos de 2004/05 e 2005/06, numa divisão por agrupamentos de escolas e por ciclos de ensino.

⁶² Disponível em www.cm-serpa.pt/artigo, [on-line].

Agrupamento de escolas/Escola	Ano lectivo de 2004/05							
	1ºCEB		2ºCEB		3ºCEB		E.S.	
	CMS	EVA	CMS	EVA	CMS	EVA	CMS	EVA
Pias	11	–	8	44	5	62	–	–
Serpa	18	–	13	19	16	30	16	136
V. N. S. Bento	9	2	4	58	12	56	–	–
E. Secundário de Beja	–	–	–	–	–	–	–	16
Moura	2	–	3	–	1	–	–	–
Total	40	2	28	121	34	148	16	152

Tabela 36. Número de alunos transportados, por ciclo e escola/agrupamento, no ano lectivo de 2004/05.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Legenda: CMS - Câmara Municipal de Serpa; EVA - Rodoviária Nacional; - não aplicável.

Agrupamento de escolas/Escola	Ano lectivo de 2005/06							
	1ºCEB		2ºCEB		3ºCEB		E.S.	
	CMS	EVA	CMS	EVA	CMS	EVA	CMS	EVA
Pias	11	1	5	33	7	76	–	–
Serpa	16	1	14	13	16	35	14	158
V. N. S. Bento	15	1	9	40	8	73	–	–
E. Secundário de Beja	–	–	–	–	–	–	–	10
Moura	1	–	2	–	3	–	–	–
Total	43	3	30	86	34	184	14	168

Tabela 37. Número de alunos transportados, por ciclo e escola/agrupamento, no ano lectivo de 2005/06.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Legenda: CMS - Câmara Municipal de Serpa; EVA - Rodoviária Nacional; - não aplicável.

Síntese

- O número de alunos transportados em 2005/06 diminuiu comparativamente com o ano anterior, havendo uma diminuição de 57 alunos (541 para 484).
- Em ambos os anos, e à excepção do 1ºCEB, a maior parte dos alunos é transportada pela Rodoviária Nacional (EVA). No 1º CEB, dado que existem percursos em lugares e montes de grande isolamento, torna-se necessário um serviço de transportes adaptado a cada caso, donde, a maior parte dos alunos seja transportada por viaturas municipais. Em qualquer um dos casos, as despesas são asseguradas pela CMS.
- Em ambos os anos, a maior parte dos alunos frequentam o 3ºCEB e o ensino secundário, aspecto que é consonante com a relativa concentração desta oferta em poucos pontos do território. A destacar ainda que a CMS também apoia a deslocação de alunos para outros concelhos, tais como, Beja e Moura.

3.2. Componente de Apoio Social à Família

Um dos apoios destinados à educação pré-escolar é a designada Componente de Apoio Social à Família. Esta resulta de um acordo de colaboração entre as autarquias, o Ministério da Educação e o Centro Regional de Segurança Social, e consiste numa ajuda comparticipada às famílias em dois serviços: refeições e prolongamento de horário de permanência das crianças nos jardins-de-infância. Esta comparticipação é feita com base nos indicadores do rendimento familiar *per capita*, aplicando a tabela relativa à legislação em vigor (Despacho Conjunto n.º 300/97 de 4 de Setembro). Na tabela abaixo apresentamos, novamente, uma leitura por agrupamentos de escolas, e segundo as modalidades específicas de apoio.

Agrupamento de escolas	Tipo de apoio					
	Prolongamento de horário			Serviço de refeições		
	2003/04	2004/05	2005/06	2003/04	2004/05	2005/06
Pias	0	16	21	20	17	22
Serpa	16	22	21	9	11	15
V.N.São Bento	0	7	0	6	9	9
Total	16	45	42	35	37	46

Tabela 38. Número de crianças que beneficiaram da Componente de Apoio Social à Família, nos anos lectivos de 2003 a 2006.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Síntese

- No ano lectivo de 2005/06 usufruem deste tipo de apoio 88 crianças de todos os Agrupamentos.
- Analisando a evolução nos anos anteriores, verifica-se um aumento do número de crianças abrangidas pelo prolongamento de horário, que regista em relação a 2003/04, cerca do triplo de crianças.
- Em ambos os apoios, a maior parte dos alunos frequentam escolas integradas nos agrupamentos de Pias e de Serpa.

3.3. Acção social escolar⁶³

A Acção Social Escolar consiste num conjunto de auxílios económicos que, segundo o Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, se destinam aos alunos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública que se inserem em agregados familiares cuja situação sócio-económica é desfavorecida.

Por auxílios económicos entendem-se os subsídios destinados a comparticipar nas despesas escolares dos alunos, inerentes à frequência das aulas.

⁶³ A partir dos documentos disponíveis [on-line] em www.cm-serpa.pt.

Os auxílios económicos têm as seguintes modalidades:

- a) Subsídio de refeição;
- b) Subsídio para livros e material escolar;
- c) Subsídio de alojamento em residência familiar.

a) Subsídio de refeição

O subsídio de refeição atribuído pela Câmara Municipal aos alunos do 1º ciclo considerados carenciados tem por base os critérios de selecção estipulados no Despacho n.º 13 224/2003 (2ª série), de 7 de Julho (similares aos praticados pelo Ministério da Educação para o 2º e 3º ciclos do ensino básico).

Escalão A - rendimento *per capita* até 155,68 € (pagamento a 100% da refeição).

Escalão B - rendimento *per capita* de 155,69 € a 191,30 € (pagamento a 50% da refeição).

b) Subsídio para livros e material escolar

Trata-se de um apoio atribuído pela Câmara Municipal aos alunos do 1º ciclo considerados carenciados, de acordo com o rendimento do aglomerado familiar *per capita*.

Escalão A - rendimento *per capita* até 155,68 € (pagamento dos manuais escolares a 100%).

Escalão B - rendimento *per capita* de 155,69 a 191,30 (pagamento dos manuais escolares a 50%).

c) Subsídio de alojamento em residência familiar

Designa-se por alojamento em residência familiar a colocação dos alunos em famílias sob responsabilidade destas. O alojamento em residência familiar constitui uma alternativa ao transporte escolar, sempre que a organização deste não seja possível ou aconselhável por razões financeiras, técnicas ou pedagógicas. O aluno, uma vez admitido ao alojamento em residência familiar e independentemente da sua situação económica, tem direito a uma comparticipação mensal de acordo com o despacho aprovado anualmente pelo Ministério da Educação.

Assim, no presente ano lectivo, o Despacho n.º 13 224/2003 (2ª série), de 7 de Julho, estabelece:

Rendimento *per capita* até 119,49 € - subsídio até 53,87 €/mês

Rendimento *per capita* de 119,50 € a 175,53 € - subsídio até 43,40 € /mês.

Na tabela abaixo apresentada faz-se a descrição destes auxílios consoante os Agrupamentos de Escolas do concelho, nos anos de 2003/04, 2004/05 e 2005/06.

Agrupamento escolas	de	Tipo de auxílio								
		Subsídio de refeição			Subsídio para livros e material escolar			Subsídio de alojamento		
		2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
		2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Pias	A	30	19	18	2	11	35	1	—	—
	B	7	9	19	—	4	24	—	—	—
Serpa	A	6	4	8	1	3	20	—	—	—
	B	—	1	3	—	4	11	—	—	—
VNS Bento	A	27	23	27	1	28	35	—	1	2
	B	10	6	3	—	6	10	—	—	—
Total		80	62	78	3	56	135	1	1	2

Tabela 39. Número de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico que beneficiaram da Acção Social Escolar da Câmara Municipal de Serpa, nos anos lectivos de 2003/04 a 2005/06.

Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

Síntese

- Na actualidade, a Acção Social Escolar da CMS abrange 215 alunos do 1º Ciclo. Em comparação com os anos lectivos anteriores, constatamos um aumento importante de alunos subsidiados (84 em 2003/2004 e 119 em 2004/05).
- O subsídio de refeição tem sido um dos tipos de auxílio mais frequentes, embora se registre uma diminuição no número de alunos beneficiados. Pelo contrário, o subsídio de livros e material escolar registou um aumento considerável no número de beneficiados, existindo na actualidade 135 alunos abrangidos. Mais raro é o subsídio para alojamento, solicitado por apenas 2 alunos em 2005/06.
- Quanto aos escalões, em todos os anos, a maior parte dos alunos beneficia de escalão A, representando, em 2005/06, cerca de 67% dos escalões atribuídos.
- Em relação à proveniência dos alunos por Agrupamento, a maior parte dos alunos frequenta as EB1 dos Agrupamentos de Vila Nova de São Bento e Pias. No entanto, no ano de 2005/06, esta situação não se verifica, sendo que, encontramos alunos de todos os agrupamentos abrangidos pela acção social escolar, essencialmente, no apoio em livros e material escolar.

3.4. Promoção de projectos e iniciativas de carácter pedagógico

Para além do apoio à dinâmica e ao funcionamento das escolas do 1º CEB e dos jardins-de-infância, estabelecidos por lei, a Câmara Municipal de Serpa tem vindo a apostar na promoção e/ou concretização de acções de apoio sócio-pedagógico junto das crianças. Como exemplo recente destaca-se o projecto «Semear o Futuro», integrado no Programa Escolhas 2ª Geração. Trata-se de uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Serpa, a decorrer desde Janeiro de 2005 até Junho de 2006. Nasceu de uma confluência de problemáticas identificadas no concelho, relacionadas com os elevados índices de insucesso e abandono escolar, e de uma

insuficiência de recursos ao nível dos espaços de ocupação dos tempos livres dos jovens e de utilização das Tecnologias de Informação e da Comunicação. Tem em vista objectivos de formação pessoal, social, escolar e parental (CMS, 2005), e destina-se aos alunos de etnia cigana e com necessidades educativas especiais da EBI com JI de Pias.

Ao abrigo deste projecto, foram previstas as seguintes acções:

- Criação de um Centro Lúdico-Pedagógico (CLP) - Centro Lúdico-Pedagógico «Semear o Futuro» já em funcionamento.
- Criação de um Centro de Inclusão Digital (CID);
- Promoção de actividades de exterior (desporto, tempos livres, preservação da natureza, entre outras);
- Apoio Psicossocial a 27 alunos do Agrupamento de Escolas de Pias e suas famílias.

4. Diagnóstico

Este capítulo apresenta uma síntese das características da rede educativa de Serpa, evidenciadas ao longo dos capítulos anteriores e recolhidas pela equipa da Câmara Municipal de Serpa junto dos Agrupamentos de Escolas do concelho e Escola Secundária com 3º CEB de Serpa, no ano de 2004 (cf. Mariano e Borralho, 2004) e de 2006, e pela equipa da ESEB junto das mesmas em 2005. Também o Projecto Educativo de cada Agrupamento de Escolas foi consultado, com excepção de Vila Nova de São Bento, não disponível no momento de concepção do diagnóstico.

O diagnóstico será feito destacando as potencialidades e os problemas detectados, quer em termos genéricos, quer na especificidade de cada nível de ensino.

Remetemos o leitor para a Parte IV deste documento, onde se apresentam as propostas para responder ao quadro de necessidades desenhado a partir do confronto entre as potencialidades, os problemas e as características de evolução da situação educativa no concelho de Serpa e do país, onde se incluem as várias modalidades de educação regular e os níveis de ensino existentes.

4.1. Potencialidades

4.1.1. De carácter geral

- Com excepção do ensino superior, o concelho dispõe de todos os níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino profissional.
- A existência de ofertas de natureza diversa, ou seja, pertencentes aos subsistemas particular e público, ainda que nem todos os ciclos de escolaridade estejam representados em ambas as potencialidades.
- A rede de escolas de Serpa apresenta uma desconcentração positiva, existindo oferta de educação pré-escolar e de 1º Ciclo do Ensino Básico na cidade e em todas as freguesias rurais, e oferta dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico na cidade e em duas das cinco freguesias rurais.
- Evolução recente da rede escolar, nomeadamente, a reconversão de tipologias ao nível dos três ciclos do ensino básico.
- Implicação da Câmara Municipal de Serpa em decisões urgentes - de que é exemplo a capacidade de encerramento de escolas do 1º CEB.
- Alguma dinâmica no ensino recorrente e na educação extra-escolar, expressa na diversidade e actualidade dos cursos ministrados e na sua distribuição geográfica por todas as freguesias do concelho, embora mais frágil nas freguesias rurais.
- Existência de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC).
- Crescente intervenção da autarquia na criação, dinamização e apoio a projectos de

carácter socio-educativo na comunidade, nomeadamente, destinados a públicos desfavorecidos, de que o projecto Semear o Futuro - Escolhas 2ª G é exemplo.

- Sensibilidade da Câmara Municipal de Serpa para as carências evidenciadas na comunidade, manifesta na atenção dedicada à temática das necessidades educativas especiais e dos espaços e tempos livres, de que a criação do Centro Lúdico-Pedagógico é exemplo.
- Rede de transportes escolares adaptada às necessidades, com circuitos de transporte municipal e rodoviário.
- Boa rede de equipamentos culturais, diversificada e com representação em todas as freguesias.
- Dinâmica cultural expressiva e variada.
- À excepção da freguesia de Brinches, existência de parques desportivos em todas as freguesias.
- Existência de uma Associação de Desenvolvimento Local - Rota do Guadiana - de acção abrangente no planos sócio-económico e educativo, e cuja actuação recai sobre diversos concelhos da Margem esquerda do Guadiana.

4.1.2. Desagregadas por nível de ensino

Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

- Generalização da frequência de educação pré-escolar, apresentando o concelho uma taxa real de escolarização que ronda os 90%.
- Existência de oferta de educação pré-escolar na cidade e em todas as freguesias rurais do concelho.
- Esforço de manutenção da oferta pré-escolar em todo o concelho, visível, na garantia da Educação Pré-escolar Itinerante, existente em Santa Iria e Vales Mortos (freguesia de Salvador e Agrupamento de Escolas de Serpa) e do Centro de Educação Pré-escolar de A-do-Pinto (freguesia e Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento).
- Intervenção recente nos estabelecimentos da rede pública.
- Existência de Parque Infantil no recreio do Jardim-de-infância de Serpa nº1 (freguesia de Santa Maria e Agrupamento de Escolas de Serpa), na EB1 nº3, na EB1/EPEI de Santa Iria e na EBI com Jardim-de-infância de Vale de Vargo (freguesia e Agrupamento de Escolas de Pias).
- Existência de instalações de desporto nos dois jardins-de-infância da rede particular e cooperativa.
- Reversão das tipologias de escolas, demonstrando o esforço de actualização da rede escolar e de aproximação às necessidades das crianças e famílias, e da própria

articulação entre ciclos de escolaridade (caso das EB1 com JI).

- Encerramento programado, no período de dois anos, de nove EB1 que evidenciaram quebras acentuadas de frequência, e que já não ofereciam condições pedagógicas adequadas, o que expressa a preocupação pela qualidade do percurso escolar.
- Apetrechamento da EB1 nº3 com Centro de Recursos.
- Apetrechamento das EB1 nº 1 e 3, e dos Jis nº1 de Serpa e de Vila Verde de Ficalho com gabinete de professores.
- A existência de salas devolutas nos três Agrupamentos, que poderão ser alvo de reconversão/aproveitamento.
- Existência de computadores e material informático em todas as EB1.
- Existência de 3 processos de candidatura ao programa da rede de bibliotecas escolares para a instalação de biblioteca escolar na EB1 de Vale de Vargo, EB1nº3 de Serpa e EB1 de Vila Nova de São Bento.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

- Diversidade da oferta ao nível do 3º ciclo do ensino básico regular, presente em cinco escolas no concelho.
- Qualidade dos edifícios com estes níveis de ensino.
- Existência de campos de jogos exteriores em todas as sedes de agrupamento.
- Existência de salas de informática em todas as sedes de agrupamento.
- Elevado número de computadores na EBI com JI de Pias e nas EB2.3.

Ensinos Secundário e Profissional

- Diversidade da oferta formativa de ensino profissional e relação estreita com as características do concelho.
- Alargamento da oferta formativa na Escola Profissional: mais 7 novos cursos aprovados e mais 4 cursos em fase de aprovação.
- Aumento expressivo dos níveis de transição do ensino secundário - de 46% em 1998/99 para 64,7% em 2002/03.
- Elevada taxa de conclusão no ensino profissional - entre 2000/01 e 2003/04 a taxa média foi de 84%.
- A aposta no apetrechamento informático e pedagógico, visível na existência de Centros de Recursos na escola secundária e na escola profissional.
- Qualidade e diversidade dos espaços das escolas secundária e profissional.

- Impulso da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, visível ao nível da ampliação das suas instalações.
- Existência de um elevado número de computadores na Escola Secundária com 3º Ciclo de Serpa, dos quais 64 têm ligação à Internet.
- Existência de 12 Gabinetes de trabalho destinados aos professores na Escola Secundária com 3º CEB.

4.2. Problemas

4.2.1. De carácter geral

- Acentuado nível de analfabetismo, mais pronunciado na população mais envelhecida, mas com expressão residual a partir do intervalo etário 15-19 anos.
- Baixos níveis de escolarização da população.
- Quebras acentuadas na frequência escolar, não existindo, ainda, um cumprimento a 100% da escolaridade obrigatória.
- Elevados níveis de insucesso, absentismo e abandono escolar.
- Instabilidade sentida no corpo docente⁶⁴.
- Existência de alguns docentes que ainda possuem o bacharelato como formação para o exercício da profissão, inclusive no ensino secundário.
- Insuficiente oferta de actividades de tempos livres.
- Falta de diálogo entre as escolas intra e inter-agrupamentos, e entre os vários ciclos de escolaridade⁶⁵.
- Escassez de recursos humanos que promovam actividades de ocupação de tempos livres, nomeadamente, nas pausas lectivas⁶⁶.
- Carências ao nível dos espaços destinados à prática desportiva nas escolas.
- Carências de materiais didácticos e pedagógicos nas escolas mais isoladas⁶⁷.

4.2.2. Desagregados por nível de ensino

Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

- Escassez de Parques Infantis nos JI da rede pública.
- Falta de condições do espaço exterior nos seguintes casos: JI de Vila Nova de São Bento

⁶⁴ Cf. Mariano e Borralho, 2004.

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ Cf. Mariano e Borralho, 2004.

⁶⁷ *Idem.*

(freguesia e Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento), EPEI de Vales Mortos e EPEI da Santa Iria (freguesia de Salvador e Agrupamento de Escolas de Serpa).

- Escassez de salas de apoio.
- Escassez de salas específicas.
- Insuficiência dos espaços de ATL.
- Subaproveitamentos dos espaços escolares - visíveis na indicação de salas devolutas em EB1 que não possuem salas temáticas. Destacam-se os seguintes casos: EB1 nº1 de Vila Verde de Ficalho (freguesia de Vila Verde de Ficalho e Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento), com uma sala devoluta e sem indicação de existência de salas temáticas ou específicas; e EB1 c/ JI de Brinches (freguesia de Brinches e Agrupamento de Escolas de Pias), com 4 salas devolutas e também sem referência a outras salas, tais como, biblioteca, gabinete de professores ou centro de recursos.
- Inadequação dos espaços exteriores nas seguintes situações: EB1 nº 3 de Salvador (freguesia de Salvador e Agrupamento de Escolas de Serpa); EB1 nº 2 de Santa Maria (freguesia de Santa Maria e Agrupamento de Escolas de Serpa); EB1 nº1 de Vila Verde de Ficalho (freguesia de Vila Verde de Ficalho e Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento); EB1 com CEPE de A-do-Pinto (freguesia e Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento); EB1 de Vila Nova de São Bento e EB1 com EPEI de Vales Mortos (freguesia de Salvador e Agrupamento de Escolas de Serpa).
- Inadequação das casas de banho nas EB1 com EPEI de Santa Iria e de Vales Mortos.
- Elevado número de computadores sem acesso à Internet nas escolas do 1º CEB.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

- Irregularidade da frequência do 2º Ciclo do Ensino Básico, pela população em idade aproximada de o fazer.
- Forte quebra de frequência do 3º Ciclo do Ensino Básico - que indicia abandono escolar preocupante, especialmente nas escolas das freguesias da cidade e de Vila Nova de São Bento.
- Dispersão etária dos alunos a frequentar estes ciclos de ensino - no 2º Ciclo existem alunos com idades compreendidas entre 10 e 13 anos e no 3º ciclo situam-se entre os 12 e os 16 anos, no ano de 2001.
- A inexistência de Centro de Recursos na EBI com JI de Pias.
- A inexistência de pavilhão gimnodesportivo na EB2.3 de Vila Nova de São Bento.
- Inexistência de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família e de Serviços de Psicologia e de Orientação nas sedes de agrupamento.
- Instabilidade sentida no corpo docente.

- Quebra acentuada do número de docentes do ensino especial. Nestes ciclos de ensino, o número de docentes colocados nos 2º e 3º Ciclos é muito reduzido quando comparado com os docentes colocados na educação pré-escolar e no 1º Ciclo.
- Escassez de pessoal auxiliar⁶⁸.

Ensinos Secundário e Profissional

- Tendência de quebra acentuada do número de alunos no ensino secundário, com uma taxa real de escolarização de 39% em 2001.
- Níveis expressivos de insucesso no ensino secundário.
- Inexistência de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família e de Serviços de Psicologia e de Orientação.
- Degradação de alguns espaços e blocos da Escola Secundária com 3º Ciclo de Serpa.
- Falta de recintos fechados para os alunos da Escola Secundária com 3º Ciclo de Serpa.
- Quebra acentuada do número de docentes do ensino especial, quando comparado com os docentes colocados na educação pré-escolar e no 1º Ciclo.
- Escassez de pessoal auxiliar⁶⁹.
- Inexistência de dados sobre a relação entre o ensino secundário e o ensino profissional.

⁶⁸ Cf. Mariano e Borralho, 2004.

⁶⁹ Cf. Mariano e Borralho, 2004.

PARTE III

CENÁRIOS E PROJEÇÕES

1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local

Esta parte da Carta Educativa de Serpa tem por objectivo projectar as características da rede educativa para os próximos cinco anos. Se até aqui a preocupação foi caracterizar os processos de evolução e de mudança, agora chegou o momento de clarificar a direcção tendencial.

A abordagem prospectiva que apresentamos far-se-á a partir de um conjunto de indicadores e de propostas, tendo como base o facto de que os próximos anos se farão de imprevisibilidades, mas especialmente de continuidades e de vontades assumidas. Assim, esta parte é composta por um capítulo que resume duas abordagens prospectivas à educação em Portugal - uma de teor político, em termos de metas a alcançar e outra ancorada num estudo prospectivo de planeamento educacional do sistema português; por um capítulo que enquadra as prioridades sentidas pela autarquia de Serpa, em termos de alguns elementos que integram o diagnóstico social do concelho e das grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do concelho, onde são enquadrados pela autarquia os contributos da escolarização para o desenvolvimento local; segue-se um capítulo que apresenta as projecções da população de Serpa, em termos da grande tendência pesada para o desenvolvimento da educação - as questões demográficas - e em termos das expectativas de procura e de conclusão dos diferentes níveis de ensino instalados em Serpa, que se reflectem nos indicadores sobre os níveis de escolarização da população de Serpa; por fim, serão apresentados indicadores com ainda maior nível de especificidade relativos à procura esperada para cada escola existente no concelho, pela população em idade certa de frequentar cada nível de ensino.

As expectativas sobre o comportamento destes elementos - condicionantes e políticos - estarão na base da proposta de reordenamento da rede educativa de Serpa que se apresenta na última parte deste documento.

2. Prospectivas para a Educação em Portugal

“Explorar futuros possíveis é (...) a maneira mais fecunda de a inteligência humana influenciar os deuses”
(Carneiro, 2000: 32).

O exercício de prospectiva e planeamento da rede educativa concelhia aqui em decurso exige contemplar e integrar os pressupostos usados na prospecção do Sistema Educativo Português. Os estudos prospectivos assentam “numa atitude consciente, voluntária e activa de determinação” (Caraça, 2000: 83).

O planeamento educativo deve ser conduzido de forma sistémica e integradora dos diferentes níveis de ensino e modalidades e contextos de educação, no entanto são necessárias algumas referências parcelares de forma a orientar os esforços de mudança e a definição das necessidades educativas mais prementes nos diferentes territórios a considerar.

Com este objectivo apontam-se, a seguir, dois tipos de dados, que permitem a extracção de indicadores distintos:

- metas assumidas pelo Ministério da Educação relativas aos níveis de escolarização da população e taxas de cobertura escolar a alcançar em todo o país;
- os cenários educativos traçados para Portugal e as projecções daí emergentes, com o horizonte temporal de 2000 - 2020, no estudo desenvolvido sob a direcção e coordenação de Roberto Carneiro, no final da década de 1990, apoiado pelo PRODEP e publicado em 2000 pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação: O Futuro da Educação em Portugal, tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.

2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação

A Educação Pré-escolar sofreu um grande incremento na segunda metade da década de 1990, que culminou no processo de alargamento da rede pública do pré-escolar e na publicação das orientações curriculares para este nível de educação.

Assim, propunha-se o Ministério da Educação que, até ao fim do século XX, frequentassem o pré-escolar 90% das crianças com cinco anos, 75% das crianças com quatro anos e 60% das crianças com três anos (Dec-lei nº 147/97). Os objectivos então traçados eram também de natureza qualitativa, acrescentando-se que as salas de JI deveriam ser frequentadas por no mínimo 20 crianças e no máximo 25; interessa destacar que se considerava a educação itinerante e a animação comunitária como opções a serem tomadas nas zonas de baixa densidade populacional.

O Ensino Básico regular é de frequência obrigatória para todos, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46 de 1986) e com regulamentação de 1989. Como tal, um das metas a considerar é a de que 100% das crianças e adolescentes entre os 6 e os 15 anos estejam a

frequentar a escola. Aliás em “1999/00 Portugal atingiu os 100% de escolarização até aos 15 de idade, em virtude de uma medida de 1986” (Oliveira Martins, 2000: 23).

Em matéria de finalidades para o Ensino Básico, o XVI Governo estabeleceu o alargamento do funcionamento das escolas do 1.º CEB, para a implementação de actividades curriculares, de forma a que todos os alunos tenham um acesso igual a este tipo de oportunidades. Destaca-se, dentro desta lógica de expansão das oportunidades educativas o Programa de Generalização da Língua Inglesa, destinado aos alunos dos 3º e 4º anos do Ensino Básico, cuja implementação está prevista para o ano lectivo de 2005/06.

Sobre o Ensino Secundário e as modalidades de Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar não são conhecidas metas claras e objectivas.

É apontada a necessidade de aumentar progressivamente a frequência do Ensino Secundário, bem como de diversificar a oferta existente, de articular o funcionamento de escolas regulares e profissionais existentes nos diversos territórios educativos e de fortalecer os percursos de escolarização do ensino secundário. De facto, nos últimos períodos de governação, tem sido várias vezes feita, por diferentes protagonistas políticos, a apologia da escolarização até aos 18 anos de idade.

Relativamente ao Ensino Recorrente são defendidos dois objectivos: a diminuição, até à extinção, do analfabetismo e da iliteracia e a progressiva escolarização da população activa no sentido de se alcançar níveis de escolarização mais compatíveis com a dinâmica das sociedades europeias.

No que se refere à Educação Extra-escolar não são explicitadas metas ou opções de percurso.

2.2. Cenários e Projecções para a Educação em Portugal: 2000-2020

Os cenários surgem como uma “grelha de leitura robusta na interpretação das alternativas possíveis” (Caraça, 2000: 86)

Este subcapítulo pretende sintetizar o olhar prospectivo sobre o Sistema Educativo Português, desenvolvido pelo estudo acima referenciado e apresentado por Roberto Carneiro da seguinte forma:

“O presente estudo prospectivo representa uma profunda interpelação ao sistema educativo que nos legou a modernidade industrial.

Que educação e que formação poderemos aspirar a ter no final dos próximos 20 anos? Qual o perfil educativo que melhor poderá servir o Portugal do século XXI? Como garantir um quantum de mudança efectiva, sem que o país se volte a atrasar, com respeito por uma cultura multissecular de nação?” (2000: 33)

A necessidade de grande rigor metodológico e de forte triangulação de dados e de fontes para o pensamento sobre futuros possíveis, resultou na constituição de equipas de trabalho pluridisciplinares, de forma a caracterizar a situação educativa portuguesa, quantitativamente e

qualitativamente, a analisar e identificar as tendências dominantes e os principais factores de ruptura e de desenvolvimento, no sentido de fundamentar e construir cenários possíveis para o futuro da educação em Portugal.

O objectivo da apresentação das principais conclusões deste trabalho é balizar o exercício de prospectiva delimitado pelas fronteiras concelhias. Interessa portanto apresentar em traços gerais:

- o paradigma de desenvolvimento deste estudo - a Sociedade Educativa como horizonte para 2020;
- uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o aquele horizonte do futuro da educação em Portugal, um desenvolvido de acordo com o cenário de referência, o outro a partir de um cenário voluntarista;
- algumas estratégias orientadoras de mudança educativa com impacto ou replicação ao nível de decisão local.

2.2.1. O paradigma: a Sociedade Educativa como horizonte

O desenho de futuros possíveis para a educação necessita de uma moldura conceptual, e mesmo utópica, dentro da qual poderá ser concretizado.

O estudo que este subcapítulo referencia conclui pela mobilização da educação em Portugal na direcção da Sociedade Educativa - como a utopia a ser «alcançada» em 2020.

A apologia desta epifania resultou da análise de pólos de discussão centrais à compreensão da sociedade portuguesa, especialmente na sua dimensão educacional, mas que se estendem a todos os domínios da dinâmica social e a todos os actores. Os temas centrais que se constituíram como pólos de discussão para o enquadramento compreensivo da construção dos cenários educativos foram: a relação que os portugueses mantêm com o saber; o papel da Educação nos percursos para a excelência, o sucesso e a competitividade; a conceptualização das instituições educativas como lugares de civilização; o reforço das relações de alteridade na constante construção da identidade portuguesa; a consolidação de sistemas de avaliação extensíveis aos vários domínios e dimensões da Educação, no sentido da construção de mudança com sentido.

A meta educativa proposta à sociedade portuguesa aponta para a organização de um sistema de educação enquadrado pela complexidade; é uma meta relativa à sociedade e não apenas da exclusiva responsabilidade do poder central, pela devolução de poderes e competências à sociedade civil no sentido da emergência de “comunidades activas e motores de uma nova ordem educativa. Comunidades que lideram a oferta da aprendizagem desde a Educação pré-escolar à pós-graduação universitária, respeitando a diversidade natural de níveis de escolaridade mas apostando na organização dos vizinhos para fazer brotar soluções e serviços de proximidade (...)”. Estes princípios apelam a “um acréscimo notório de inteligência política, a uma lúcida estratégia de construção do futuro (e de desconstrução de vícios do passado), a uma mobilização dos actores sociais para a dinamização de comunidades educadoras, à emergência de novas

lideranças e agentes de mudança locais, a uma prática de realização de compromissos sociais, e a rigorosas medidas de avaliação das iniciativas.” (Carneiro, 2000:54)

Assim enquadrada, a Sociedade Educativa caracteriza-se pela existência de:

“escolas e centros de formação em rede;

centros **locais** e primazia comunitária;

multiplicidade de propósitos;

prioridade à aprendizagem permanente;

diversos grupos-alvo;

parcerias alargadas entre escolas, centros de formação, empresas e unidades de investigação;

competências básicas para a formação ao longo da vida;

mobilidade.” (*idem, ibidem*: 53)

e também por:

um reforço dos contratos de gestão;

um reforço das redes sociais e educacionais e de informação;

uma ligação de todas as instituições e centros educativos e de formação à Internet;

uma forte relação entre Educação e desenvolvimento;

centros de aprendizagens polivalentes” (Oliveira Martins,2000: 13-24).

Torna-se assim claro que «o futuro da educação em Portugal» implica fortemente as comunidades locais e a assunção dos poderes pelas mesmas, num quadro de orientação, financiamento e avaliação pelo poder central. Desta forma se intensifica a compreensão da construção das Cartas Educativas como um dos elementos potenciais do percurso para a Sociedade Educativa.

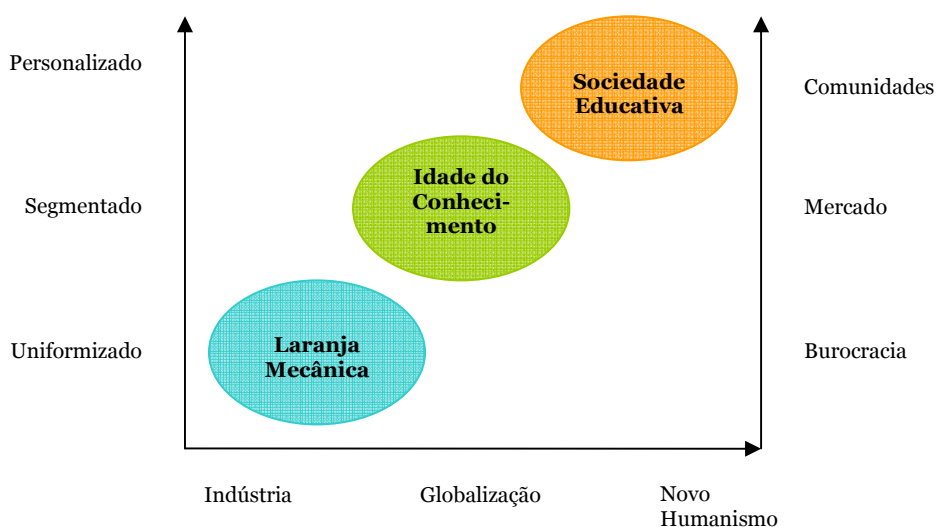
Este paradigma de funcionamento social é de uma extrema exigência para todos os sectores sociais - como tal é referido pelos autores deste trabalho como uma abordagem «voluntarista» ao futuro da Educação. Daqui se constata que a ausência de um compromisso social radical e persistente - referido genericamente como «New Deal» - compromete em absoluto a chegada a uma sociedade educativa, uma vez que esta nunca será o fruto natural da relação espontânea das forças coexistentes.

Até aqui, o olhar tem repousado no horizonte de 2020, que marca o princípio do porvir considerado para o estudo do Futuro da Educação em Portugal. No entanto, este estudo foi

realizado a partir de uma matriz temporal tripla: o passado, o presente e o futuro.

Esta matriz temporal contribui para a compreensão do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais. A imagem que a seguir se apresenta sintetiza estes estádios de desenvolvimento - sob uma forma unívoca, uma vez que a partir de cada estádio se passa ao seguinte ou se estagna.

Fig.1. Paradigmas de Evolução dos Sistemas Educativos Ocidentais



Fonte: Carneiro, R. 2000: 48.

A Sociedade Educativa aparece como o estádio de desenvolvimento futuro mais apurado, em que a educação se funda sobre comunidades aprendentes e o sistema se caracteriza pela especificidade e pelo espaço reservado à diversidade de processos de aprendizagem, com um nível de personalização progressivo; esta imagem que temos vindo a caracterizar funciona aqui como a utopia necessária à abordagem do futuro: “o sonho desta nova sociedade será realizar a unidade e continuidade do aprender: em cada indivíduo, em cada comunidade, em cada nação” (Carneiro, 2000: 48)

Esta utopia situa-se no campo dos possíveis por ser dada como congruente com as tendências de evolução identificadas no presente - e sintetizadas na designação Idade do Conhecimento. Esta remete para a ideia de globalização na educação, a par de uma lógica de distribuição segmentada e com configurações de mercado. A Idade do Conhecimento sintetiza um estádio emergente dos sistemas educativos, e como tal ainda não completamente alcançado - é uma abordagem do futuro presente e que orienta a leitura e as opções de hoje, por caracterizar a fase actual do desenvolvimento do nosso sistema educativo na transição entre a Laranja Mecânica e a plena Idade do Conhecimento. A Idade do Conhecimento é também a idade dos saberes; é determinada pelo incremento, a um ritmo extremamente acelerado, da oferta de

informação, conhecimento e formação e pela disseminação deste «novo conhecimento» através da facilidade introduzida pelas «novas tecnologias» e suportada por todo o enquadramento da «nova economia». De acordo com Roberto Carneiro, desta idade dos conhecimentos e dos saberes passaremos a idade da unidade dos saberes, com respeito pela diversidade dos conhecimentos e da sua ancoragem: é a sociedade educativa.

A Laranja Mecânica sintetiza o passado dos sistemas educativos ocidentais; no caso da construção de futuros aqui em análise, este paradigma constitui uma espécie de presente passado, por em Portugal nos encontrarmos em diversos aspectos na transição acima referida. A Laranja Mecânica refere sistemas educativos ancorados no modelo de industrial, concretizado em sistemas de oferta uniformes e rotinizados, conduzidos de acordo com uma lógica tecnoburocrática-corporativa - que se concretiza na escola como instituição moderna, ao lado de prisões e hospícios.

Estas três dimensões temporais - passado, presente e futuro - revestem-se de particular importância para o exercício lógico e compreensivo de prospectiva, aqui em desenvolvimento.

Da nossa leitura desta prospectiva da Educação em Portugal retemos que no futuro próximo - que é o que delimita as Cartas Educativas - é necessário definir as estratégias que asseguram a entrada de todas as comunidades regionais e locais portuguesas na idade do conhecimento - especialmente as da nossa área de intervenção que corresponde a uma das áreas de maior depressão do país: assim a nossa utopia de «referência» para a construção dos cenários educativos concelhios será a idade do conhecimento, o que nos parece ser a opção conceptual mais consistente com a abordagem nacional.

2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para futuro da educação em Portugal

A matriz das três dimensões temporais será apenas parcialmente utilizada neste subcapítulo de apresentação de dados quantitativos - uma vez que os cenários sintetizam um olhar prospectivo e não retrospectivo, o passado é a dimensão temporal que aqui não será analisada, embora constatada como referência a jusante.

As projecções que a seguir se apresentam foram concebidas pela equipa técnica do DAPP, no âmbito do estudo coordenado por Roberto Carneiro que aqui vem sendo relatado.

Esta componente quantitativa do estudo tomou como referências medidas e princípios de política educativa e as tendências de desenvolvimento demográfico.

No que é relativo a questões de política educativa, os documentos de referência foram os Grandes Objectivos globais assumidos pelo Governo (no final da década de 1990), o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP).

Da interpretação destes documentos de enquadramento das políticas públicas, a equipa destacou como princípios estruturantes do desenvolvimento do Sistema Educativo Português :

- a expansão da Educação Pré-escolar;
- a consolidação do Ensino Básico;
- a generalização de frequência do Ensino Secundário;
- a expansão e diversificação da formação inicial de jovens;
- o reordenamento do Ensino Superior com a reafirmação do Politécnico;
- a elevação da capacidade e qualidade formativas do sistema de ensino;
- a promoção de aprendizagens ao longo da vida.

A demografia é assumida como «a grande tendência pesada do Sistema Educativo». Neste sentido, a fonte considerada foram as projecções demográficas desenvolvidas pelo INE para um horizonte temporal equivalente ao do estudo aqui em análise; foram destacadas as seguintes como conclusões prioritárias para as projecções da procura escolar:

- “o número de jovens com idade compreendida entre os 3 e os 14 anos continuará em evolução decrescente, passando de 14,1% em 1995, para 12,9% em 2020;
- a forte quebra do número de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 22, que passará de 12,9% em 1995, para 9,3% em 2020” (São Pedro *et al*, 2000: 184).

Estas projecções demográficas, as linhas orientadoras da política educativa acima referidas e as tendências de evolução do sistema educativo português detectadas no estudo de sintetizado no subcapítulo anterior - que concluem pela transição do paradigma «Laranja Mecânica» para o da «Idade do Conhecimento» - permitiram a concepção de dois cenários para o desenvolvimento das projecções quantitativas:

- o cenário 1: é considerado o de referência; assenta na tendência pesada e configura o futuro da situação educativa portuguesa se tudo continuasse a evoluir como aconteceu até ao momento das projecções;
- o cenário 2: é considerado «voluntarista», configurando um futuro da situação educativa portuguesa assente na mudança e em políticas e práticas educativas mais consistente e esforçadas - que permitiriam a entrada na plena «Idade do Conhecimento» e a transição progressiva no sentido da «Sociedade Educativa».

Feito este enquadramento apresentam-se dois conjuntos de projecções - um em cada cenário - das seguintes dimensões de estudo:

- procura escolar: relativas apenas à frequência em idade própria e operacionalizada nas taxas de habilitações literárias conseguidas e introduzindo alguns dados sobre os índices de frequência dos diferentes níveis de ensino;
- oferta escolar: operacionalizada em dois conjuntos de projecções para 2010 relativas aos docentes, assumindo-se que a reestruturação do parque escolar está em marcha e que este é quantitativamente suficiente para a procura;
- necessidades de aprendizagem ao longo da vida: operacionalizadas em termos do

número de indivíduos da população activa que não concluíram o ensino básico, ou o secundário ou o superior e que se considera desejável que venham a concluir.

Procura escolar: as habilitações literárias em 2020, conseguidas na frequência do ensino regular.

Na tabela que se segue, sintetizamos as previsões da procura escolar em idade própria, com base nos índices das habilitações literárias que serão alcançadas em 2020, de acordo com cada um dos cenários acima referenciados.

Habilitações literárias	2020 Cenário 1	2020 Cenário 2
Ensino Básico	12,00%	3,00%
Ensino Secundário	48,00%	45,00%
Ensino Superior	40,00%	52,00%

Tabela 40. Habilitações literárias previstas para 2020.

Fonte: São Pedro, *et al*, 2000.

Qualquer um dos cenários equacionados tem como pressuposto que 100% da população frequentará a escola a partir dos 6 anos de idade e que não a abandonará sem ter concluído o 9º ano de escolaridade - como já acima demos notícia isto foi parcialmente alcançado no final da década de 1990, uma vez que então se verificou 100% de escolarização até aos 15 anos de idade. Desta forma, um primeiro aspecto a destacar é que, em ambos os cenários, deixarão de se verificar saídas da escola antes da conclusão do que em 2004/2005 é o ensino básico obrigatório.

Ainda relativo aos pressupostos comuns aos dois cenários para o desenvolvimento destas projecções quantitativas, um segundo aspecto a destacar é que até 2020 as saídas da escola só ocorrerão no final do nível de estudos iniciado; ou seja, todos os que iniciarem o ensino secundário e o ensino superior concluirão com sucesso esses níveis de ensino - em 2004/2005 estamos ainda muito longe destes indicadores.

Se o rumo da educação em Portugal não sofrer grandes alterações - isto é, de acordo com o cenário 1 - de entre esses 100% que entram na escola básica, 12% terminarão o seu percurso escolar, em idade certa, com a obtenção do diploma do actual ensino básico e 88% prosseguirão estudos, ou seja, entrarão no ensino secundário regular ou no seu equivalente de pendor mais profissionalizante. De entre estes, 48% interromperão o percurso escolar e tentarão a entrada no mercado de trabalho com o diploma de conclusão do ensino secundário. Prevê-se ainda que 40% da população que terminou o ensino secundário com sucesso frequentará e concluirá com sucesso o ensino superior.

O cenário 2 exige a implementação de medidas e opções com forte impacto no rumo da educação e da escolarização em Portugal. Se estas medidas forem tomadas, verificar-se-á que de entre os 100% da população que terminar o ensino básico regular, apenas 3% interromperá aí o seu percurso escolar e 97% prosseguirá estudos de nível secundário. De entre estes, 45%

interromperão o percurso escolar com a conclusão com sucesso do ensino secundário ou seu equivalente. Daqui resulta que 52% da população com o diploma do ensino secundário prosseguirão e concluirão estudos de nível superior politécnico ou universitário.

Para uma leitura mais completa destes dados prospectivos, apresentamos a seguir os esquemas desenvolvidos pela equipa do DAPP para uma rápida compreensão dos percursos de escolarização que permitirão alcançar aquelas habilitações literárias.

Os dados aqui apresentados constituem uma breve síntese da leitura prospectiva quantitativa da situação da educação em Portugal, pelo que recomendamos a consulta da fonte aqui utilizada e amplamente referenciada.

Oferta escolar: os recursos humanos, nomeadamente os docentes para os vários níveis de ensino em 2010.

Mais dificultada é a síntese das previsões relativas às características dos recursos humanos necessários para garantir os percursos de escolarização acima referidos, uma vez que os dados desenvolvidos pela equipa do DAPP são marcadamente mais complexos. Estes dados são mais dependentes da acção de um conjunto de variáveis, de que são exemplo: a abertura e encerramento de cursos de formação de professores dos diferentes níveis de ensino, a eventual diversificação das funções dos docentes, a manutenção da possibilidade da profissionalização em serviço, o intervalo etário de entrada na reforma, a entrada de outros técnicos na escola, a emergência de iniciativas de cariz educacional, de modo não escolar, e que abrem possíveis para a necessidade e possibilidade da entrada de outros técnicos, entre outras. As características do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais propõem mudanças que introduzem uma dimensão de porvir nas equações relativas ao futuro e claramente dificulta as previsões relativas às características dos recursos humanos.

Estas dificuldades resultaram em opções metodológicas, de que destacamos o facto de as projecções serem na sua maioria relativas ao ano de 2010 e na dificuldade de encontrar diferenças entre as projecções relativas a cada um dos cenários.

Feitas as advertências, passamos a referir algumas das conclusões alcançadas para a estrutura de educação formal hoje em vigor, relativas aos recursos humanos. Estas conclusões foram alcançadas na dependência directa da procura escolar atrás sinteticamente enunciadas e também das alterações enunciadas no final da década de 1990 relativas ao perfil dos docentes, à entrada de outros técnicos no sistema educativo e à gestão dos recursos humanos.

Relativamente aos Educadores de Infância, prevê-se um aumento acentuado da procura: de 11 508 contratados em 2000/01 para 16 199 em 2010/2011 (DAPP, 2000: 215). Na sequência das quebras de natalidade, as projecções indicam uma redução para cerca de 14 700 educadores em 2020 (DAPP, 2000: 215).

Prevê-se a estabilização da relação entre procura e oferta de Docentes do 1º ciclo do Ensino Básico em 2010/2011, havendo, no entanto, uma quebra entre 2005/06 e 2010/11 de 30 320 necessários para 29 595 (DAPP, 2000: 217). Para a década de 2011-2020, as projecções

concebidas indicam a baixa da procura de docentes para 27 000, paralelamente a um progressivo rejuvenescimento do corpo docente deste ciclo de ensino (DAPP, 2000: 217).

No que se refere ao 2º ciclo do Ensino Básico, as projecções remetem para conclusões distintas, dependendo das áreas de ensino, bem como da década em análise para o intervalo em estudo. Assim, para 2000/2010, prevê-se o excesso de Docentes nas áreas de Línguas, Matemática/Ciências da Natureza e Educação Física e falta de docentes nas áreas da Música e das Artes Visuais (DAPP, 2000: 222).

O desenvolvimento das projecções, sem diferenciação significativa entre os dois cenários, permite previsões mais genéricas para a década seguinte (2011/2020) apontando para uma tendência geral decrescente da procura do número de docentes (DAPP, 2000: 222).

Os números relativos à procura de Docentes para o 3º ciclo do Ensino Básico e para o Ensino Secundário apresentam alguma convergência com o ciclo anterior; deste modo, prevê-se para a década de 2000/2010, o excesso de docentes nas áreas de Línguas, Biologia, Geologia, História e Matemática - embora com índices distintos para cada um dos grupos - assim como a carência nas áreas das Artes, Música, Informática e Educação Física.

Genericamente, prevê-se uma tendência geral estacionária do conjunto das duas décadas, relativamente à procura de professores - novamente sem diferenciação significativa entre os dois cenários.

Relativamente às evidências de excedentes, o estudo propõe estratégias de mobilidade vertical, para os docentes do 2º ciclo do ensino básico, e para todos os docentes o exercício de outras funções distintas da docência, embora dentro do sistema educativo.

Aprendizagem ao longo da vida: quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação.

A terceira dimensão considerada para as projecções quantitativas da situação da educação em Portugal evidencia claramente a ênfase colocada na educação permanente para todos. Deste modo, foram equacionadas as necessidades de formação de todos os que já estão no mercado de trabalho, independentemente do estatuto e da faixa etária em que se encontram.

De forma a possibilitar cálculos transversais e genéricos, a referência foi a formação que permita a equivalência aos diferentes níveis de ensino, no sentido de uma maior convergência com a União Europeia (cenário 1) e, mais optimisticamente, do percurso mais rápido no sentido da Sociedade Educativa (cenário 2). Com efeito, em ambos os cenários cabe o formato mais tradicional da frequência do ensino recorrente, mas as opções mais fortemente apoiadas neste estudo vão para a formação profissional dos diferentes níveis europeus e para o mais recente modelo de certificação e validação de competências adquiridas.

Com efeito, no que se refere a esta dimensão, ambos os cenários apresentados assentam numa perspectiva voluntarista, uma vez que se considera insuficiente e inadequada a manutenção das medidas e estratégias educacionais para a aprendizagem ao longo da vida propostas pelo sistema educativo português até ao final da década de 1990. Daqui decorre que para qualquer dos dois

cenários apresentados, se proponha um esforço redobrado no primeiro quinquénio do período em estudo e se delimite este período ao horizonte de 2015, clarificando assim a urgência de medidas para estas modalidades de formação e educação. Apesar da exigência que estes cenários pressupõem, as ambições foram limitadas à formação até ao nível do ensino secundário.

A tabela que a seguir se apresenta sintetiza, em valores absolutos por correspondência estrita com a fonte utilizada, a quantidade de indivíduos da população activa com necessidades diferenciadas de formação.

Níveis de formação	Cenário 1 (2015)	Cenário 2 (2015)
6º ano de escolaridade	767 000	1 822 000 até 2005
9º ano de escolaridade	537 000	1 715 000
Ensino secundário	1 201 000	1 658 000
TOTAIS	2 505 000	5 195 000

Tabela 41. Quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação, em cada um dos cenários.

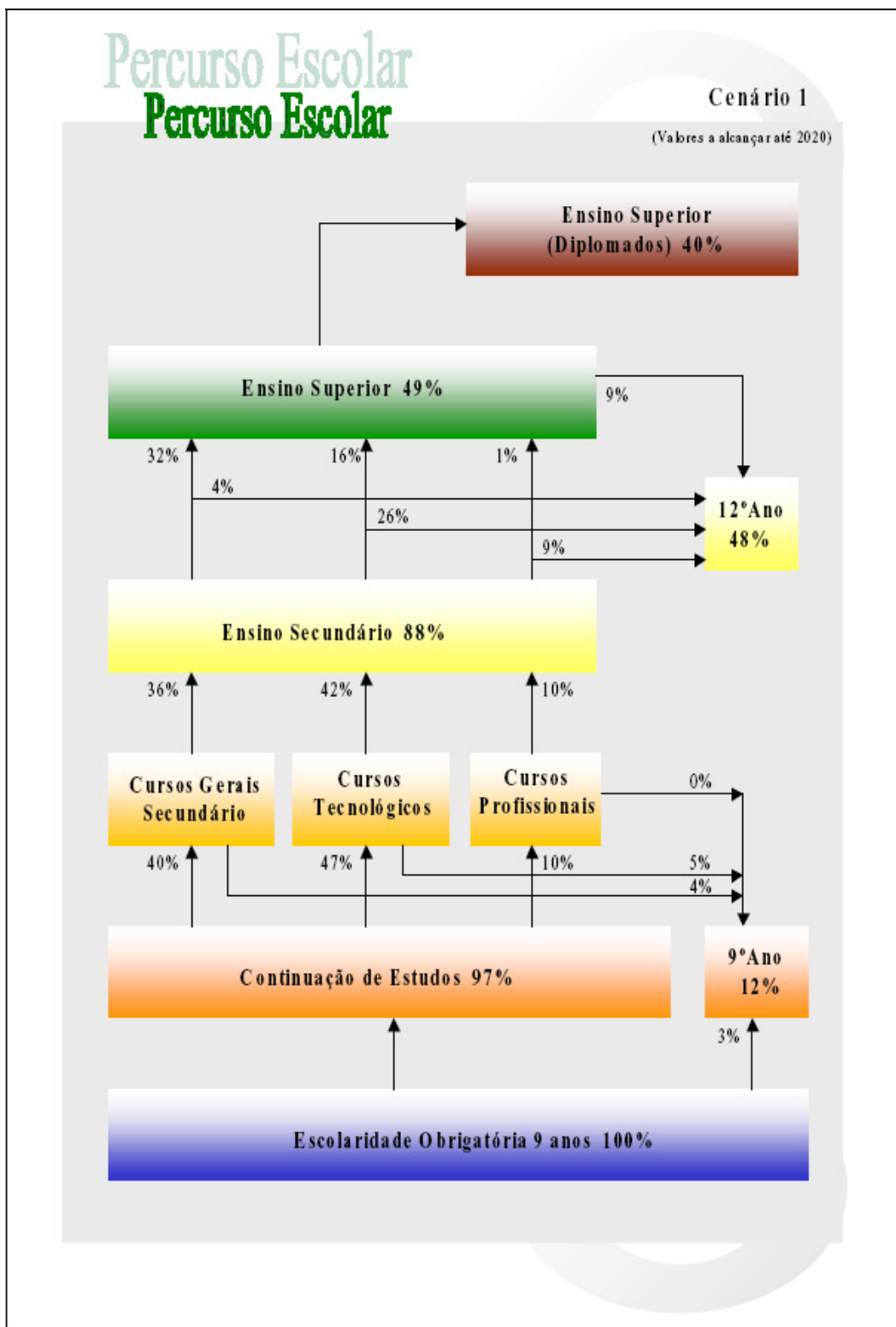
Fonte: São Pedro, *et al*, 2000.

Os níveis de formação considerados para as projecções acima apresentadas exigem um primeiro destaque primordial: a muita baixa escolarização da população activa portuguesa patente especialmente nos números para a formação de nível inferior ao ensino básico em qualquer um dos cenários - aqui cabem todos os indivíduos analfabetos, os que não concluíram qualquer nível de ensino e os que não concluíram com sucesso 6 anos de escolaridade. Um segundo destaque para os totais implicados que reforçam a constatação das imensas necessidades de escolarização da população portuguesa e que exercem forte pressão sobre toda a sociedade portuguesa no sentido de corrigir esta situação.

O cenário1 (ver Quadro Global 1) exprime a quantidade de indivíduos que deveriam ter formação equivalente aos três níveis de ensino considerados para que em 2015 Portugal alcance as taxas de escolarização que os outros países da União Europeia apresentam no final da década de 1990.

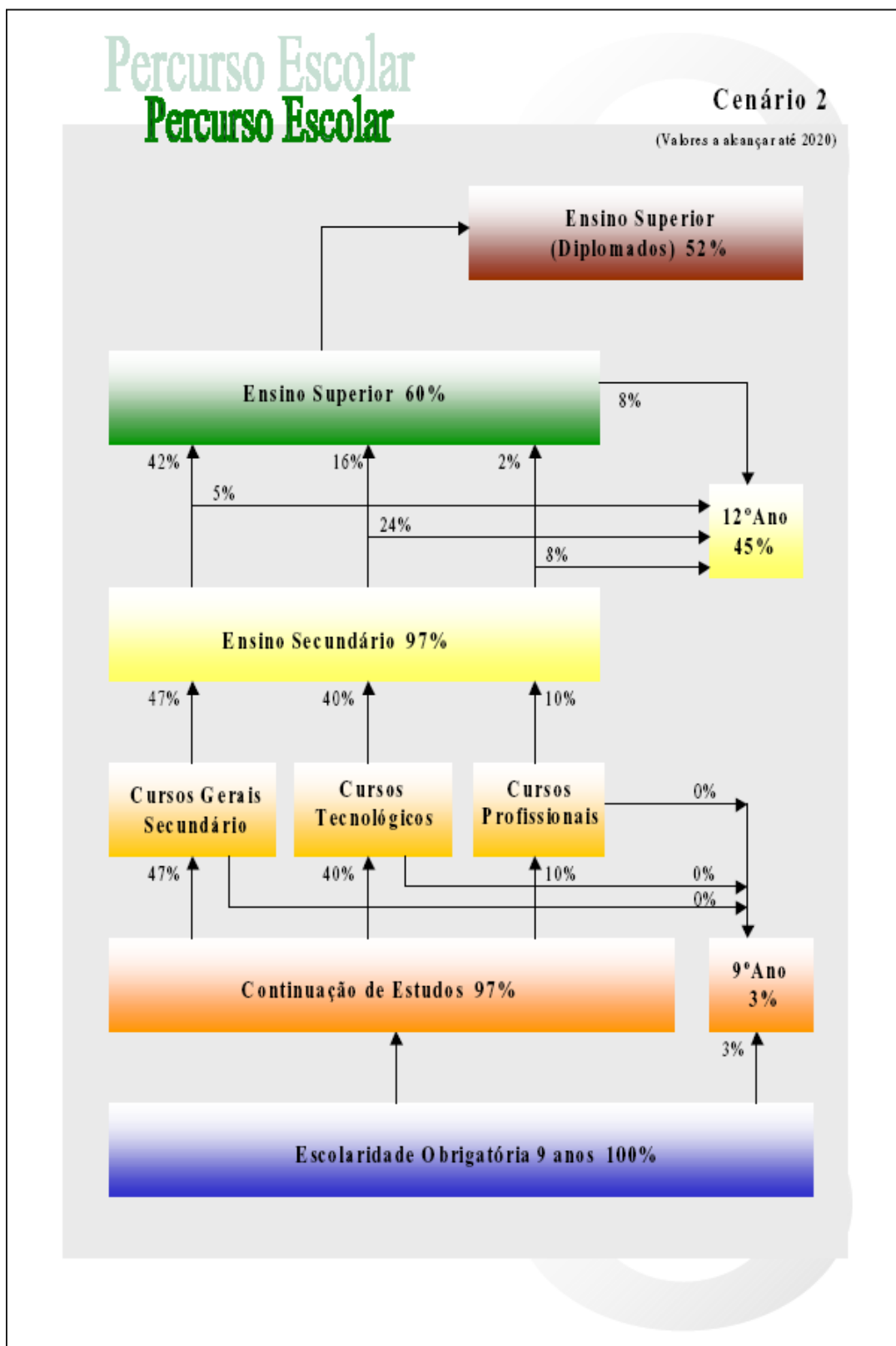
O cenário2 (ver Quadro Global 2) exprime a quantidade de indivíduos a serem formados para que em 2015 Portugal encontre a convergência plena com os níveis de escolarização da população activa da União Europeia.

Quadro Global 1.



Fonte: Carneiro, R. 2000: 180

Quadro Global 2.



Fonte: Carneiro, R. 2000: 181

2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação

- assegurar a manutenção de cobertura e frequência de 100% ao longo da escolaridade obrigatória;
- promover a continuidade do alargamento do acesso à Educação de Infância;
- promover meios de acesso/investir na educação pós básica, no sentido da generalização da frequência do ensino secundário;
- potenciar e formar redes de sustentação da educação no concelho;
- reforçar oportunidades de aceder aos conhecimentos básicos essenciais: línguas, matemática e novas tecnologias;
- desenvolver ofertas de educação para adultos;
- desenvolver a oferta ou acesso de validação e certificação de competências;
- promover e estimular formação a distância;
- promover a relação/interligação da educação e formação profissional;
- colaborar na promoção de literacia digital, incrementando, desenvolvendo ou tornando acessíveis procedimentos de certificação.

3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Serpa

Neste capítulo irão ser apresentadas as conclusões de dois estudos prospectivos elaborados com diferentes objectivos e por diferentes fontes. Assim, no que se refere aos dados de projecção demográfica, temos como fonte a Estudalentejo - colaboradora das Cartas Educativas do Distrito de Beja; já no que se refere à evolução da população de cada escola do concelho de Cuba, introduzimos as conclusões dos trabalhos elaborados pela DREA - parceira das Cartas Educativas do Distrito de Beja. Estes estudos têm como referência a evolução que o concelho teve em cada um dos indicadores analisados.

No sentido de dar coerência à interpretação das projecções que a seguir se apresentam, remete-se o leitor para os capítulos relativos à caracterização socio-económica e escolar, uma vez que uma projecção é, por definição, um conjunto de hipóteses condicionais de evolução sustentado, por um lado, num apurado conhecimento do passado e, por outro, na capacidade de prospectiva acerca da forma como este influenciará o futuro.

3.1. Uma hipótese de evolução da população de Serpa

A projecção da população para 2006 e 2012, tendo em conta a evolução da mortalidade, da natalidade e da migração ao longo das últimas décadas, permite situar o contexto em que será necessário tomar decisões.

Uma projecção é, por definição, um conjunto de previsões condicionais da evolução baseado num apurado conhecimento do passado e na capacidade de previsão acerca da forma como este influenciará o futuro.

O cenário demográfico para o concelho de Serpa prevê uma recuperação da população mais jovem (0-14 anos) até 2012. Uma recuperação na ordem dos 8% relativamente a 2001, para o qual contribui o aumento do número de crianças (0-4 anos) e (5-9) respectivamente com 42% e 1,2%.

	2001	2006	2012
Idades	HM	HM	HM
Total	16722	16660	16496
85+	345	331	419
80	478	584	682
75	851	955	1006
70	1112	1151	1068
65	1284	1146	967
60	1144	841	936
55	897	869	1095
50	882	985	1175
45	995	1075	1165
40	1124	1139	1155
35	1139	1052	960
30	1109	1036	986
25	973	1072	871
20	1049	1083	754
15	1024	908	752
10	820	796	700
5	780	805	789
0	716	832	1014

Tabela 42. Estimativas da população para o concelho de Serpa
Fonte: Estudalentejo, 2005.

As tendências demográficas apresentam-se, pois, como factor incontornável no planeamento da educação e de todo o seu dispositivo para responder às legítimas expectativas de quem a procura.

3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino

A dimensão condicional de um exercício de projecção deriva da previsão do comportamento de uma variável ao longo do período estipulado. As projecções realizadas no campo da educação assentam frequentemente na conjugação de índices de transição/retenção verificados ao longo de ciclos de estudos e aplicados à população escolar até se atingir a população final de efectivos escolares.

O método consiste em estimar primeiro o volume da população por idades, ou grupos de idades, no final do período estipulado. Seguidamente, através da aplicação sucessiva do quociente de sobrevivência (progressão nos estudos) aos efectivos estimados, obtém-se a população escolar no final de cada ciclo de estudos. Na concepção do modelo está, em primeiro lugar a escolha de hipóteses de trabalho e a definição de pressupostos. O modelo de fluxos tem por objectivo fornecer um esquema que, tratando os dados disponíveis (alunos matriculados, alunos que transitam e alunos que ficam retidos no mesmo ano de escolaridade), permita descrever o fluxo

de alunos através dos vários ciclos de estudos. Pressupõe-se que:

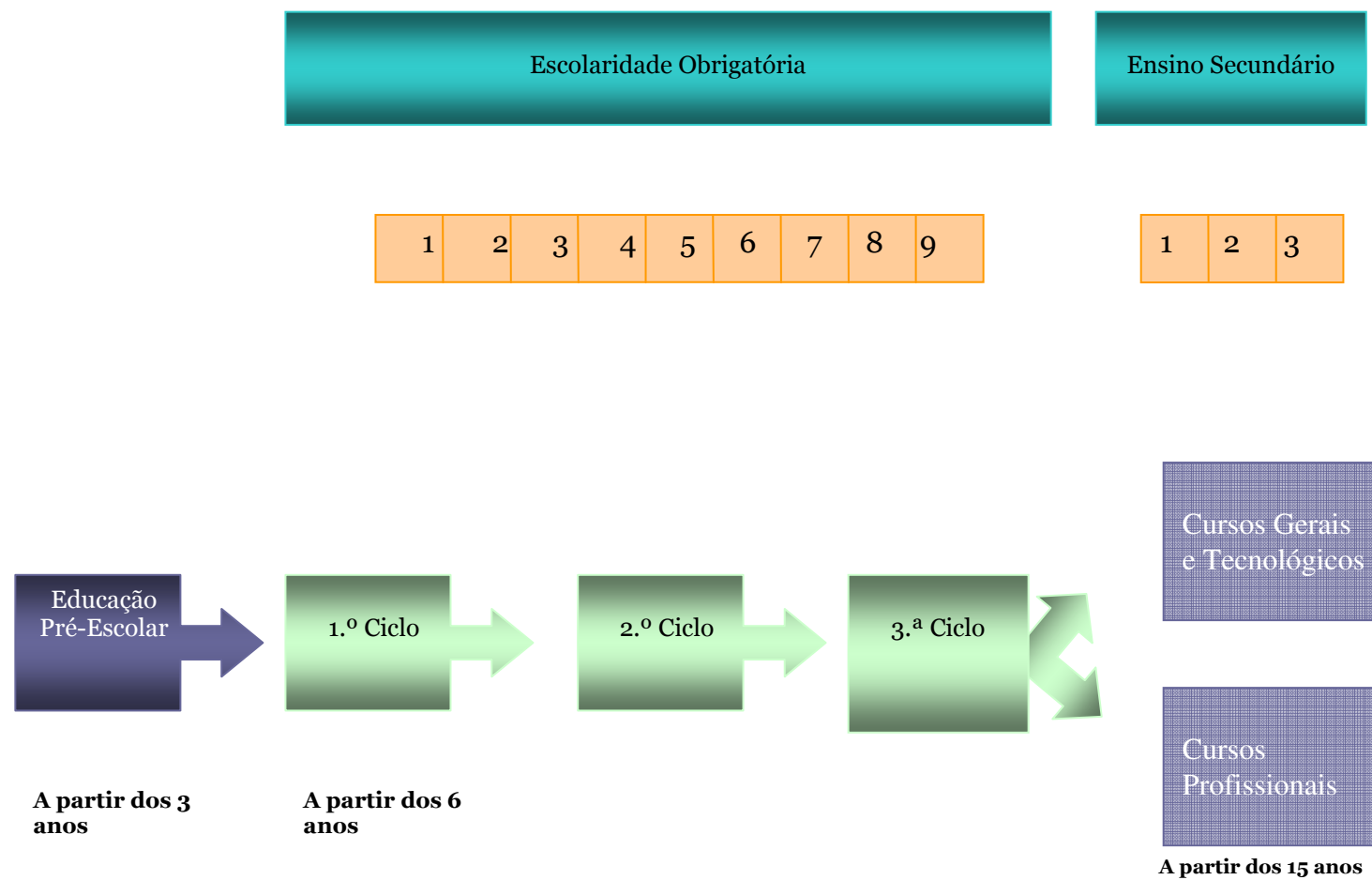
Os alunos matriculados num ano n provêm de um ano curricular anterior, no ano lectivo transacto e de outros, em menor número, serem repetentes do mesmo ano curricular. No ano lectivo seguinte, os alunos podem vir a repetir o ano curricular, transitar para o ano curricular posterior ou abandonar a escola.

Condições de cenarização:

A natureza e objectivos deste trabalho não permitem a alienação relativamente ao contexto actual do quadro educativo e todo o peso da sua evolução. Por essa razão é necessário perspectivar o desenvolvimento da oferta educativa no concelho de Serpa tendo em conta as tendências actuais e a sua manutenção nos próximos 5 anos.

Em presença deste cenário, a que pode chamar-se de «tendências pesadas» do concelho, podem perspectivar-se as consequências da manutenção das tendências identificadas.

Fig. 2 . Dispositivo educativo instalado no concelho de Serpa.



Fonte: Estudantejo, 2005.

Síntese das tendências identificadas

- A Taxa Anual de Crescimento Médio (TACM) mostra que a variação do sucesso escolar no 1º Ciclo foi negativa (-0,7% ao ano) e o insucesso aumentou 11,7% ao ano, entre 1998 e 2003.
- No 2º Ciclo a transição diminuiu 1,5% ao ano e a retenção aumentou 16,8 % ao ano entre 1998/99 e 2002/03.
- No 3º Ciclo a retenção aumentou 2,7% ao ano. A transição diminuiu 0,7% ao ano.
- No ensino secundário a conclusão aumentou 8,8% ao ano e a retenção diminuiu 10%.
- No ensino profissional a taxa de conclusão diminuiu 2% ao ano.
- O nº de crianças matriculadas no pré-escolar aumentou 1,5% ao ano entre 2000/01 e 2004/05.
- O nº de crianças matriculadas no 1º ciclo do ensino básico decresceu 2,8% ao ano no mesmo período de tempo.
- No 2º ciclo a população escolar aumentou 2,5% ao ano.
- O 3º ciclo perdeu 2% dos seus alunos, por ano, entre 2000/01 e 2004/05.

3.2.1. As expectativas

Educação Pré-escolar

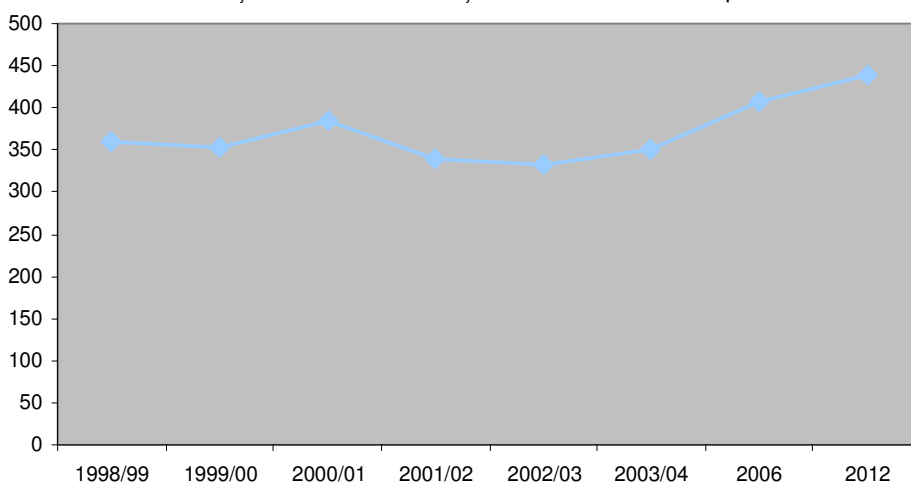
Em 2001 a cobertura do ensino pré-escolar era de 90,8% em Serpa. Como já foi referido o número de crianças matriculadas aumentou a um ritmo anual de 1,5%. O cenário demográfico previsto para Serpa contempla o aumento de crianças entre os 0-4 anos o que, conjugado com o facto de a taxa de cobertura do pré-escolar ainda não ter atingido os 100% confere margem de crescimento a este nível de ensino.

	Crianças matriculadas no ensino pré-escolar	<i>Varição relativamente a 2001 (%)</i>
2001	385	
2006	407	5,7
2012	440	14,3

Tabela 43. Estimativa do nº de Crianças matriculadas no pré-escolar

Fonte: Estudalentejo, 2005; INE, 2001.

Gráfico 17. Evolução do número de crianças matriculadas no ensino pré-escolar.



Fonte: DREA: alunos matriculados entre 1998 e 2005; Projecções da população escolar, 2012.

Ensino Básico

Se as tendências diagnosticadas se mantiverem, sem alterações de fundo, o cenário de escolarização no ensino básico terá as seguintes características:

	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
2001	88	91,8	77,1
2006	94	91	80
2012	97	95	82,3

Tabela 44. Níveis de conclusão previstos (em %).
Fonte: Estudalentejo, 2005; INE, 2001.

Tudo indica que o cenário de escolarização tende a estabilizar em níveis de conclusão acima dos 90% no 1º e 2º ciclos e nos 80% no 3º. O terceiro ciclo apresenta o pior desempenho obedecendo a uma tendência já identificada.

	1º Ciclo	Variação em relação a 2001 (%)	2º Ciclo	Variação em relação a 2001 (%)	3º Ciclo	Variação em relação a 2001 (%)
2001	763		376		572	
2006	777	1,8	387	2,9	501	-12,4
2012	769	0,8	396	5,3	406	-29

Tabela 45. População escolar esperada, em valores absolutos.
Fonte: Estudalentejo, 2005; INE, 2001.

O ligeiro crescimento demográfico perspectivado para o grupo 5-9 reflecte-se num ligeiro crescimento do 1º ciclo do ensino básico. Enquanto a redução de 15% no grupo etário seguinte (10-14 anos) afecta particularmente o 3º ciclo onde se registam quebras no efectivo escolar. Assim o saldo da década é positivo (ainda que pouco significativo) para o 1º e 2º CEB e negativo para o 3º. Esta previsão de redução poderá ser minorada através do incremento das taxas de conclusão no 9º ano que tradicionalmente são as mais baixas de todo o ensino básico.

Ensino secundário

	Conclusão	Retenção
2001	62,4	37,6
2006	66,5	33
2012	69	30,7

Tabela 46. Níveis de conclusão e de retenção previstos no ensino secundário (em%)
Fonte: Estudalentejo, 2005; INE, 2001.

	Conclusão do ensino profissional	Prosseguimento de estudos
2001	83,4	12,9
2006	84	18,9
2012	86,8	24

Tabela 47. Níveis de conclusão e de retenção previstos no ensino profissional (em %)
Fonte: Estudalentejo, 2005; INE, 2001.

A conclusão no ensino secundário continuará a ser a mais baixa embora se perspectivem melhorias e ganhos no sucesso escolar alcançado.

3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas

A evolução da população escolar até 2011/2012 por escola, nível de ensino e ano de idade, é apresentada nas tabelas que se encontram em Anexo. As projecções foram construídas pela DREA, de acordo com o cenário de Tendência Pesada, isto é, assumindo a hipótese de que tudo continuará a evoluir como tem evoluído até ao presente momento (DREA, 2006)⁷⁰. Os cálculos foram efectuados a partir das taxas médias de cobertura identificadas pela DREA em função do rácio estabelecido entre os quantitativos da População Potencial⁷¹ e da População Real⁷², entre 2001 e 2003.

A metodologia adoptada pela DREA difere da utilizada pela Estudalentejo, na medida em que a projecção da população esperada em cada nível de ensino, concebida por esta última, é feita com base na tendência de evolução registada entre 1991/2001. Este facto explica as diferenças que podem ser constatadas entre os quantitativos populacionais previstos por nível de ensino apresentados neste capítulo e os explicitados no capítulo anterior. As projecções efectuadas pela DREA têm a vantagem de discriminar a evolução da população por escolas o que, balizado na matriz de evolução global por nível de ensino, permite o desenho do cenário prospectivo de evolução da procura escolar a médio prazo⁷³.

Tendências de evolução

Educação Pré-escolar

- até 2011/2012, de acordo com o cenário delineado pela DREA, prevê-se uma ligeira diminuição no número de crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar. A exploração dos dados discriminados por escola e freguesia permite constatar que todos os estabelecimentos perdem crianças. Os únicos estabelecimentos que se prevê que possam vir a ter menos de 10 alunos são: A EPEI DE St^a Iria e de Vales Mortos - ambas com 6 alunos em 2012.
- Todos os estabelecimentos perdem no máximo 5 crianças (casos do Jardim de Infância de Serpa e Jardim de Infância de N. Sr^a da Conceição e no mínimo 1 criança (caso da EPEI de A. Do Pinto).

A taxa de cobertura em termos de escolarização indica que 78% das crianças com 3 anos estão inseridas no sistema, 94% com 4 anos e 104% com 5 anos. Este valor superior a 100% na idade dos 5 anos inclui, provavelmente crianças que ainda completam os 6 anos no pré-escolar.

⁷⁰ Relatório «Nota Metodológica» produzido por Miguel Nazareth (DREA) no âmbito da interpretação das projecções da população escolar do Alentejo.

⁷¹ População em idade de frequentar um determinado ano de ensino, com base nos dados dos Censos de 2001.

⁷² População escolar observada com base nas matrículas escolares, nas bases de dados da DREA e do DAPP/GIASE.

⁷³ A cinco anos.

1º Ciclo do Ensino Básico

As projecções da população em idade de frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) evidenciam a tendência para um crescimento dos registos de matrícula entre 2006 e 2012. A tendência de crescimento é constatada em todas as escolas, sendo no entanto de realçar um crescimento menor nas EB1 de Stª Iria, EB1 de Vales Mortos, EB1 de A. Do Pinto, e EB1 nº 2 de Vila Verde de Ficalho que apresentam um saldo final, entre 2006 e 2012, de apenas mais duas crianças.

- A análise global dos números permite, também, destacar que a actual rede educativa do 1º CEB de Serpa é composta por estabelecimentos cujos níveis de frequência projectados permitem sustentar a defesa da sua manutenção e estabilidade a médio prazo. Não será necessária a preparação de mais encerramentos de escolas, pelo menos em tão grande número como o verificado nos últimos anos lectivos. Excepção, e atenção especial, deve ser, no entanto, dada à evolução do número de matrículas na EB1 com EPEI de Santa Iria e, particularmente, na EB1 com EPEI de Vales Mortos. De acordo com as projecções, em 2011/2012, estima-se que terão apenas 6 alunos, número que se manterá constante a partir de 2006/2007 e que poderá colocar em causa, a médio prazo, a sua manutenção.

A taxa de cobertura de escolarização é superior a 100% em todas as idades: 108% aos 6 anos, 128% aos 7 anos, 109% aos 8 e 121% aos 9 anos. Estes valores indicam que há um número inesperado de crianças em cada uma das idades e dos anos do 1º CEB seja porque ficaram retidas devido ao insucesso escolar seja por qualquer outro motivo que altere a idade esperada para frequentar este ciclo de estudos.

2º Ciclo do Ensino Básico

No que respeita à frequência do 2º Ciclo do Ensino Básico, a tendência é de acréscimo do número de alunos no período em análise. Em 2006/07 é previsto que frequentem este nível de ensino 361 alunos e, em 2011/2012, 414 alunos, havendo, nos anos intermédios, uma forte oscilação nos valores de frequência deste ciclo de estudos. O aumento previsto no número de matrículas repercute-se, de forma semelhante, nos 3 estabelecimentos de ensino que garantem este nível de escolaridade no concelho (EB2.3 Abade Correia da Serra, na freguesia de Salvador (+23 matrículas), EB2.3 de Vila Nova de S. Bento (+15 matrículas) e EBI c/JI de Pias (+15 matrículas).

O aumento no número de crianças a frequentar o 2º CEB, relativo a 2006, está relacionado com o aumento de efectivos nas idades de 10 e 11 anos (+14,7% e +21%). Quanto às taxas de cobertura em termos de escolarização estas revelam um número inesperado de crianças a frequentar este ciclo de estudos: 121% aos 10 anos e 118% aos 11 anos o que é indiciador da existência de retenção escolar.

3º Ciclo do Ensino Básico

A tendência projectada para a frequência do 3º Ciclo do Ensino Básico é de diminuição do número de matrículas. Assim, em 2006/07 esperam-se 531 alunos a frequentar este nível de ensino, em 2011/12 prevê-se que serão 426 o que corresponde a um decréscimo bastante acentuado. A estimada perda de alunos é generalizável aos 4 estabelecimentos que garantem a oferta deste nível de ensino no concelho de Serpa, prevendo-se, no entanto, que a diminuição seja mais expressiva na EB2.3 Abade Correia da Serra (-38 alunos em 2012).

Todas as idades previstas para frequentar o 3º ciclo perdem população e são responsáveis pela regressão demográfica verificada no grupo de idades 10-14 anos.

A taxa de cobertura em termos de escolarização indica que 124% dos jovens com idade esperada de 12 anos estão no ensino, 99% com 13 e 96% com 14 anos. Estes valores documentam, mais uma vez, a existência de retenção mas também de saídas precoces antes da conclusão, com êxito, da escolaridade obrigatória.

Ensinos secundário e profissional

- para a população a frequentar o Ensino Secundário ou o Profissional a tendência de evolução é semelhante à constatada para o 3º Ciclo, apontando no sentido da diminuição dos níveis de frequência. Estima-se que a perda de alunos será mais significativa no Ensino Secundário do que no Ensino Profissional.
- Neste nível de ensino as taxas de cobertura da escolarização indicam que 106% de jovens com 15 anos está no sistema educativo, 77% com 16 anos e 77% com 17 anos. Se há retenção no 10º ano nos anos seguintes há abandono e saídas antecipadas do sistema. Deve lembrar-se que a conclusão do ensino secundário é ainda demasiado baixa.

3.3. Evolução da estrutura geral das habilitações da população

Do que atrás ficou descrito, percebemos que o nível geral de habilitações da população é baixo. A elevada taxa de analfabetismo, que subsiste em 2001, apesar do recuo em 23,7%, relativamente a 1991, é um indicador ilustrativo ao qual acresce, ainda, o peso excessivo das habilitações no 1º e 2º Ciclos e o peso incipiente da população com o ensino secundário e superior completos.

Se, no que diz respeito aos estratos etários em idade escolarizável, o dispositivo educativo tem cumprido os seus objectivos, o mesmo não pode ser concluído quando analisamos o estado geral das habilitações da população, particularmente da população activa.

Note-se que, apesar do crescimento positivo da escolarização nos níveis habilitacionais mais elevados, feito sobretudo à custa dos grupos etários mais jovens, a estrutura geral não se altera. O peso relativo das habilitações mais baixas é, pois, muito elevado (cf. Gráficos 1 e 2, no capítulo 1).

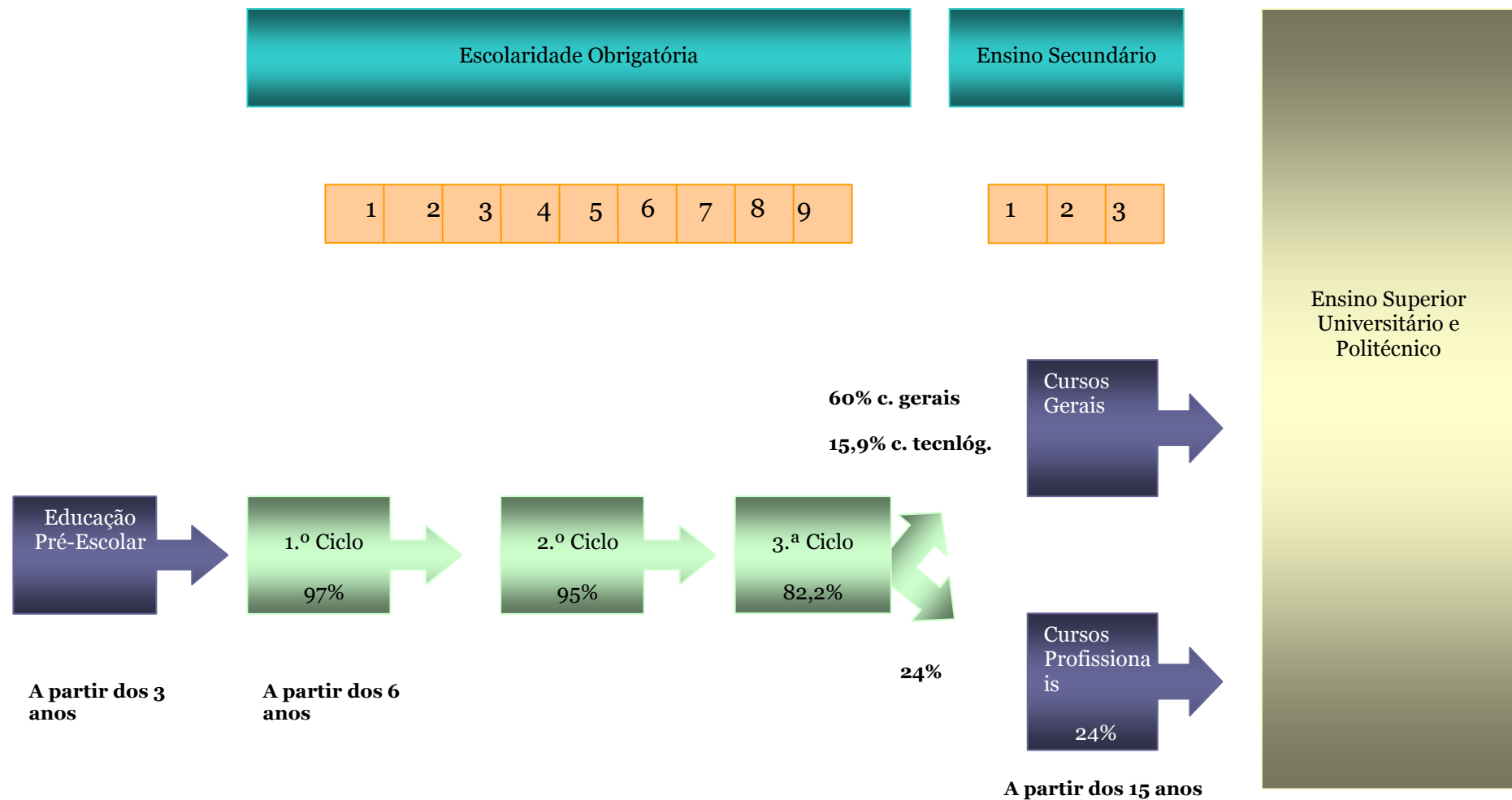
Num cenário em que as tendências diagnosticadas se mantêm, as hipóteses de evolução são as seguintes:

- Redução do analfabetismo ao mesmo ritmo i. é, à taxa de 2,7 % ao ano.
- Redução da escolarização no ensino básico à taxa de 0,95 % ao ano.
- Crescimento do número de habitantes com o ensino secundário ao ritmo de 9% ao ano.
- Crescimento do número de habitantes com o ensino superior ao ritmo de 9,4% ao ano.

	2001	2006	2012
Taxa de analfabetismo	20,9	19,3	14,3
Taxa de escolarização no ensino básico	56,1	55	48,3
Taxa de escolarização no ensino secundário	10,9	15,7	25,2
Taxa de escolarização no ensino médio e superior	5,9	9,6	12

Tabela 48. Cenarização da evolução das habilitações da população.
Fonte: Estudalentejo, 2005; INE, 2001.

Fig. 3. Dispositivo escolar instalado no concelho de Serpa e respectivos níveis de conclusão.



Fonte: Estudantejo, 2005.

4. As tendências de evolução da educação: Serpa face ao País

O conteúdo desta Parte III da Carta Educativa de Serpa proporciona exercícios sintéticos de comparação que a tornarão mais directamente ligada aos propósitos do planeamento local da educação.

O exercício que apresentamos compreende a comparação das tendências de evolução apresentadas para o País e para Serpa, ao nível da frequência dos diferentes níveis de ensino e da estrutura geral das habilitações da população. Esta síntese deverá ser lida ao nível das tendências detectadas e não tanto dos valores expressos, uma vez que os indicadores prospectivos disponíveis para o país referem-se a 2020, enquanto que as projecções desenvolvidas para o concelho têm o limite de 2012.

4.1. A evolução da escolarização no País e em Serpa

Destacamos as seguintes situações:

- As taxas de analfabetismo em Serpa são bastante superiores às do país, destacando-se que em 2001 existia analfabetismo em todas as faixas etárias - naturalmente que com diferente expressão.
- Em Serpa a expansão da educação pré-escolar está a concretizar-se de acordo com as metas assumidas para o país, tal como as taxas de cobertura indicam.
- A escolarização básica obrigatória ainda não está assegurada em Serpa, estando mais próxima dos 100% no país do que no concelho.
- A nível nacional propõe-se um aumento generalizado da frequência do ensino secundário, mas esta tendência ainda não se verifica de modo significativo em Serpa, como se pode constatar nas taxas de escolarização da população em 1991 e 2001, na quebra do número de alunos a frequentar este nível de ensino, nas saídas anteriores à conclusão e mesmo nas previsões para 2012.
- A aposta na oferta e no estímulo à frequência do ensino profissional é uma preocupação assumida ao nível do país e em Serpa deu-se um forte incremento do ensino profissional, cujos níveis de frequência se têm mantido estáveis, por oposição ao que se verifica no ensino secundário regular.

Relativamente às projecções apresentadas para o país e para o concelho, a comparação que se segue estabelece-se entre os cenários de tendência pesada - o «Cenário 1» para o país e o único apresentado para o concelho. Havendo uma diferença de uma década, devemos comparar apenas as tendências e ritmos de evolução e não os valores, tal como acima sublinhámos. Uma leitura atenta permite-nos evidenciar divergências entre estas previsões:

- de um modo geral os indicadores que caracterizam a estrutura geral das habilitações

da população de Serpa e a sua evolução nos últimos anos estão muito distantes dos valores encontrados para o país.

- em Serpa prevê-se uma taxa de analfabetismo de 14,3% em 2012, o que significa que daqui a cinco anos a taxa de analfabetismo do concelho manter-se-á mais elevada do que a do país em 2001 (9%).
- relativamente ao ensino básico, as previsões para Serpa em 2012 remetem para 48,3% da população com este nível de ensino, sendo que, tanto no país como no concelho, se espera uma diminuição do número de pessoas com apenas este nível de ensino, embora ao nível do país ela seja mais forte, prevendo-se que, em 2020, somente 12% da população portuguesa terá o ensino básico, com vantagem para o prosseguimento de estudos.
- no que se refere à população habilitada com o ensino secundário, encontra-se uma tendência de crescimento para o concelho e o país, embora a do concelho se verifique a um ritmo inferior, prevendo-se que 25,2% da população de Serpa terá concluído o ensino secundário em 2012 e 48% da população do país o terá feito em 2020.
- crescimento da população com o ensino superior está prevista para ambos os territórios, sendo que para Serpa se prevê que 12% da população detenha este grau de ensino em 2012, enquanto que 40% o terão no país em 2020.
- por fim destacamos que as previsões das habilitações literárias da população Serpa em idade escolarizável, isto é, até aos 24 anos, apresentam para 2012 uma tendência muito conforme à distribuição das habilitações do total da população portuguesa em 2020. Assim, prevê-se que a população do concelho em idade escolarizável se distribuirá da seguinte forma em 2012: 15% terá o ensino básico, 50% terá o ensino secundário e 35% terá o ensino superior. Estes indicadores evidenciam a necessidade de reforço da educação de adultos no concelho.

PARTE IV.

PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA

REDE EDUCATIVA DE SERPA

1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa do concelho de Serpa

A proposta apresentada para a rede educativa de Serpa foi equacionada tendo como referência as actuais características estruturantes do sistema educativo português e as medidas aprovadas pela actual equipa do Ministério da Educação. Paralelamente, servem-nos de guia as opções mais enfatizadas no estudo prospectivo sobre a situação educativa do país, as projecções de evolução da população e as necessidades apuradas a partir do diagnóstico.

1.1. Necessidades educativas detectadas no concelho de Serpa

A análise da situação educativa do concelho no que respeita à sua evolução recente e situação actual e a consciência dos desfasamentos identificados entre os ritmos de desenvolvimento do concelho e do país, e as projecções calculadas - nomeadamente as projecções dos índices de escolarização - permitiram a identificação de um conjunto de carências transversais à situação educativa do concelho de Serpa. Falamos, em concreto, da necessidade de:

- Incentivar o cumprimento, a 100%, da escolaridade obrigatória de 9 anos.
- Apostar na generalização da frequência do ensino pós-básico, dado o iminente alargamento da escolaridade obrigatória para o ensino secundário.
- Incentivar o aumento dos níveis de frequência do ensino secundário.
- Corrigir os níveis de saída precoce e de insucesso no ensino secundário.
- Promover a educação de adultos nas vertentes da alfabetização e da educação ao longo da vida, e continuar a apostar no acesso à certificação de competências.
- Promover o diálogo e a cooperação intra e inter-agrupamentos, bem como entre os vários ciclos de escolaridade.
- Generalizar o acesso às novas tecnologias da informação, partindo do imediato apetrechamento de computadores nas EB1 e JI com escassez de material informático.
- Apostar na qualidade da oferta do 1º CEB.
- Implementar espaços de Actividades de Tempos Livres (ATL) nas escolas de 1º CEB.
- Apetrechar as EB1 e os Jardins-de-infância com materiais didácticos e pedagógicos.
- Rentabilizar os recursos e espaços das EB1 e dos Jardins-de-infância.
- Recuperar os espaços interiores e exteriores das EB1 e/ou Jardins-de-infância.
- Instalar Parques Infantis nos Jardins-de-infância e nas EB1 da rede pública.
- Apostar no acesso aos espaços destinados à prática desportiva.
- Investir nos recursos humanos.
- Estimular parcerias entre as várias estruturas de natureza cultural, desportiva e associativa e as escolas.

As necessidades identificadas que definem as áreas de intervenção prioritárias materializam-se num conjunto de medidas, assumidas na proposta que a seguir se apresenta.



2. Proposta

Tal como clarificámos na introdução a este documento, a Carta Educativa é um instrumento de planeamento local de educação que deve definir prioridades de acção, a fim de dar resposta às necessidades/carências da situação educativa. Neste âmbito, o plano de intervenções explicita:

- i) as estratégias de optimização da utilização dos recursos consagrados à educação;
- ii) a identificação de situações de encerramento e construção de escolas;
- iii) a identificação e justificação das situações de implicam intervenções ao nível do edificado;
- iv) a ponderação das formas preferenciais de expansão do sistema educativo, de forma a evitar rupturas ou situações de inadequação com o desenvolvimento social do concelho e,
- v) a definição de estratégias de utilização da Carta Educativa em benefício da promoção do desenvolvimento da educação no Concelho. Estas características e objectivos da Carta Educativa serão a referência e a estrutura organizadora da proposta para o Concelho de Serpa.

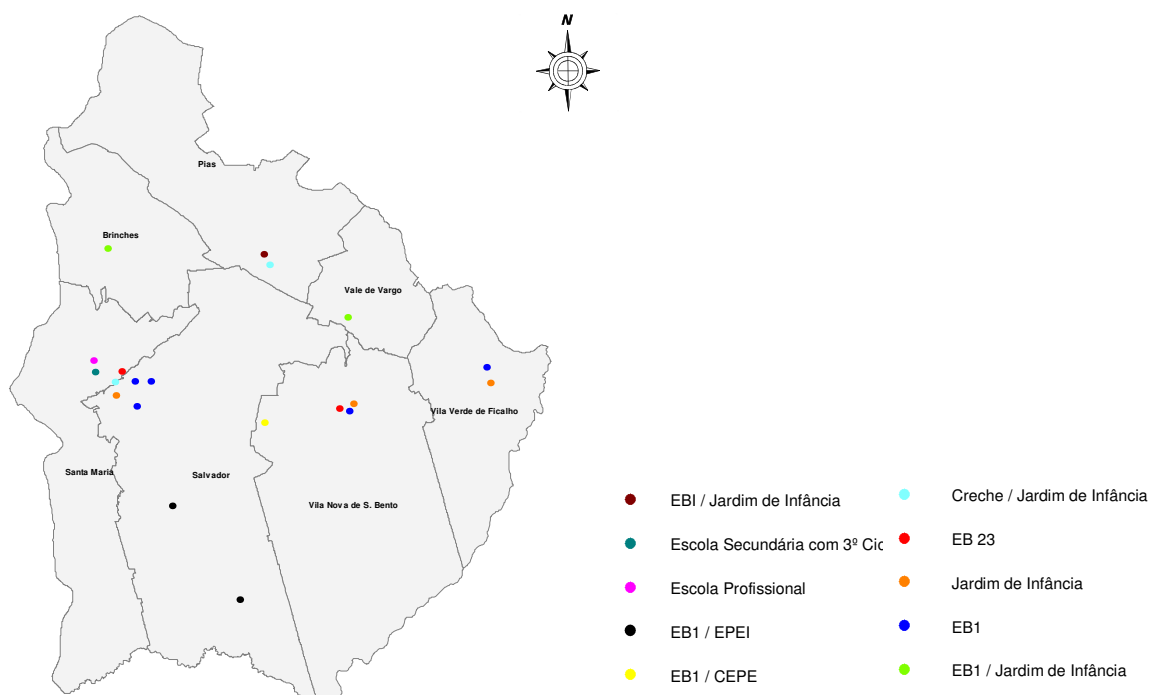
2.1. Encerramento de escolas

Tendo em atenção a análise da evolução do número de alunos em cada uma das escolas, e as perspectivas de evolução desenhadas a partir das projecções demográficas para a população escolar (DREA, 2004), pensamos não existir nenhuma escola ou JI previsto para encerramento no âmbito temporal desta Carta Educativa.

Não obstante os critérios de encerramento das EB1 assumidos pelo Ministério da Educação, e que dão conta do limiar de 10 alunos enquanto critério decisor para encerramento, consideramos que, a médio prazo, a EB1 com EPEI de Vales Mortos deverá manter-se em funcionamento, ainda que as projecções da DREA não apontem no sentido de um crescimento do número de alunos até 2010/11, prevendo-se a frequência de 9 alunos. Esta posição é sustentada pelas previsões feitas para o EPEI, que indicam 5 a 6 crianças em 2010/11. Dado que o encerramento do EB1 dificultaria a manutenção do EPEI e que esta última situação teria como consequência entraves acrescidos no acesso à educação pré-escolar, tais como a deslocação em transportes.

Assim, nos próximos cinco anos, a rede de escolas do concelho de Serpa estará organizada como na actualidade (Cf. Ponto 2 da Parte 2), conforme demonstrado no mapa.

Mapa 2 . Planta de Localização da Rede Escolar do Concelho de Serpa em 2006.



Fonte: Câmara Municipal de Serpa, 2006.

2.2. Propostas de intervenção, por estabelecimento

Neste ponto são lançadas sugestões directamente relacionadas com a intervenção na actual estrutura dos edifícios, dizendo respeito a obras de ampliação, remodelação e conservação do edificado. No que se refere à área total das escolas e jardins-de-infância são, também, referidas as intervenções no espaço exterior, em concreto, a sua conservação e recuperação, bem como a dotação de infraestruturas de segurança e lazer. As propostas resultam de uma síntese entre as intervenções sugeridas inicialmente pela equipa da ESEB e as intervenções estimadas recentemente pela CMS (Abril de 2006), sendo também incluída a proposta referente à Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa.

A estrutura das intervenções foi adaptada de acordo com o modelo das fichas de intervenção, que constam do Manual de Elaboração da Carta Educativa (2000).

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo n.º 1 de Serpa.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, com 2 pisos, constituído por 4 salas de aulas; 1

gabinete de professores e uma sala de informática.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do Edifício	165.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	30.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	13.200,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00 €
10	Computadores	12.000,00 €
10	Mesas para computadores	1.600,00 €
20	Cadeiras	1.200,00 €
4	Quadros de sala de aula	1.200,00 €
-	Material didáctico	3.000,00 €
-	Colocação de gradeamento no muro do perímetro escolar	17.000,00 €

Investimento Total ----- 384.200,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo n.º 2 de Serpa.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, com 2 pisos, constituído por 4 salas de aulas.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do Edifício	165.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	30.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	13.200,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
10	Computadores	12.000,00 €
10	Mesas para computadores	1.600,00 €
20	Cadeiras	1.200,00 €
-	Material didáctico	3.000,00 €
4	Quadros de sala de aula	1.200,00 €

Investimento Total ----- 292.200,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo n.º 3 de Serpa.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, com 2 pisos, constituído por 6 salas de aulas, 1 sala de Biblioteca.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do Edifício	260.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	35.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	15.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
8	Computadores	9.600,00 €
8	Mesas para computadores	1.280,00 €
16	Cadeiras	960,00 €
-	Material didáctico	1.000,00 €
6	Quadros de sala de aula	1.800,00 €
-	Colocação de gradeamento no muro do perímetro escolar	35.000,00 €

Investimento Total ----- **499.640,00 €**

Informações complementares

- ⇒ A Biblioteca desta escola está integrada no Projecto de Rede de Bibliotecas Escolares, financiado pelo Ministério da Educação e participado pela Câmara Municipal de Serpa.

Designação: Jardim-de-Infância de Serpa.

Descrição: Edifício recentemente ampliado, constituído por 4 salas de aulas; 1 sala polivalente e um gabinete de professores.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Arranjo espaço exterior	20.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	20.000,00 €
1	Parque Infantil	100.000,00 €
8	Computadores	9.600,00 €
8	Mesas para computadores	1.280,00 €
16	Cadeiras	960,00 €
-	Material didáctico	2.500,00 €

Investimento Total ----- 154.340,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo com Ensino Pré-Escolar Itinerante de Santa Iria.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, constituído por 2 salas de aulas, 1 sala de 1º Ciclo e 1 Sala de Pré-escolar.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	80.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	15.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	6.400,00 €
2	Computadores	2.400,00 €
2	Mesas para computadores	320,00 €
4	Cadeiras	240,00 €
-	Mobiliário escolar	1.000,00 €
2	Quadros de sala de aula	600,00 €
-	Colocação de gradeamento no muro do perímetro escolar	17.000,00 €
-	Material didáctico para pré-escolar e 1º ciclo	1.500,00 €

Investimento Total ----- 124.460,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo com Ensino Pré-Escolar Itinerante de Vales Mortos.

Descrição: Edifício em fase de requalificação. Este edifício é constituído por 2 salas de aula; 1 sala polivalente e 1 sala de informática.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Arranjo espaço exterior	25.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	12.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
5	Computadores	6.000,00 €
5	Mesas para computadores	800,00 €
10	Cadeiras	600,00 €
-	Mobiliário escolar para 1º Ciclo e Pré-escolar	2.000,00 €
2	Quadros de sala de aula	600,00 €
-	Material didáctico para pré-escolar e 1º ciclo	2.000,00 €

Investimento Total ----- 189.000,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo de Vila Nova de São Bento.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário” com 2 pisos, constituído por 6 salas de aulas, 1 sala de Biblioteca.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	260.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	35.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	15.000,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
10	Computadores	12.000,00 €
10	Mesas para computadores	1.600,00 €
20	Cadeiras	1.200,00 €
6	Quadros de sala de aula	1.800,00 €
-	Material didáctico	3.000,00 €

Investimento Total ----- 394.600,00 €

Informações complementares

- ⇒ A Biblioteca desta escola está integrada no Projecto de Rede de Bibliotecas Escolares, financiado pelo Ministério da Educação e participado pela Câmara Municipal de Serpa.

Designação: Jardim-de-Infância de Vila Nova de São Bento.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, constituído por 2 salas de aulas, 1 gabinete de professores.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Ampliação do edifício existente	132.500,00 €
-	Requalificação do edifício existente	80.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	20.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	12.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00 €
6	Computadores	7.200,00 €
6	Mesas para computadores	960,00 €
12	Cadeiras	720,00 €
-	Material didáctico	2.500,00 €

Investimento Total ----- 330.880,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo de Vila Verde de Ficalho.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário” com 2 pisos, constituído por 3 salas de aulas e 1 sala destinada a espaço polivalente.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	165.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	30.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	13.200,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00 €
10	Computadores	12.000,00 €
10	Mesas para computadores	1.600,00 €
20	Cadeiras	1.200,00 €
3	Quadros de sala de aula	900,00 €
-	Material didáctico	3.000,00 €

Investimento Total ----- **366.900,00 €**

Designação: Jardim-de-Infância de Vila Verde de Ficalho.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, constituído por 2 salas.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	80.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	20.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	15.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00 €
6	Computadores	7.200,00 €
6	Mesas para computadores	960,00 €
12	Cadeiras	720,00 €
-	Material didáctico	1.500,00 €

Investimento Total ----- 200.380,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo de A-Do-Pinto.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, constituído por 2 salas de aulas.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	80.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	20.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	15.000,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
6	Computadores	7.200,00 €
6	Mesas para computadores	960,00 €
12	Cadeiras	720,00 €
2	Quadros de sala de aula	600,00 €
-	Material didáctico	2.000,00 €

Investimento Total ----- 191.480,00 €

Designação: Centro de Educação Pré-Escolar de A-Do-Pinto.

Descrição: Edifício recentemente construído pela Câmara Municipal de Serpa. Este edifício é constituído por 1 sala de aula com espaço polivalente.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Arranjo espaço exterior	10.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	12.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00 €
3	Computadores	3.600,00 €
3	Mesas para computadores	480,00 €
6	Cadeiras	360,00 €
-	Material didáctico	1.500,00 €

Investimento Total ----- 102.940,00 €

Designação: Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância de Pias.

Descrição: Neste edifício existem 6 salas de aula para 1º ciclo e 2 para Pré-escolar.

Quant.	Designação	Preço Total
1	Parque Infantil	75.000,00 €
15	Computadores	18.000,00 €
15	Mesas para computadores	2.400,00 €
30	Cadeiras	1.800,00 €
-	Material didáctico para Pré-escolar e 1º Ciclo	5.000,00 €

Investimento Total ----- 102.200,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo de Vale de Vargo.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, com 2 pisos, recentemente requalificado pela Câmara Municipal de Serpa. Este edifício é constituído por 2 salas de aula, 1 sala polivalente e 1 sala de Biblioteca.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Arranjo espaço exterior	30.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	13.200,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
10	Computadores	12.000,00 €
10	Mesas para computadores	1.600,00 €
20	Cadeiras	1.200,00 €
2	Quadros de sala de aula	600,00 €
-	Colocação de gradeamento no muro do perímetro escolar	25.000,00 €
-	Material didáctico	1.500,00 €

Investimento Total ----- 150.100,00 €

Informações complementares

- ⇒ A Biblioteca desta escola está integrada no Projecto de Rede de Bibliotecas Escolares, financiado pelo Ministério da Educação e participado pela Câmara Municipal de Serpa.

Designação: Jardim-de-Infância de Vale de Vargo.

Descrição: Edifício constituído por 1 sala de aula e um pequeno vestiário.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	60.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	15.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	10.000,00 €
2	Computadores	2.400,00 €
2	Mesas para computadores	320,00 €
4	Cadeiras	2.400,00 €
-	Colocação de gradeamento no muro do perímetro escolar	15.000,00 €
-	Material didáctico	1.500,00 €

Investimento Total ----- 106.620,00 €

Designação: Escola Básica de 1º Ciclo de Brinches.

Descrição: Edifício do “Plano Centenário”, com 2 pisos. Este edifício é constituído por 3 salas de aula; 1 sala de apoio e 4 salas devolutas.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	265.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	35.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	15.000,00 €
1	Campo de Jogos	65.000,00 €
-	Mobiliário para Biblioteca	4.500,00 €
-	Fundo documental para Biblioteca	4.000,00 €
8	Computadores	9.600,00 €
8	Mesas para computadores	1.280,00 €
16	Cadeiras	960,00 €
-	Material didáctico	3.000,00 €
3	Quadros de sala de aula	900,00 €

Investimento Total ----- **404.240,00 €**

Designação: Jardim-de-Infância de Brinches.

Descrição: Edifício constituído por 1 sala de aula e uma sala de apoio.

Quant.	Designação	Preço Total
-	Requalificação do edifício	70.000,00 €
-	Arranjo espaço exterior	20.000,00 €
-	Manutenção espaço escolar (durante 10 anos)	12.000,00 €
1	Parque Infantil	75.000,00€
2	Computadores	2.400,00 €
2	Mesas para computadores	320,00 €
4	Cadeiras	240,00 €
-	Material didáctico	2.000,00 €

Investimento Total ----- 181.960,00€

Designação: Plano de Transportes Escolares.

Descrição: Transportes Escolares realizados em Carreiras Públicas e Circuitos Especiais, no período de 2007 a 2017.

Estimativa ----- 2.400.000,00 €

Informações complementares

- ⇒ Em relação aos transportes escolares, dever-se-á procurar salvaguardar os seguintes **critérios**:
 - **Minimização do tempo de espera**, isto é, entre o momento em que os alunos saem de casa até ao momento em que iniciam as aulas.
 - **Adequação às normas de transporte escolar** previstas pelo Ministério da Educação, assegurando **1 auxiliar para cada 15 crianças**, meios de transporte equipados com condições de segurança (cintos, coletes retro-reflectores, sinalização).
 - **Adequação do circuito às necessidades dos pais e ao horário de funcionamento das escolas**, salvaguardando a frequência das actividades de prolongamento de horário.

- ⇒ **Procedimentos**
 - **Contratação de auxiliares de acção educativa** para fazer o acompanhamento das crianças nos percursos de transporte.
 - Dadas as necessidades de acompanhamento efectivo por parte de adultos e tendo em atenção a aumento do número de circuitos especiais de transporte, realizados tanto por viaturas municipais, quanto por veículos de aluguer, deverá ser pensada a **possibilidade de aquisição de viaturas, com capacidade superior a nove lugares**. Esta medida permitirá, a médio prazo, reduzir encargos com auxiliares de transporte e com o aluguer de circuitos especialmente contratados para o efeito.
 - **Garantir formação em matéria de segurança infantil aos condutores e auxiliares** de todas as viaturas, quer aos que já efectuam este serviço, quer aos que poderão vir a fazê-lo, devendo ser contemplados todos os adultos, funcionários ou não da autarquia (por exemplo, taxistas). Esta formação poderá ser integrada nas iniciativas de educação e formação de adultos, devendo estar previstas actualizações de conhecimentos (reciclagem) dos mesmos.

Síntese de investimento nas EB1 e JIs

⇒ Período do QREN - 2007 a 2017

Designação	Preço Total
Requalificação de edifícios escolares	1.730.000,00 €
Ampliação de edifícios escolares	132.500,00 €
Arranjo dos espaços exteriores	390.000,00 €
Manutenção dos espaços escolares (durante 10 anos)	212.200,00 €
Parques Infantis	775.000,00 €
Campo de Jogos	585.000,00 €
Bibliotecas	8.500,00 €
Equipamentos informáticos e mobiliário adequado	181.240,00 €
Equipamentos de sala de aula e mobiliário escolar	13.200,00 €
Material didáctico	39.000,00 €
Vedação de Perímetro escolar	109.000,00 €
Transportes escolares	2.400.000,00 €

Investimento Global ----- 6.575.640,00 €

Outras intervenções

Designação: EB2.3 de Vila Nova de São Bento

Descrição	Observações
Criação de um pavilhão gimnodesportivo para apoio às actividades de desporto da EB2.3 de Vila Nova de São Bento.	Obra da Responsabilidade do Ministério de Educação. Protocolo assinado com a Câmara Municipal de Serpa em Dezembro de 2001.

Designação: EB2.3 Abade Correia da Serra

Descrição	Preço Total
Construção pavilhão desportivo.	2.500.000,00 €
Melhoria das acessibilidades à escola	35.000,00 €
Remodelação da rede eléctrica e implementação de rede informática.	120.000,00 €
Climatização e optimização energética dos blocos do edifício escolar.	50.000,00 €
Melhoria das condições de isolamento e escoamento das coberturas dos blocos.	30.000,00 €
Pintura exterior dos blocos.	30.000,00 €
Arranjos do espaço exterior e construção de arecações exteriores.	70.000,00 €

Investimento Global ----- 2.835.000,00 €

Designação: EBI/JI de Pias

Descrição	Preço Total
Climatização e optimização energética dos blocos do edifício escolar.	50.000,00 €
Pintura exterior dos blocos.	30.000,00 €
Implementação de um campo de relva sintética.	40.000,00 €

Investimento Global ----- 120.000,00 €

Designação: Escola Secundária de Serpa

Descrição	Preço Total
Remodelação da rede eléctrica da escola tendo em conta as actuais e futuras necessidades.	2.000.000,00 €
Climatização e optimização energética dos blocos do edifício escolar.	
Remodelação das redes de esgotos e de águas pluviais.	
Melhoria das condições de isolamento e escoamento das coberturas dos blocos.	
Pintura do exterior dos blocos do edifício escolar.	
Arranjos do espaço exterior envolvente ao edifício escolar.	

Investimento Global ----- 2.000.000,00 €

Designação: World Music Centre----- Escola de Música

Designação: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa⁷⁴

Descrição: Entendemos como necessário para além de um equipamento generalista que possa comportar um polidesportivo coberto e salas de aula, os seguintes equipamentos e a sua relação com as respectivas Famílias Profissionais/Cursos:

Descrição		
Curso	Equipamentos	Valor estimado
Técnico de Produção Agrária	Estufa Sistema de climatização Equipamentos para automatização do sistema de rega adubação e tratamentos fito fármacos	75.000,00€
Técnico de Gestão Equina	Instalações para equinos 8 boxes Espaço para arrumos Espaço para tratamento Picadeiro Total de área - 968 m ²	387.200,00€
Técnico de Indústrias Agro-Alimentares	Adaptação de espaço para salsicharia pedagógica Total de área - 120 m Equipamentos: Enchedora/enchidos Equipamento para fumagem Material/Equipamento geral para Tecnologias de Indústrias Agro Alimentares Forno para fabricar pão Centrífuga Pasteurizador Desnatadeira Doseador de Sulfuroso Doseador de adição de azoto Gomadora e rotuladora Rolhadora Túnel de congelação Equipamento para laboratórios 2 Potenciómetros Agitador ultrasónico Estufa de incubação 10 Microscópios 2 Balanças	130.000,00 € 20.000,00€ 80.000,00 € 130.000,00 €

⁷⁴ Texto elaborado pela EPDRS em 2006 e aqui transcrito conforme original; no entanto, a ordem foi alterada de modo a ser mais consoante com a organização que tem vindo a ser adoptada.

	<p>2 Banhos de água</p> <p>Milkoscan</p> <p>Aparelho de destilação de água</p> <p>Espectrofotómetro</p> <p>Soxlet</p> <p>Equipamento para determinação de sulfitos</p> <p>Equipamento para determinação de ácido tartárico</p> <p>Aparelho de determinação de acidez total</p> <p>Bancadas para equipar o laboratório de microbiologia</p> <p>ETAR compacta para tratamento dos efluentes domésticos e agro industriais</p> <p>Sistema para tratamento de 60 m³ / dia de efluentes domésticos e agro industriais</p> <p>Sistema de Tratamento de Água Potável</p> <p>Doseador de Cloro</p> <p>Osmose inversa</p> <p>Filtro de carvão activado</p> <p>Descalcificador</p> <p>Depósitos para 10 m³, para armazenamento de água tratada</p>	<p>78.000,00€</p> <p>35.000,00€</p>
Técnico Viticultura e Enologia	<p>Lagar de Vinho</p> <p>Adaptação de espaço existente para Lagar de Vinho:</p> <p>Total de área - 240 m²</p> <p>Equipamento:</p> <p>Desengaçador</p> <p>Prensa horizontal</p> <p>Depósitos auto vinificador</p> <p>Depósitos armazenamento</p> <p>Sistema de arrefecimento para controlo da vinificação</p> <p>Bombas</p>	<p>120.000,00€</p> <p>200.000,00€</p>
<p>Técnico Hotelaria e Restauração</p> <p>Técnico de Turismo</p> <p>Técnicode Turismo Rural e Ambiental</p>	<p>Unidade de Hotelaria em Espaço Rural</p> <p>Cozinha / Postos individuais de trabalho</p> <p>Restaurante</p> <p>Bar</p> <p>Recepção</p> <p>Arrumos</p> <p>Sala conservação alimentos / frio</p> <p>Sala recepção / formação</p> <p>10 Residências</p> <p>Total de área 750 m²</p> <p>Deverá de acordo com as características da escola e a tradição da região propõe-se que a infra-estrutura seja construída com tecnologias tradicionais de construção nomeadamente taipa (terra compactada) e abóbadas.</p>	<p>562,500,00€</p>

	Equipamentos e mobiliário:	212.500,00€
--	-----------------------------------	-------------

Investimento total estimado----- 2.030.200.00€

Informações complementares

⇒ Expectativas da Escola

A EPDRS enquadra a sua visão relativamente ao concelho de Serpa e à Região Alentejo, já que se trata de uma escola pública de âmbito regional, numa perspectiva alargada e portanto vê noutros sectores de actividade económica e social, como potencial de desenvolvimento, para além da agricultura. Neste contexto, a nossa orientação em termos de actividade, quer empresarial quer de formação profissional, vão no sentido de manter a agricultura e os sub-sectoros a ela associados, numa perspectiva mais dirigida às culturas agro-industriais/regadio, à olivicultura e à agro-pecuária extensiva. Num outro nível, damos uma importância fundamental à formação na área das agro-industrias e no que aos produtos tradicionais de qualidade diz respeito. Associado, ainda, ao sector secundário, reforçamos o papel que a escola pode vir a desempenhar na área da construção civil tradicional, como um sector de actividade gerador de emprego qualificado e garante da melhoria da qualidade ambiental das nossas construções.

Relativamente ao sector terciário, a EPDRS vê o turismo e todas as actividades a ele associadas, como um sector fundamental no futuro do Concelho e da Região, com particular ênfase para o turismo rural, as actividades de lazer, associadas ao ambiente e às rotas de produtos tradicionais. Ainda a este nível, a escola entende que o comércio deverá continuar a ter um papel importante ai nível do tecido empresarial da região, em nichos de mercado nos quais as grandes superfícies nunca poderão garantir padrões de qualidade e de proximidade ao cliente.

Em conclusão, a EPDRS, face às suas condições físicas, recursos humanos, organização interna, localização, etc. e com o know-how adquirido ao longo de mais de 15 anos de Ensino Profissional e de Projectos Internacionais ligados à Formação Profissional, entende poder contribuir de forma sustentada para o desenvolvimento local e regional, através de um conjunto de actividades empresariais e de formação que percorrem todos os sectores de actividade económica de cariz cultural, respeitando princípios e valores de cultura, tradição e qualidade de vida que são essenciais para a estratégia de desenvolvimento sustentado que se venha a implementar.

2.3. Estratégias de optimização dos recursos educativos

Face às prioridades detectadas e às características da rede educativa mencionadas torna-se imperioso equacionar estratégias que permitam uma melhor utilização de alguns espaços já existentes e de outros que irão estar disponíveis num horizonte próximo. Neste âmbito, é proposto um conjunto de estratégias de gestão de espaços e recursos.

2.3.1. Gestão dos recursos educativos já existentes

Assim, dever-se-á apostar nos seguintes domínios:

A curto prazo

- Redistribuição eficaz dos recursos e materiais existente nas escolas encerradas recentemente - Crespo, Sopus e Monte Candeias - pelas que se mantêm em funcionamento.
- Garantia de acesso à Internet de todos os computadores existentes nos JI e EB1 pertencentes à rede pública.
- Rentabilização das salas devolutas existentes nos três agrupamentos.
- Aumento do número de refeições a garantir pelas escolas que vão receber alunos transferidos das escolas.
- Reorganização dos circuitos de transporte escolar para os alunos destas escolas.

Tendo por base estes referenciais e as características do parque escolar existente no concelho de Serpa é assumido como prioritário a adopção de um conjunto de medidas em benefício da qualidade da oferta educativa e conseqüente incentivo à melhoria dos indicadores de escolarização e qualificação. Neste âmbito, é proposto:

- **EB1 nº1 de Vila Verde de Ficalho** (freguesia de Vila Verde de Ficalho, Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento). As projecções da população escolar apontam para um total de 53 alunos em 2010/11. Dado que esta escola possui 4 salas de aulas, e tendo por base o número de alunos previsto e as recentes directrizes do Ministério de Educação relativas ao regime de horário, **sugere-se a reconversão de uma das salas de aula com biblioteca, centro de recursos e/ou sala temática.**
- **EB1 com JI de Vale Vargo** (freguesia de Vale Vargo, Agrupamento de Escolas de Pias). As projecções da DREA (2004) apontam para um total de 60 alunos em 2010/11. Sendo que a EB1 necessita apenas de uma sala para as crianças do 1º ciclo (dado que a educação pré-escolar funciona num outro edifício) e que existe uma sala devoluta, **propõe-se a criação de uma sala temática destinada às expressões.**

- **EB1 c/ JI de Brinches** (freguesia de Brinches, Agrupamento de Escolas de Pias). Sendo que as projecções escolares da DREA (2004) indicam uma estabilização do número de alunos (30 crianças no 1º CEB em 2010/11 e 24 crianças na educação pré-escolar em 2010/11), não é de prever a utilização de mais salas de aula para a prática lectiva. Neste sentido, sugere-se a rentabilização dos espaços, na sequência do que se tem vindo a verificar, quer na abertura da escola à comunidade (de que é exemplo o museu já existente), quer na rentabilização para a própria comunidade escolar, **apostando na criação de uma biblioteca com centro de recursos e de um gabinete de professores.**

A médio prazo

- Implementação de espaços de ATL em todas as escolas de 1º Ciclo.
- Utilização das escolas de 1º Ciclo existentes nas diversas freguesias do concelho em horário pós-laboral, com acções de educação extra-escolar de alfabetização, de promoção das línguas estrangeiras e das novas tecnologias, sem prejuízo de outras áreas que correspondam aos interesses efectivos da população.

2.3.2. Cooperação/estabelecimento de parcerias

Um dos aspectos apontados como deficitários no diagnóstico de problemas (Capítulo 4 da Parte II) prende-se com a escassez de comunicação e de cooperação entre diversas instituições educativas do concelho, nomeadamente, no que diz respeito à relação entre as escolas que constituem os Agrupamentos e entre os diversos Agrupamentos. Assim, esta alínea aponta algumas medidas que poderão contribuir para minorar este desfasamento, reportando-se aos Agrupamentos de Escolas e a outras entidades educativas na comunidade.

- **EB1 nº1 de Serpa** (freguesias de Salvador, Agrupamento de Escolas de Serpa). Propõe-se o reforço da articulação com a EB1 nº3 e com a sede de agrupamento (situadas na mesma freguesia), uma vez que aquela não possui salas de actividades específicas, bibliotecas ou centro de recursos. Este reforço passará por uma garantia ao nível dos transportes para a deslocação das crianças, sempre que necessário, assim como dos auxiliares de acção educativa destinados ao acompanhamento das mesmas.
- Explorar a viabilidade do estabelecimento de um protocolo entre a EPDRS e a Câmara Municipal de Serpa para o arranjo dos espaços exteriores degradados das escolas por parte dos formandos do cursos de construção civil, revertendo esta parceria num duplo sentido: a possibilidade de estágios na comunidade e o incentivo a um trabalho em rede vocacionado para respostas a necessidades concretas.

- Fortalecer a articulação com o movimento associativo sócio-cultural e desportivo, de forma a ser incentivada a disponibilização de espaços para a prática de desporto nas escolas que não têm acesso a este tipo de infra-estruturas. A implementação desta medida terá como consequência a provisão de transporte para as crianças, sempre que necessário, bem como a garantia de que estas terão acompanhamento por parte de auxiliares de acção educativa nos trajectos efectuados.
- Verificar as possibilidades de rentabilização dos docentes com menor carga horária na dinamização de museus, bibliotecas e outros espaços educativos.

2.4. Expansão da oferta formativa/educativa

2.4.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

A curto prazo

- Alargamento do Programa de Generalização do Inglês no Ensino Básico aos alunos dos 1º e 2º anos.

A médio prazo

- Iniciação do inglês nas crianças que frequentam a educação pré-escolar.

Estas medidas deverão ser acompanhadas das seguintes:

- Adaptação do sistema de transportes, de modo a que os alunos possam beneficiar das aulas.
- Adaptação dos horários em cada escola, de modo a que possam coexistir turmas de 1º/2º ano e de 3º/4º ano.
- Comparticipação na aquisição de materiais específicos de apoio à disciplina, tais como, jogos e manuais, adaptados às faixas etárias em questão.
- Fornecimento do lanche, dado o número de horas que os alunos irão ter na escola.

2.4.2. Educação de adultos

2.4.2.1. Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e RVCC

Não obstante sinais positivos na frequência dos cursos ensino recorrente, os níveis de analfabetismo e a baixa escolaridade verificada, exigem que se continue a apostar na promoção das modalidades de educação de adultos, através das seguintes medidas:

- Incentivo e estabelecimento de parcerias entre a CMS, as entidades responsáveis pela coordenação do Ensino Recorrente e da Educação Extra-escolar, o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) de Serpa, e as associações do concelho ou a intervir em freguesias do concelho, com o objectivo de dinamizar projectos/programas de intervenção social que contribuam para a melhoria das qualificações da população e que possam ir de encontro às necessidades de formação do concelho.

- **Equacionar o funcionamento de acções de educação extra-escolar** - de alfabetização, de promoção de línguas estrangeiras, de utilização de novas tecnologias, de educação para a saúde, aquisição de competências profissionais, a título de exemplo - **em decorrer em estabelecimentos entretanto devolutos, sem constrangimento de horário, isto é, em horário diurno** (sobretudo para população em idade activa jovem, em situação de desemprego ou precariedade profissional, e população idosa), **ou em horário pós-laboral** para adultos activos, nas escolas em funcionamento.

- **Disponibilização dos espaços escolares** localizados nas várias freguesias para os cursos de ensino recorrente ao nível do ensino básico, de modo a potenciar a sua frequência.

- **A médio prazo, equacionar a possibilidade de funcionamento de cursos com componente profissionalizante/profissionais para adultos, em regime de horário pós-laboral.** De modo a rentabilizar espaços e recursos, poderá ser assegurado o funcionamento nocturno dos cursos que, entretanto, já estejam em funcionamento em regime diurno na Escola Profissional, ou das novas ofertas formativas que, possivelmente, entrarão em vigor no concelho.

2.4.2.1. Pessoal não docente

Sendo o pessoal não docente um dos principais intervenientes no contexto escolar e confrontando com o baixo nível de habilitações literárias verificadas, bem como a evidência de que o tempo dispendido na escola será, por força das exigências do Ministério da Educação (refeições, educação extracurricular, ...), cada vez maior, torna-se imperiosa a aposta na formação destes profissionais.

Para tal deverá ser feito, no início de cada ano lectivo:

- uma actualização do nível de habilitações de profissionais não docentes;
- um levantamento dos interesses e necessidades de formação dos mesmos.

A partir desta análise inicial dever-se-á elaborar um plano de formação, a definir em colaboração com os Agrupamentos de Escolas, a Escola secundária com 3ºCEB, a Escola Profissional e as IPSSs envolvidas. Embora podendo conter directrizes e conteúdos comuns, **o plano deverá ser adaptado à realidade de cada um destes contextos específicos.**

Deverá haver uma concertação com estas entidades e a CMS, de modo a proceder-se a uma análise dos materiais e recursos implicados nestas acções, procedendo-se ao respectivo apetrechamento.

2.5. Reflexão em torno da implementação das medidas legisladas no ano de 2005

O Ministério da Educação estabeleceu como metas educativas:

- A promoção e generalização do domínio de línguas estrangeiras, nomeadamente da língua inglesa. Invocam-se os princípios orientadores do Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos do primeiro ciclo do ensino básico público, a ser implementado a partir do próximo ano lectivo de 2005/2006.
- O alargamento do funcionamento das EB1 até às 17:30, com actividades de complemento curricular e extracurricular.

2.5.1. Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos

A implementação desta medida, a decorrer em estreita colaboração com a autarquia, representará alterações de fundo nas responsabilidades desta em matéria de educação, dado trata-se de uma medida que contém em si um alargamento da actuação das Câmaras.

Sendo que este programa já se encontra em vigor no concelho, deixamos as seguintes sugestões:

- **Instituir-se a prática da avaliação do programa.** Assim, a implementação da medida deverá ser avaliada em cada escola, junto de pais, alunos e professores envolvidos (tanto docentes da turma, quanto, docentes de inglês destacados para este efeito), sendo o processo coordenado pela autarquia e agrupamento horizontal.

Esta avaliação deverá incidir nas sugestões de todos os implicados e deverá ter especial atenção:

- eventuais necessidades de formação específica;
- necessidade de materiais didácticos adaptados ao 1º CEB, a utilizar na prática lectiva.

2.5.2. Alargamento do funcionamento das EB1

Esta medida tem por base a procura da qualidade do percurso escolar por via do acesso a outros tipos de oferta, que, na actualidade, não são acessíveis a todos de igual modo, alargando o funcionamento da escola até às 17h30. A implementação desta medida irá possibilitar a criação de ATIs em todas as EB1, colmatando, deste modo, uma das necessidades evidenciadas no concelho. Sugerimos, em consonância com o que tem vindo a ser proposto:

- Criação de novos espaços, através da ampliação das instalações das escolas que, não possuindo salas de apoio ou devolutas e se encontrem em situação de desdobramento de horário.
- Garantia de um espaço de apoio aos docentes.
- O apetrechamento dos espaços destinados às actividades curriculares e extracurriculares com recursos e materiais didácticos, pedagógicos e lúdicos.
- A reorganização de circuitos de transporte, em especial nos casos em que a deslocação das crianças seja assegurada por transportes públicos.
- Apoio/Suplemento alimentar para os alunos, dado o elevado número de horas que têm de permanecer nas escolas.
- A contratação de auxiliares e ou o alargamento do horário de trabalho dos auxiliares já em funções.
- Ainda em relação aos auxiliares, em ambos os casos deverá ser, gradualmente, feita uma opção por pessoas com formação adequada para o exercício da profissão. Nos casos em que tal não for possível, dever-se-á apostar na formação contínua do pessoal não docente.
- Constituição de equipas pedagógicas, com diversos profissionais, que assegurem a dinamização dos espaços e actividades.
- Promoção de protocolos em museus, bibliotecas e outras infraestruturas de carácter educativo.

2.6. Linhas de orientação da expansão do sistema educativo de Serpa e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento sócio-económico

Este segmento da Carta Educativa projecta num horizonte temporal mais alargado o sistema educativo de Serpa. Se as propostas até aqui definidas foram concebidas para serem concretizadas - as relativas à gestão de recursos - ou iniciadas - as relativas à reconversão de espaços - nos próximos cinco anos, aqui é o lugar de introduzir algumas linhas que poderão orientar a expansão do sistema educativo desde já e com um prazo de validade de, pelo menos, uma década.

Algumas características do sistema educativo de Serpa devem ser reforçadas, de forma a não serem negligenciadas. Outras deverão ser, progressivamente, introduzidas, de forma a suplantar as fortes assimetrias que ainda se verificam entre o concelho e o país. Na primeira parte deste documento, apresentámos algumas das dimensões do debate actual em torno das relações entre educação e desenvolvimento. Neste ponto voltamos a fazer uso das propostas que esse debate introduz, na convicção de que a educação é um dos factores promotores do desenvolvimento das populações e que populações mais desenvolvidas exigem mais qualidade de vida e melhor educação.

Neste sentido, consideramos que em Serpa podem ser assumidas as seguintes estratégias que, sendo convergentes com as equações feitas para o País com implicações para o poder local, são devidamente especificadas para a realidade do concelho:

- Dados os níveis de escolarização da população, os valores de frequência e de saída precoce no ensino secundário registados no concelho, é fundamental desenvolver medidas que incentivem o aumento de frequência e de conclusão deste nível de ensino. No caso concreto, propõe-se:
 - A dinamização do funcionamento em rede da Escola Secundária com 3º CEB de Serpa, da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural, do Centro de Formação Profissional de Serpa do Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Câmara Municipal de Serpa. O trabalho em conjunto permitirá, não só, uma melhor articulação da oferta formativa, mas também, um aumento da diversidade da mesma em claro benefício dos percursos de escolarização e qualificação propostos. Também deverá ser fomentado o desenvolvimento de projectos comuns.
 - O reforço do conhecimento mútuo e do desenvolvimento de projectos em parceria entre as escolas secundárias e profissional e as EB2.3.
 - A criação de bolsas de estudo para os alunos do ensino secundário, (co)financiadas por empresas da região. A implementação desta medida deverá ser negociada junto do Ministério da Educação e Ministério das Finanças a fim de que possa ser aceite no âmbito da prática do Mecenato. Esta, cujo estatuto é definido pelo Decreto-Lei n.º 74/99 de 16 de Março, permite um conjunto de incentivos fiscais às empresas que integrem acções consideradas ao abrigo do

Mecenato educacional, social, cultural, entre outros. Este apoio poderá ser concedido a escolas e cooperativas de ensino através de dinheiro ou de bens materiais.

- O estabelecimento de acordos com as entidades empregadoras do concelho para que, no âmbito dos processos de contratação, seja dada preferência a jovens (com idade inferior ou igual a 20 anos) que tenham cumprido doze anos de escolaridade.
- Criação de Unidades de Inerção na Vida Activa (UNIVAS) nas EB23 e na Escola Secundária com 3º CEB.
- Dada a desconcentração geográfica da rede educativa e da diferença existente entre a sede de concelho e o resto do território no que diz respeito à diversidade da oferta formativa, a ligação em rede entre as diversas escolas e desenvolvimento de projectos em comum deve ser fortemente incentivada, fazendo uso das potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação.
- Negociação/apoio para a Escola Secundária, nomeadamente, ao nível da conservação do espaço.
- Incentivar a dinâmica da oferta e procura de ensino recorrente e educação extra-escolar através de(a):
 - Acções de sensibilização junto da população;
 - Dinamização da cooperação entre o Centro de Coordenação do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar e Formação de Adultos, autarquias e colectividades locais, designadamente, a Rota do Guadiana.
 - Diversificação da oferta de acções em educação extra-escolar através da exploração de diversas áreas do saber, através do Levantamento de necessidades e interesses de formação da população.
 - Disponibilização de serviço de transporte em regime nocturno, de forma a possibilitar a frequência lectiva.
- Fomentar e reforçar as redes de funcionamento cultural e educacional, nomeadamente, através de candidaturas regulares e assíduas a programas de financiamento europeus e nacionais de materiais e projectos de desenvolvimento, para todos os públicos (ex.: SIQE, PRODEP, POCI-2010, POEFDS⁷⁵). Chamamos a atenção para a necessidade de actualização e acompanhamento dos Programas adentro do Quadro de Referência Estratégico Nacional, a vigorar entre 2007 e 2013.

⁷⁵ SIQE - Sistema de Incentivos à Qualidade na Educação, do Ministério da Educação; PRODEP - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, do Ministério da Educação; POCI-2010 - Programa Operacional Ciência e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; POEFDS - Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

2.7. Estratégias de utilização da Carta Educativa para a promoção do desenvolvimento da educação no concelho

Todo o esforço de produção de um documento deste género perde potencialidades se não se proceder a uma análise e exploração alargadas, isto é, que não realizadas unicamente por e com os responsáveis directos pelo Sector Educativo na Câmara. Assim, numa óptica global, que reflecte a aprendizagem desenvolvida ao longo da concepção, planeamento e elaboração do documento, sugerimos uma linha de abertura e de partilha da Carta Educativa à comunidade. Para tal, deixamos algumas sugestões de actuação que deverão ser complementadas e impulsionadas pelos responsáveis directos do sector educativo na Câmara Municipal de Serpa:

- Envio da Carta Educativa para as entidades directa e indirectamente associadas à educação no concelho de Serpa;
- Análise e Revisão do documento por parte do Conselho Municipal de Educação;
- Análise e discussão pública do documento;
- Análise e discussão do documento em Assembleias de Escola;
- Confronto com o poder central para a tomada de decisões e os compromissos necessários à melhoria do sistema.

O conhecimento integral e a visão global da dimensão educativa dão à autarquia a possibilidade de actuar em múltiplas frentes, que não apenas as que implicam uma responsabilidade directa de execução. De facto, ao congregar o trabalho de diversos parceiros (instituições, docentes, órgãos intermédios do ME,...) os responsáveis autárquicos podem rentabilizar a Carta Educativa no sentido de:

- Negociar junto dos órgãos regionais e centrais do ME, nomeadamente, em decisões que implicam mudanças importantes na estrutura e realidade educativa do município.
- Mediar a relação entre a escola e as empresas, actuando como um dinamizador na atribuição de bolsas de estágio, e na criação de postos de trabalho, numa lógica duplamente orientada: fixação dos jovens na sua região e aumento das qualificações dos profissionais que poderão vir a integrar essas empresas.
- Divulgar e incentivar a prática do mecenato, enquanto estratégia de apoio ao associativismo local, elemento de grandes potencialidades no campo da acção educativa na comunidade.
- Fortalecer a dinâmica de avaliação e de convergência dos projectos e processos educativos implantados, de modo a que a Carta Educativa seja um documento em aberto e lugar de actualização e conjugação de ideias, processos e resultados.

PARTE V.

Monitorização da Carta Educativa

1. Monitorização e controlo da Carta Educativa do concelho de Serpa

Do ponto de vista da gestão de projectos, em termos simples, a monitorização consiste no acompanhamento das acções ou projectos planeados num dado momento, de modo a que se possa verificar em que medida os objectivos, as estratégias, os tempos e os custos previstos no plano inicial estão a ser cumpridos. A monitorização é uma forma de avaliação e pretende verificar se existem derrapagens em relação ao planeado, mas também, identificar estratégias de melhoria para futuras intervenções, ou detectar novas necessidades surgidas a partir da execução das acções.

A Carta Educativa é um documento-projecto inacabado, e que necessita adaptar-se à evolução da realidade educativa do concelho, região ou país. A monitorização é a via de actuação que permite, precisamente, fazer esta adaptação, através da recolha de informação actualizada e do acompanhamento das acções: é um «processo de continuidade imprescindível para a actualização do conhecimento da realidade educativo-social e um permanente ajustamento das propostas de intervenção às dinâmicas registadas» (Manual para a Elaboração da Carta Educativa, 2000, Nota prévia).

Pretende-se que a Carta Educativa seja um documento dinâmico e adaptável em função das mudanças ocorridas na realidade educativa local e nacional. Por isso, a monitorização deve ser entendida como a «continuidade natural da Carta Educativa (*idem*, p. 42).

1.1. Fases do processo

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa, o processo de monitorização é composto por 3 fases, conforme designação a seguir:

1. Recolha, organização e disponibilização da informação: obtenção da informação junto dos vários intervenientes educativos, através de instrumentos e bases de dados próprias.
2. Modelos de transformação da informação em instrumentos de acção: isto é, a informação recolhida deverá ser analisada, reflectida, para que dela resultem conclusões e decisões de intervenção.
3. Avaliação dos resultados: feita em dois sentidos. Um primeiro é a avaliação das acções, isto é, em que medida foram concretizadas as acções planeadas; um segundo tem a ver com a formulação das próprias decisões/acções. Esta fase permite a detecção de problemas, necessidades ou desajustamentos, devendo ser definidos modos de colmatar os mesmos.

1.2. Monitorização global e específica

Em termos concretização prática, podemos dividir o processo de monitorização em duas componentes:

A monitorização global, onde se define, no essencial, qual a entidade/técnico responsável pela coordenação do processo de monitorização e algumas pistas globais de organização do mesmo;

A monitorização específica: que aqui consiste na exploração da fase 1; expõe-se pistas de para a recolha de informação e sugestões de melhoria do próprio documento.

1.2.1. Monitorização global

1. Responsabilidade global do processo de monitorização: deverá ser indicado pela equipa da CM o técnico responsável pela coordenação, de modo a figurar nesta Carta Educativa.

Importa ter presente que o processo de monitorização, embora sob a coordenação da equipa/técnico X, deverá ser acompanhado pelo **Conselho Municipal de Educação** requer o envolvimento de um conjunto de parceiros e actores sociais, sem os quais a recolha de dados e o acompanhamento das acções será dificultado e, provavelmente, deficiente ou incompleto. De entre os parceiros privilegiados, com os quais o processo de monitorização deverá ser concertado, assinalamos:

- Agrupamentos de escolas e de jardins-de-infância;
- Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo/Centro Infantil;
- Escola Secundária com 3ºCEB de Serpa;
- Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa;
- Jardim infantil da Fundação Viscondes de Messangil;
- Jardim-de-infância de Nossa Senhora da Conceição;
- Entidades responsáveis pela educação de adultos (Centro RVCC,...);
- Juntas de freguesia;
- Centro de Emprego e Centro de Formação;
- Sectores da Câmara;
- Outros considerados necessários.

Apresenta-se, nas tabelas abaixo, uma proposta de trabalho, que procura ser operacional e concreta, na qual é feita referência também aos parceiros que cuja colaboração se entende indispensável para a monitorização de determinada acção. O envolvimento atempado (isto é, prévio ao momento em que se pretende concretizar a monitorização) e esclarecido (isto é, devidamente concertado e assente nas eventuais sugestões que os parceiros queiram fazer) são aspectos fundamentais para o sucesso do processo de monitorização.

2. Compilação e acessibilidade da informação

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa (2000), deverá ser criada uma base de dados específica para a monitorização da informação, cuja «criação e manutenção (...) deve ser da responsabilidade das Câmaras Municipais (ou Associações de Municípios)» (p. 46). O Ministério

da Educação disponibiliza, de acordo com o referido Manual, uma base de dados para este efeito, designada Base de dados TER - Cartas Educativas, em CD-rom.

Poderá, ainda, recorrer-se aos SIG - Sistemas de Informação Geográfica.

3. Instrumento de actualização

Os dados totais deverão ser actualizados através de um relatório escrito, que deverá estar concluído no final de cada ano lectivo. Este será objecto de análise e parecer por parte do Conselho Municipal de Educação.

4. Periodicidade

A periodicidade do processo deverá ser anual, regendo-se de acordo com o ano lectivo. Poderá estar concluído no final de cada ano lectivo ou no início de cada ano lectivo, em referência ao imediatamente anterior.

5. Relação com o documento actual

os relatórios resultantes do processo de monitorização poderão ser integrados na Carta Educativa sob a forma de adenda ou de apêndice. Recomenda-se a elaboração de um documento de síntese, a partir da Carta Educativa, no qual constem as acções a realizar.

1.2.2. Monitorização específica

Centramo-nos na Fase 1, dado que as restantes são posteriores ao momento e alcance actual e dependerão desta primeira. Com a monitorização específica pretende-se:

- Apontar pistas para o acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas;
- Indicar sugestões para a melhoria e desenvolvimento do próprio documento.

A monitorização tem um carácter essencialmente prático e exige procedimentos estruturados e previamente definidos. Ela deve ser baseada no registo periódico de acções e indicadores, de modo a que se possa ajustar o conteúdo da Carta Educativa, às alterações e acontecimentos verificadas na realidade, sobretudo, problemas e necessidades surgidas e à legislação.

Como tal, apresentamos na tabela que se segue um esquema que poderá ser adoptado para o acompanhamento das intervenções. Sugere-se uma metodologia de trabalho assente nos seguintes tópicos:

- Indicadores a recolher;
- Momento de recolha dos dados;

- Instrumento de recolha dos dados;
- Pessoa responsável;
- Entidades a contactar;
- Momento em que se prevê nova actualização.

A. Acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas na Carta Educativa

Tipo de intervenção a acompanhar	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões de intervenção futura
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Obras e intervenções no parque escolar, estabelecimento e espaço exterior	<p>Tempo: cumprimento dos prazos de execução</p> <p>Custo: existência de desvios em relação ao inicialmente previsto</p> <p>Qualidade: execução das intervenções planeadas</p>	<p>Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância).</p> <p>Caderno de encargos do projecto.</p>	<p>Início</p> <p>Meio</p>	<p>Empreiteiros e responsáveis pelas intervenções.</p> <p>Junta de freguesia respectiva.</p> <p>Agrupamentos de escolas.</p> <p>ES/3ºCEB</p> <p>EPDRS</p> <p>JI FV Messangil</p> <p>JI NS Conceição</p> <p>Outras entendidas como necessárias.</p>	<p>Após conclusão da intervenção</p>	<p>Existiram problemas, ao nível:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dos materiais empregues? • Dos tempos definidos para intervenção? • Da interacção com os alunos e professores? • Da segurança? 	<p>A partir das obras realizadas, há necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de outras infra-estruturas? • Adaptação de espaços já existentes? • Repensar a intervenção feita?
2. Reordenamento da rede escolar	<p>Concretização dos encerramentos previstos.</p> <p>Condições da escola/JI de acolhimento.</p> <p>Percepção de pais, alunos e funcionários em relação à transferência/encerramento.</p> <p>Concretização das eventuais alterações propostas na escola/JI de acolhimento.</p> <p>Vantagens e desvantagens resultantes da transferência</p>	<p>Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância).</p> <p>Reunião/diálogo com pais, funcionários e alunos.</p> <p>Caderno de encargos do projecto de intervenção (se aplicável).</p>	<p>Início do ano escolar.</p> <p>Momento intermédio e final.</p>	<p>Agrupamentos de escolas.</p> <p>ES/3ºCEB</p> <p>EPDRS</p> <p>JI FV Messangil</p> <p>JI NS Conceição</p> <p>Pais, alunos, funcionários envolvidos.</p> <p>Empreiteiros responsáveis pelas intervenções, se aplicável.</p>	<p>No momento de planeamento do ano lectivo seguinte</p>	<p>Na sequência das medidas tomadas, existem situações de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação? • Subaproveitamento de espaços? • Percursos de transporte muito longos? • Tempos de espera? 	<p>A definir consoante o tipo de problemas encontrados</p>
3. Apetrechamento e dotação de recursos	<p>Tipo de recursos</p> <p>Nº de recursos</p> <p>Custos</p> <p>Adequação dos mesmos às necessidades</p>	<p>Plano de levantamento dos recursos</p>	<p>Início do ano lectivo</p>	<p>Agrupamentos de escolas.</p> <p>ES/3ºCEB</p> <p>EPDRS</p> <p>JI FV Messangil</p> <p>JI NS Conceição</p>	<p>Meio e fim do ano lectivo</p>	<p>Os recursos foram suficientes?</p> <p>Adaptados aos destinatários?</p> <p>Qual a sua durabilidade?</p> <p>Que novos recursos são</p>	<p>Será necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudar fornecedores? • Elevar a verba disponível? • Alterar recursos? • ...

				Outros envolvidos		necessários? A previsão de custos foi correcta?	
4. Funcionamento escolar	Variável consoante as propostas específicas						
5. Recursos humanos	Número de profissionais adequados ao necessário Adequação do funcionário para as tarefas a realizar Formação/habilitação possuída Satisfação em relação ao trabalho desenvolvido, pelo próprio, pais, alunos	Diálogo com os intervenientes escolares	Início e meio do ano lectivo	Profissionais, agrupamentos, ES/3ºCEB, pais,... Outros envolvidos	Final do ano lectivo	Os profissionais e funções foram suficientes? Adequaram-se bem às suas tarefas? Há necessidade de apostar na sua formação? Em que áreas?	Colocação de novos profissionais? Redistribuição do pessoal já existente? Promoção de formação? ...
6. Projectos e iniciativas (formação, inglês, actividades extracurriculares, ...)	Número de alunos Funcionamento (animador/professo, horário, duração lectiva/da actividade,...) Satisfação dos intervenientes Materiais da disciplina/actividade	Observação local Diálogo com pais, professores alunos, pequeno questionário para a recolha de sugestões	Início, meio do ano lectivo	Professores/animadores, pais, alunos,... Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB Parceiros dos projectos	Final do ano lectivo	As actividades foram satisfatórias? O plano de intenções foi concretizado? Quais as dificuldades sentidas? Foram asseguradas condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar...)	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) É possível introduzir melhorias na actividade/projecto? Como?»
7. Outros equipamentos e infra-estruturas de educação	Aplicável no caso de bibliotecas, centros de cultura, equipamentos desportivos e outros. Os critérios a observar deverão ser os mesmos que referidos no ponto 1 da tabela. Estudo da população alvo dos mesmos.					Quais as actividades pensadas/projectadas para a infra-estrutura? Qual a sua relação ao contexto escolar e à população local?	
8. Alargamento da oferta formativa	Público-alvo Número de alunos/docentes Locais da formação Cursos/iniciativas Responsáveis	Diálogo com responsáveis, alunos, para recolha de sugestões	Início, meio	Professores/animadores, pais, alunos,... Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB EPDRS JI FV Messangil	Final do ano lectivo	A formação correspondeu ao esperado? As actividades foram satisfatórias? O plano de intenções foi concretizado?	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) É possível introduzir melhorias na actividade/projecto? Como?»

	<p>Condições especiais (por exemplo, necessidade de transporte nocturno, ...)</p> <p>Dificuldades sentidas</p> <p>Itens semelhantes ao ponto 6</p>	<p>Equipas do ensino profissional e da educação de adultos</p>		<p>Jl NS Conceição</p> <p>Equipas que trabalhem no ensino profissional e na educação de adultos</p>		<p>Quais as dificuldades sentidas?</p> <p>Foram asseguradas condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar...)</p>	<p>É de manter a oferta?</p>
--	--	--	--	---	--	--	------------------------------

B. Actualização, melhoria e desenvolvimento do documento

Dados de caracterização ⁷⁶	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões futuras
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Evolução do parque escolar							
1.1.Reordenamento	Alterações de tipologia (junção de níveis de ensino, por exemplo). Encerramentos (com indicação de estabelecimentos de acolhimento). Novos equipamentos criados.	Grelha, com a discriminação dos estabelecimentos.	Início e final de cada ano lectivo	Agrupamentos de escolas. ES/3 ^o CEB EPDRS JI FV Messangil JI NS Conceição	Início e final de cada ano lectivo	Relativos às decisões tomadas.	Que mudanças são necessárias, e face dos desajustamentos detectados? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos acima. Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.2. Intervenção nos estabelecimentos	Intervenções efectuadas até ao momento, por estabelecimento e tipo de intervenção Introdução das principais conclusões do ponto 1 da tabela anterior						Que intervenções de futuro? Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.3. Caracterização dos estabelecimentos no momento actual	Ver indicadores da grelha de caracterização que consta do documento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo. Sugere-se articulação com os resultados no ponto 1.2.	Agrupamentos de escolas. ES/3 ^o CEB EPDRS JI FV Messangil JI NS Conceição	Início e final de cada ano lectivo.	A grelha utilizada permite uma caracterização fiel e completa dos estabelecimentos?	Que aspectos deverão ser retirados ou incluídos nesta grelha de modo a que a caracterização seja o mais eficaz possível?
1.3. Intervenções previstas para futuro	Identificação das intervenções que se	Grelha, com a discriminação dos	Início e final das intervenções.	Agrupamentos de escolas.		As intervenções respondem às necessidades que lhes deram origem?	Que outras intervenções se

⁷⁶ A numeração dos pontos não coincide, necessariamente, com a numeração que consta do documento. Apresentam-se aqui os tópicos principais, devendo proceder-se a um ajustamento relativamente ao documento. De modo semelhante, os itens da monitorização contemplam aspectos que não se encontram na proposta actual, mas que poderão vir a ser desenvolvidos na prática, numa perspectiva de previsão futura das eventuais áreas a contemplar no terreno nos próximos 5 anos.

	afixam necessárias e respectiva justificação.	estabelecimentos e do tipo de intervenção a realizar (ampliação, restauração, arranjo exterior,...).		ES/3ºCEB EPDRS JI FV Messangil JI NS Conceição Responsáveis pelas intervenções. Juntas de Freguesia. Associações de Pais.			estimam necessárias a breve prazo? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos no ponto acima. Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
2. Evolução da população escolar							
2.1. Dados de frequência	Número de alunos por ciclo, e estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB EPDRS JI FV Messangil JI NS Conceição Entidades na área da educação de adultos.	Início e final do ano lectivo.	Existem desvios entre as frequências registadas em ambos os momentos? Se sim, em que ciclos/estabelecimentos? A que se devem?	Os momentos de recolha são os mais indicados ou deverão ser pensados outros?
2.2. Taxas de ocupação dos estabelecimentos	Indicação do número de turmas e seu regime de funcionamento. Relação com a capacidade do estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB EPDRS JI FV Messangil JI NS Conceição	Início e final do ano lectivo.	Existem situações de desdobramento de horário/regime duplo?	Soluções para as eventuais situações de horário desdobrado. Há necessidade de: - transferência de alunos? - juntar valências? - ampliação do espaço? Sugere-se consulta das projecções de evolução da

							população (DREA, 2006).
2.3. Transição e retenção escolar	Número de alunos retidos, por ciclo e estabelecimento. Número de alunos que transitaram de ano, por ciclo e estabelecimento.	Grelha para preenchimento.	Final de cada ano lectivo.	Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB EPDRS	Final do ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos onde a retenção é mais frequente?	Procura das razões para tais indicadores. Concertação de medidas de reabilitação com o Agrupamento e/ou outras entidades.
3. Pessoal docente	Número de docentes por ciclo e estabelecimento. Habilitações e vínculo profissional dos docentes.	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo, após as colocações cíclicas (se aplicável).	Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB EPDRS JI FV Messangil JI NS Conceição Outras entidades.	Ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos em que há maior instabilidade do corpo docente?	Concertação de medidas de minimização dos efeitos da instabilidade sentida com o Agrupamento e/ou outras entidades.
4. Pessoal não docente	Número de profissionais, por estabelecimento, segundo: - função exercida; - habilitações literárias - vínculo profissional	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB EPDRS JI FV Messangil JI NS Conceição Outras entidades.	Ano lectivo seguinte.	O número de profissionais em cada estabelecimento e função é suficiente?	Equacionar contratações ou recolocação de profissionais em função das necessidades e de alterações ocorridas (encerramentos,...)
5. Acção educativa da CM							
5.1. Transportes escolares	Número de alunos transportados, segundo ciclo e estabelecimento. Tipo de circuitos existentes e responsáveis na execução dos mesmos. Tempo e custo	Plano de transportes municipais, elaborado pela autarquia.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB EPDRS	Ano lectivo seguinte.	O circuito é adaptado à realidade (localidade, faixa etária, especificidades) de cada aluno? Existe necessidade de criação de outros circuitos? Quais?	Equacionar a concretização dos novos trajectos: - viaturas municipais? - circuitos contratualizados? - Previsão de novas despesas.

	dispendido por circuito. Necessidades sentidas pelos utilizadores.						
5.2. Acção social escolar	Número de alunos beneficiários, segundo tipo de subsídio, ciclo de ensino. Subsídios atribuídos aos estabelecimentos, segundo, montante e destino.	Documentos internos de concurso, da autarquia.	Início de cada ano lectivo ou uma vez decorrido o período de reclamação dos concursos.	Agrupamentos de escolas. ES/3ºCEB	Ano lectivo seguinte.	Existem alunos em situação de carência que não puderam ser abrangidos pelas modalidades de ASE? Se sim, qual a razão? O que poderá ser feito para resolvê-lo? Quais as falhas detectadas nos processos de candidatura e cedência dos apoios?	Que acções/ medidas poderão contribuir para limitar as falhas no processo? Existe necessidade de criação de novos tipos de apoio? Prevê-se como necessário o aumento do orçamento disponível?
5.3. Projectos e iniciativas	Objectivos Parceiros Número de alunos a abranger, Tipo de acções Tempos Montantes envolvidos .	Documentos internos Formulários de candidatura,....	Início e meio do projecto/iniciativa	Parceiros envolvidos	Final do projecto	Os objectivos foram cumpridos? Existem dificuldades de maior?	É de prever a continuidade do projecto? Em que moldes?

Estes dados deverão ser reunidos num **relatório escrito**, a **divulgar aos diversos parceiros educativos**, que permita fazer a leitura da evolução do concelho nos vários aspectos. Todas as informações que se encontrem desactualizadas na presente Carta Educativa deverão ser objecto de recolha actualizada em 2007.

Bibliografia

- AAVV (1990). *Muitos anos de escolas. Ensino Primário -1941*. Lisboa: Ministério da Educação
- Barroso, J. (1998). Descentralização e autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. *Colóquio Educação e Sociedade - Escola e Parcerias Educativas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Câmara Municipal de Serpa (2003). *Diagnóstico Social do Conselho, Programa Rede Social*.
- Canário, R. (1999). A escola, a autonomia e a territorialização da acção educativa. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 23.
- Caraça, J (2000). in CARNEIRO,R. (Dir. e Coord.). *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Caraça, J. (2000). “Questões de Método e Linhas Gerais de Evolução - Metodologia do Estudo”, em Carneiro, R. (Dir. e Coord.). *O Futuro da Educação em Portugal : Tendências e Oportunidades - um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.
- Carneiro, R. (Dir. e Coord.) (2000). *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, CRL (2001). *À esquerda do Guadiana - Plano Estratégico de Desenvolvimento Agro-Rural dos Concelhos de Moura, Serpa e Barrancos*, Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos.
- Correia, A. (1999). Relações entre escola e comunidade: da lógica de exterioridade à lógica de interpelação. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 22.
- DAPP (2000). In Carneiro, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- EURYDICE (1998). *Dez anos de reformas ao nível do ensino obrigatório*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Guerra, I. (2002). Espaço da organização escolar: a territorialização das políticas educativas. In AAVV, *Textos da Conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto Nacional de Estatística (2000). *Anuário estatístico da Região do Alentejo*.
- Instituto Nacional de Estatística (2002). *Censos 2001 - XIV Recenseamento geral da população*.
- Mariano, B.M.P.B e Borralho, O.B.A. (2003). *Plano educativo municipal. proposta na área da educação não formal para o concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, documento policopiado.

- Martins, E. (Coord.) (2000). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.
- Martins, G. O. (2000). A Educação como espelho. In CARNEIRO, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Rodrigues, F. (2003). O Projecto Educativo Local da Golegã. *Educação, Sociedade e Culturas - Escola e Territórios*, 20.
- São Pedro, M.E. et al. (2000). Uma leitura quantitativa do sistema educativo. In CARNEIRO, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- Sarmiento, M. (1999). Agrupamentos educativos, territorialização e autonomia: raízes estruturais e efeitos de superfície. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 23.
- Subirats, J. (2001) Educación: responsabilidad social e identidade comunitária. In Cármen Gómez-Granell e Ignacio Vila (Coord.). *La ciudad como proyecto educativo*. Barcelona: Octaedro.
- Teodoro, A. (2001). Políticas educativas e novas formas de governação numa época de transnacionalização. In Stoer, Cortesão e Correia (orgs.) *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à «educação» da crise*. Porto: Afrontamento.
- UNESCO (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI*. Porto: Asa.

Legislação consultada

Lei n.º 159/99

Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro

Decreto-lei n.º 147 de 11 de Junho de 1997

Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro - transportes escolares (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro)

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo

Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM /88

Decreto-lei n.º 108/88 de 31 de Março

Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro - Lei-quadro da Educação Pré-Escolar

Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho

Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto

Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto

Decreto-Lei n.º 291/97 de 4 de Setembro

Decreto-Lei n.º 314/97 de 15 de Novembro

Despacho Conjunto n.º15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril

Despacho Normativo n.º 27/97 de 2 de Junho

Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de Julho

Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro

Decreto-lei n.º 89-A/98 de 7 de Abril

Decreto-lei n.º 115/98 de 4 de Maio

Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto - Lei das Finanças Locais

Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro

Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro

Decreto-Regulamentar n.º 12/2000 de 29 de Agosto

Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)

Decreto-lei n.º 319/91 de 23 de Agosto

Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho

Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio

Lei nº 159/99 de 14 de Setembro

Lei nº 169/99 de 18 de Setembro

Decreto Regulamentar 12/2000, de 28 de Agosto

Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro

ANEXOS

Conceitos e Metodologia (síntese)

i) Entende-se por Alentejo a soma dos concelhos considerados no âmbito da DREALentejo;

ii) A metodologia utilizada foi a do *Cohorte-Survival* controlada pelos níveis das *Tábuas-Tipo de Princeton*;

iii) Não se elaboraram cenários alternativos. Optou-se pela construção de uma *Tendência Pesada*, ou seja, *se tudo continuar a evoluir como tem evoluído até ao presente momento*;

iv) Entende-se por *População Potencial* (PP) a população em idade própria de frequentar um determinado ano de ensino, com base na estrutura censitária de 2001 e no nº de Nados-Vivos anuais (INE). *População Real* (PR) corresponde à população escolar observada com base nas matrículas escolares, registadas nas bases de dados *on-line* do GIASE (redes pública, privada e solidária);

v) A participação no sistema educativo pode ser analisada através das Taxas de Escolarização Brutas e das Taxas de Escolarização Líquidas (ou Reais). Estas últimas medem o grau de eficiência do sistema, uma vez que relacionam os alunos que frequentam um ciclo de estudos nas idades próprias à sua frequência, enquanto as taxas brutas dão informação, quer sobre a participação dos indivíduos no sistema educativo, quer sobre os efeitos de retenção e transferências no ciclo de estudos, por relacionar os alunos que o frequentam independentemente da idade e proveniência geográfica.

vi) De acordo com o ponto anterior, o presente trabalho assenta no pressuposto de que, para um determinado ano e nível de ensino, existem três possibilidades na relação PR/PP:

- se a $PR > PP$ (Tx Escol Bruta $> 100\%$), tal significa que para essa idade (ou ano de ensino), os Saldos das Retenções e Transferências possibilitaram um superávit de alunos em relação ao esperado (i.e ao nº potencial)

- se a $PR < PP$ (Tx Escol Bruta $< 100\%$), tal significa que para essa idade (ou ano de ensino), os Saldos das Retenções e Transferências favoreceram um déficit de alunos em relação ao esperado (i.e ao nº potencial)

- se a $PR = PP$ (Tx Escol Bruta $= 100\%$), tal significa que para essa idade (ou ano de ensino), os Saldos das Retenções e Transferências apresentam um total de alunos igual ao esperado (i.e ao nº potencial)

vii) Consequentemente, a proximidade ou o afastamento dos valores entre a População Potencial e a População Real vai depender fundamentalmente das 2

variáveis apresentadas, e eventualmente até de outras como o abandono escolar ou a mortalidade.

Todavia, mesmo que os valores resultem muito próximos ou até iguais, tal pode não significar que os alunos matriculados sejam exactamente os mesmos que estavam previstos, i.e., em idade própria de frequentarem um dado ano de ensino.

viii) Para cada concelho foram criados três quadros-síntese (A, B e C) interrelacionados entre si, que permitem uma análise rápida e onde se realçam os aspectos mais relevantes da informação obtida, para o prazo apresentado.

ix) Dado que as projecções são apresentadas com os valores arredondados à unidade, nos quadros B e C os totais apresentados podem eventualmente não coincidir com a respectiva soma das partes.

A - Diagrama de Lexis por idade e respectivo ano de escolaridade

Concelho de Serpa

Nível	Ano Esc.	Idade	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Tx Escol Bruta Mpor idade	Var % PR Mentre idades
		18				212												
Sec.	12º	17				211 ¹³⁸	197 ¹²⁶	180 ¹²²	157 ¹³⁶	164 ¹⁶²	162 ¹⁴³	163 ⁸⁵	174 ¹¹⁶	169 ¹¹⁷	174 ¹³¹	169 ¹¹⁹	76,8%	7,6%
	11º	16				197 ¹⁵¹	180 ¹³⁴	157 ⁹⁰	164 ¹⁵⁸	162 ¹³³	163 ⁸³	174 ¹⁰⁸	169 ¹⁰⁶	174 ¹²²	169 ¹¹¹	144 ³⁸	77,4%	-29,1%
	10º	15				180 ²¹⁵	157 ²⁰⁵	164 ¹⁶⁴	162 ¹⁶⁴	163 ¹²⁵	174 ¹⁵²	169 ¹⁵³	174 ¹¹²	169 ¹⁵⁶	144 ¹³³	124 ¹⁴⁴	105,6%	3,4%
3º CEB	9º	14				157 ¹⁶¹	164 ¹⁶³	162 ¹¹⁶	163 ¹³⁵	174 ¹⁴⁷	169 ¹⁴³	174 ¹⁵⁶	169 ¹⁵¹	144 ¹³⁴	124 ¹³³	145 ¹³⁶	95,6%	-6,5%
	8º	13				164 ¹⁸²	162 ¹⁶⁶	163 ¹⁵⁰	174 ¹⁶⁶	169 ¹⁵⁸	174 ¹¹⁷	169 ¹⁶¹	144 ¹⁴³	124 ¹⁴³	145 ¹⁴⁶	155 ¹¹⁷	98,9%	-21,5%
	7º	12				162 ²⁰⁴	163 ¹⁹³	174 ¹⁸⁸	169 ²¹⁵	174 ²²⁶	169 ²⁰⁵	144 ¹⁸²	124 ¹⁹⁰	145 ¹⁸⁶	155 ¹⁴³	135 ¹¹³	123,8%	4,8%
2º CEB	6º	11				163 ²⁰⁴	174 ¹⁸⁰	169 ²¹²	174 ²⁰⁵	169 ¹⁹⁶	144 ¹⁷⁴	124 ¹⁸¹	145 ¹¹⁷	155 ¹⁴²	135 ¹⁶⁵	129 ²¹¹	117,6%	-3,3%
	5º	10				174 ²⁰⁷	169 ¹⁹⁷	174 ¹⁹⁸	169 ²²¹	144 ¹⁸⁰	124 ¹⁸⁷	145 ¹⁸³	155 ¹⁴⁷	135 ¹¹¹	129 ²¹⁸	152 ²⁰³	121,0%	4,7%
1º CEB	4º	9				169 ¹⁸³	174 ²⁰⁴	169 ¹⁹⁷	144 ¹⁷¹	124 ¹⁷³	145 ¹¹⁵	155 ¹⁴⁰	135 ¹⁶³	129 ²⁰³	152 ¹⁹⁴	151 ²¹³	121,7%	12,9%
	3º	8				174 ¹⁹¹	169 ¹⁸⁵	144 ¹⁶²	124 ¹³⁵	145 ¹⁵⁵	155 ¹²⁴	135 ¹⁴⁵	129 ¹⁸⁵	152 ¹¹²	151 ¹⁹⁴	153 ¹⁸²	109,5%	-18,2%
	2º	7				169 ²⁰¹	144 ¹⁸¹	124 ¹⁹⁶	145 ²⁰²	155 ¹⁵²	135 ¹¹⁷	129 ²²⁶	152 ²¹⁰	151 ²³⁸	153 ²²³	145 ²¹¹	128,0%	21,1%
	1º	6				144 ¹³⁴	124 ¹⁴⁷	145 ¹⁷³	155 ¹⁵³	135 ¹⁴⁶	129 ¹⁸⁷	152 ¹⁷³	151 ¹⁹⁶	153 ¹⁸⁴	145 ¹⁷⁴	129 ¹⁸⁵	107,6%	12,4%
Pré-Escolar		5				124 ¹³⁶	145 ¹⁴⁴	155 ¹³³	135 ¹³¹	129 ¹⁶⁶	152 ¹⁵⁴	151 ¹¹⁴	153 ¹⁶⁴	145 ¹⁸⁵	129 ¹³⁸	143 ¹⁵³	104,9%	9,4%
		4				145 ¹³²	155 ¹²⁶	135 ¹²²	129 ¹⁵⁰	152 ¹⁴¹	151 ¹⁶⁰	153 ¹⁵⁰	145 ¹⁴²	129 ¹²⁸	143 ¹⁴⁰	143 ¹⁴⁰	94,3%	25,6%
		3				155 ⁹⁷	135 ⁹⁴	129 ¹⁰³	152 ¹³⁴	151 ¹²⁷	153 ¹¹³	145 ¹¹³	129 ¹⁰⁰	143 ¹¹¹	143 ¹¹¹	143 ¹¹¹	77,8%	
		2				135												
		1				129												
		0				152												
			139	133		153	151	153	145	129	143	143	143					

Fonte: DREA / INE

Nota: N^o de Maior Dimensão: PP / N^o de Menor Dimensão: PR registada (01/05) e projectada (06/11)

Ano

B - Peso Relativo Médio dos Estabelecimentos, em cada idade/ano escolar, no concelho de Serpa								
17 anos (12ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
ES/3 de Serpa	91,0	66,3	95	63	77	77	87	73
EP Desenvolv. Rural de Serpa*	46,2	33,7	48	32	39	39	44	40
TOTAL	137,2	100,0	143	95	116	117	131	119
16 anos (11ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
ES/3 de Serpa	88,0	66,1	59	71	72	80	73	65
EP Desenvolv. Rural de Serpa*	45,2	33,9	30	37	37	41	38	33
TOTAL	133,2	100,0	89	108	108	122	111	98
15 anos (10ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
ES/3 de Serpa	130,0	74,5	113	114	128	116	103	107
EP Desenvolv. Rural de Serpa*	44,6	25,5	39	39	44	40	36	37
TOTAL	174,6	100,0	152	153	172	156	139	144
14 anos (9ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	41,6	26,6	39	44	40	36	37	35
EB23 Abade Correia da Serra	68,2	43,6	64	72	66	58	61	59
EB23 de Vila Nova de S. Bento	39,8	25,4	38	42	38	34	35	35
ES/3 de Serpa	6,8	4,3	6	7	7	6	6	6
TOTAL	156,4	100,0	148	166	151	134	139	136
13 anos (8ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	42,6	25,9	46	39	42	38	39	39
EB23 Abade Correia da Serra	63,0	38,3	68	62	55	57	56	45
EB23 de Vila Nova de S. Bento	44,8	27,3	48	44	39	41	40	32
ES/3 de Serpa	14,0	8,5	15	14	12	13	14	10
TOTAL	164,4	100,0	177	161	143	149	146	117
12 anos (7ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	68,6	28,1	58	51	53	52	42	43
EB23 Abade Correia da Serra	60,2	28,9	59	53	55	54	43	50
EB23 de Vila Nova de S. Bento	59,8	28,7	59	52	54	53	43	50
ES/3 de Serpa	29,8	14,3	29	26	27	27	29	21
TOTAL	208,4	100,0	205	182	190	186	149	173
11 anos (6ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	56,2	28,2	49	51	50	40	47	60
EB23 Abade Correia da Serra	85,8	43,0	75	78	76	61	71	91
EB23 de Vila Nova de S. Bento	57,4	28,8	59	52	51	41	46	51
TOTAL	199,4	100,0	174	181	177	142	165	211
10 anos (5ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	54,8	27,3	51	50	40	47	60	65
EB23 Abade Correia da Serra	89,6	44,7	84	82	66	76	98	91
EB23 de Vila Nova de S. Bento	56,3	28,0	62	61	71	48	61	67
TOTAL	200,6	100,0	187	183	147	171	218	203
9 anos (4ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	32,4	17,8	31	25	29	27	29	29
EB1/J de Brinches	8,4	4,6	8	6	8	10	9	10
EB1/J de Vale Vargo	10,8	5,9	10	8	10	12	12	13
EB1 de Santa Iria	3,6	2,0	3	3	3	4	4	4
EB1 de Vales Mortos	3,4	1,9	3	3	3	4	4	4
EB1 nº1 de Serpa	13,6	7,5	13	10	12	16	15	16
EB1 nº2 de Serpa	26,2	14,4	25	20	24	30	28	32
EB1 nº3 de Serpa	30,0	16,5	29	23	27	34	29	36
EB1/J Vila Nova de S. Bento	33,2	18,3	32	26	30	38	35	40
EB1 de A.do.Pinto	4,6	2,5	4	4	4	5	5	6
EB1 nº1 Vila Verde de Ficalho	8,2	4,5	8	6	7	8	8	10
EB1 nº2 Vila Verde de Ficalho	7,4	4,1	7	6	7	8	8	9
TOTAL	181,8	100,0	175	140	163	209	194	219
8 anos (3ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	33,0	20,6	26	30	38	35	40	37
EB1/J de Brinches	7,4	4,6	6	7	9	8	9	9
EB1/J de Vale Vargo	7,8	4,9	6	7	8	8	9	9
EB1 de Santa Iria	3,8	2,4	3	3	4	4	5	4
EB1 de Vales Mortos	2,8	1,7	2	3	3	3	3	3
EB1 nº1 de Serpa	18,0	11,2	14	15	21	19	22	20
EB1 nº2 de Serpa	20,0	12,5	16	18	23	21	24	23
EB1 nº3 de Serpa	25,2	15,7	20	23	29	27	31	29
EB1/J Vila Nova de S. Bento	26,4	16,5	20	24	30	28	32	30
EB1 de A.do.Pinto	4,4	2,7	3	4	5	5	5	5
EB1 nº1 Vila Verde de Ficalho	9,4	5,9	7	8	11	10	11	11
EB1 nº2 Vila Verde de Ficalho	2,2	1,4	2	2	3	2	3	2
TOTAL	160,4	100,0	124	145	185	172	194	182
7 anos (2ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	39,4	21,7	38	49	46	52	48	46
EB1/J de Brinches	8,4	4,6	6	10	10	11	10	10
EB1/J de Vale Vargo	12,0	6,8	12	15	14	16	15	14
EB1 de Santa Iria	3,4	1,9	3	4	4	4	4	4
EB1 de Vales Mortos	3,4	1,9	3	4	4	4	4	4
EB1 nº1 de Serpa	14,2	7,8	14	18	14	19	17	17
EB1 nº2 de Serpa	22,4	12,4	22	28	26	29	26	26
EB1 nº3 de Serpa	29,8	16,4	29	37	35	39	37	35
EB1/J Vila Nova de S. Bento	32,4	17,9	32	40	38	42	40	38
EB1 de A.do.Pinto	4,8	2,6	6	6	6	6	6	6
EB1 nº1 Vila Verde de Ficalho	7,0	3,9	7	9	8	9	9	9
EB1 nº2 Vila Verde de Ficalho	4,0	2,2	4	5	5	5	5	5
TOTAL	181,2	100,0	177	226	210	238	223	211
6 anos (1ºano)								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	28,2	19,2	36	33	38	35	33	30
EB1/J de Brinches	7,6	5,2	10	9	10	10	9	9
EB1/J de Vale Vargo	8,4	5,7	11	10	11	11	10	9
EB1 de Santa Iria	3,0	2,0	4	4	4	4	4	4
EB1 de Vales Mortos	1,8	1,2	2	2	2	2	2	2
EB1 nº1 de Serpa	15,8	10,7	20	19	21	20	19	17
EB1 nº2 de Serpa	17,8	12,1	23	21	24	22	21	19
EB1 nº3 de Serpa	25,6	17,4	33	30	34	32	30	27
EB1/J Vila Nova de S. Bento	24,8	16,9	31	29	33	31	29	26
EB1 de A.do.Pinto	4,0	2,7	5	5	5	5	5	4
EB1 nº1 Vila Verde de Ficalho	6,0	4,1	8	7	8	8	7	6
EB1 nº2 Vila Verde de Ficalho	4,0	2,7	5	5	5	5	5	4
TOTAL	147,0	100,0	187	173	196	184	174	155
5 anos								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	16,0	11,7	18	20	19	18	16	13
EB1/J de Brinches	9,4	6,9	11	12	11	11	9	11
EB1/J de Vale Vargo	8,6	6,3	10	11	10	10	9	10
EB1 de Santa Iria	29,8	21,8	34	38	36	34	30	33
EPEI de Santa Iria	2,4	1,8	3	3	3	3	2	3
EPEI de Vales Mortos	1,4	1,0	2	2	2	2	1	2
EB1/J Vila Nova de S. Bento	20,8	15,2	23	27	25	24	21	23
EB1 de A.do.Pinto	10,4	7,6	12	13	12	12	10	12
EPEI de A.do.Pinto	3,2	2,3	4	4	4	4	3	4
EB1 de A.do.Pinto	25,0	18,3	28	32	30	28	25	28
Fund Viscondes de Messangil*	9,8	7,2	11	12	12	11	10	11
TOTAL	136,8	100,0	154	174	164	155	138	153
4 anos								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	9,8	7,7	12	11	11	10	11	10
EB1/J de Brinches	9,0	7,0	11	11	10	9	10	10
EB1/J de Vale Vargo	7,4	5,8	9	9	8	7	8	8
EB1 de Santa Iria	23,8	18,6	28	28	26	23	26	26
EPEI de Santa Iria	1,6	1,3	2	2	2	2	2	2
EPEI de Vales Mortos	2,6	2,0	3	3	3	3	3	3
EB1/J Vila Nova de S. Bento	23,2	18,2	29	27	26	23	25	25
EB1 de A.do.Pinto	9,4	7,4	12	13	11	10	9	10
EPEI de A.do.Pinto	3,0	2,3	4	4	3	3	3	3
EB1 de A.do.Pinto	24,8	19,4	31	29	27	24	27	27
Fund Viscondes de Messangil*	13,2	10,3	16	15	15	13	14	14
TOTAL	127,8	100,0	160	150	142	126	140	140
3 anos								
Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EBI/J de Pias	9,2	7,6						

